

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

LUCAS EUGÊNIO ROCHA MEDEIROS

**À PROCURA DA *VIRTÙ*: CONSIDERAÇÕES SOBRE O
PRÍNCIPE NOVO EM MAQUIAVEL**

Belo Horizonte

FAFICH/UFMG

2020

LUCAS EUGÊNIO ROCHA MEDEIROS

**À PROCURA DA *VIRTÙ*: CONSIDERAÇÕES SOBRE O
PRÍNCIPE NOVO EM MAQUIAVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Linha de pesquisa: Filosofia Política

Orientador: Prof.Dr. Carlo G. Pancera.

Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Belo Horizonte

FAFICH/UFMG

2020

100	Rocha, Lucas.
R672p	À procura da virtù [manuscrito] : considerações sobre o príncipe novo em Maquiavel / Lucas Eugênio Rocha Medeiros. - 2020.
2020	124 f.
	Orientador: Carlo Gabriel Kszan Pancera.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia
	1. Filosofia – Teses . 2. Renascença – Itália - Teses. 3. Machiavelli, Niccolo, 1469-152.7 I. Pancera, Carlo Gabriel Kszan. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

Dissertação Intitulada “À procura da virtù: considerações sobre o príncipe novo em Maquiavel”, de autoria do mestrando Lucas Rocha Medeiros, examinada pela banca constituída pelos seguintes professores:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA



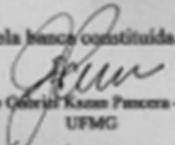
FOLHA DE APROVAÇÃO

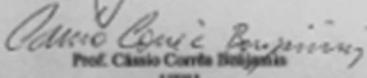
À PROCURA DA VIRTÙ: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRÍNCIPE NOVO EM MAQUIAVEL.

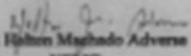
LUCAS EUGÊNIO ROCHA MEDEIROS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em FILOSOFIA, área de concentração FILOSOFIA, linha de pesquisa Filosofia Política.

Aprovada em 30 de abril de 2020, pela banca constituída pelos membros:


Prof. Carlo Gabriel Kasan Pancera - Orientador
UFMG


Prof. Cassio Corrêa Botelho
UFPA


Prof. Hélio Machado Adverse
UFMG

Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho se encerra após um período difícil para mim. Uma depressão, duas reviravoltas profissionais e outras “pequenas” surpresas da deusa romana, me fizeram pensar que não poderia concluí-lo. Gosto de pensar, portanto, que ele se torna um testemunho vivo de alguma *virtù* de minha parte. Contudo, se cheguei até aqui, é porque não me faltaram modelos e amigos. Uma parte desse trabalho lhes pertence.

Sandro Pessutti, por ser um exemplo de profissional e ser humano. Ao Newton Bignotto cujas obras e saber enciclopédico são um horizonte para todos os seus alunos. Ao Helton, que foi gentil e atencioso durante a pesquisa no PET Filosofia: esse trabalho se encerra agora, mas começou com você, seus conselhos, suas críticas e amizade.

Ao meu orientador, Gabriel que no momento mais conturbado da minha depressão não vacilou em nenhum momento em colocar o ser humano à frente dos prazos, meu bem-estar à frente das cobranças. Meu mais sincero *obrigado!*

Ao Arnaldo Godoy, com quem aprendi sobre política, arte e virtude; e aos amigos do gabinete, em especial ao Fernando Marco e Kleberth Mendes.

Aos meus pais e toda a família Araujo, aos amigos Pinheiro, Fabrício, Rubens, Ronaldo e Valéria, “Zé”, Vinícius, Anderson, Patrícia e Ézio por seus carinhosos conselhos.

Aos membros da direção e coordenação da E.E. Henrique Diniz e do Colégio Dona Clara, por sua compreensão e amabilidade durante todo este processo: em especial à Carol, Regina, Silvio e Tereza.

Aos amigos que não me deixaram desistir: Gabriel, Guilherme, Grace, “Jeff”, Ricoy, Matheus, Vinícius e Alice (meu *staff*). Em especial ao meu irmão, Edson: “minha constante”, meu amigo, grande incentivador.

À Luíza, que iluminou meu coração e meus pensamentos mesmo quando distante. Te amo!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar *virtù* e fortuna em Maquiavel a partir de uma análise do principado novo. Assume-se, para isso, que o príncipe novo é o ator político que se encontra em maior dependência da fortuna e precisa, portanto, demonstrar maior *virtù* para produzir novas ordenações. Este se confronta com um corpo político acostumado a outras ordenações, republicanas ou principescas, e, portanto, encontrará necessariamente alguns empecilhos se quiser manter o poder. Tomando como referência cinco categorias de príncipe novo propostas por Pocock (1975), estudamos os meios que devem ser empregados por cada um para suplantar a deusa fortuna.

PALAVRAS-CHAVE: Renascimento Italiano; Maquiavel; *Virtù*; Principado.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the notion of *virtu* and fortune in Machiavel's new principality. The assumption is that the new prince is a political actor, who depends greatly on fortune, and thus needs to demonstrate great *virtu* to create new ordinations. The new prince faces a political body whom is used to other types of republican or princely ordinances and, therefore, encounter some challenges to sustain his power. Based in five categories of new princes proposed by Pocock (1975), we examined the means used by each type prince to supplant the goddess.

KEYWORDS: Italian Renaissance; Machiavelli; *Virtu*; Principality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: À PROCURA DA VIRTÙ - MAQUIAVEL E SEU TEMPO	12
INTRODUÇÃO:	12
O CONTEXTO POLÍTICO	13
A EMERGÊNCIA DE NOVAS SENHORIAS NA ITÁLIA	13
MAGISTRATURAS FLORENTINAS	14
FLORENÇA: DA ASCENSÃO DOS MÉDICI À QUEDA DE SAVONAROLA	16
A SEGUNDA CHANCELARIA E A RESTAURAÇÃO DOS MÉDICI	20
O CONTEXTO INTELECTUAL	22
O HUMANISMO	23
O HUMANISMO CÍVICO	24
NA CORTE: OS ESPELHOS DE PRÍNCIPE	30
VIRTÙ E FORTUNA	31
A RUPTURA MAQUIAVELIANA	33
A ESTRATÉGIA RETÓRICA	34
ASPECTOS FORMAIS DO DISCURSO MAQUIAVELIANO	35
A ESTRATÉGIA ANALÍTICA	36
A VERDADE EFETIVA	36
UMA OBJEÇÃO	40
FAZER O MAL?	41
CONFORME A NECESSIDADE	44
O HOMEM DE VIRTÙ	46
EM PERSPECTIVA	51
CAPÍTULO 2: O PRÍNCIPE NOVO EM REVISTA	54
INTRODUÇÃO:	54
O PRÍNCIPE NOVO E A MATÉRIA DO CORPO POLÍTICO	55
A <i>VIRTÙ</i> CONTRA OS COSTUMES	56
TORNAR-SE PRÍNCIPE PELA <i>VIRTÙ</i> OU PELA FORTUNA	60
CÉSAR BÓRGIA: UM CASO EMBLEMÁTICO	62
O CONQUISTADOR	65
O PRINCIPADO HEREDITÁRIO	66

O PRINCIPADO MISTO	66
DESAFIOS NA MANUTENÇÃO DO PRINCIPADO MISTO	67
MANUTENÇÃO DO PRINCIPADO HEREDITÁRIO X MANUTENÇÃO DO PRINCIPADO MISTO	67
MANUTENÇÃO DE REPÚBLICAS.....	69
“TERRA ARRASADA”: A CRÍTICA À VIA DO MEIO	69
IN LOCO	72
INTRODUZIR A DESIGUALDADE POLÍTICA	73
O LEGISLADOR	75
A SOLIDÃO DO LEGISLADOR	77
O PROFETA	80
O PROFETA DESARMADO	81
O CRIMINOSO.....	83
O CRIME CONTRA A FORTUNA.....	86
TIRANO?	88
EM PERSPECTIVA.....	89
CAPÍTULO 3: O PRINCIPADO CIVIL	91
INTRODUÇÃO	91
CORRUPÇÃO E HISTÓRIA	91
ANACYCLOSIS E METHABOLÈ.....	92
NECESSÁRIA OCORRÊNCIA DO PRINCIPADO?	96
A FUNDAÇÃO CONTÍNUA.....	99
O PRÍNCIPE CIVIL	103
TEORIA DOS HUMORES	104
O PRÍNCIPE: PRISIONEIRO DA IMAGEM	106
BASE DE SUSTENTAÇÃO.....	109
O HUMOR DO POVO.....	113
CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

INTRODUÇÃO

À procura da *virtù*, enveredamo-nos no pensamento de Maquiavel. Vários comentadores e temas alimentaram nossas análises e estimularam nossa reflexão. Dessa maneira, não é exagero dizer que nossa interpretação se caracteriza como um exercício de busca constante e de atualização de nosso objeto.

Gostamos de pensar que Maquiavel, como agente político de seu tempo, certamente elogiaria a cautela que temos em determinados momentos. Não, obviamente, por nossa grande habilidade em dissecar os problemas, mas pelo nosso esforço em compreender e traduzir a fugacidade do fenômeno político.

Certamente, no decorrer deste trabalho, incorremos em diversos erros, contudo, se o fizemos, esperamos que o leitor considere que estes decorrem de uma busca sincera sobre os limites e possibilidades da ação política. Esta ação, parece-nos, é sempre indeterminada, na medida em que são tantas variáveis que atuam sobre as motivações e sobre os efeitos, que desemaranhar estes eventos é deveras complicado.

Em que pese tudo isso, entregamo-nos à difícil tarefa de discutir na presente dissertação três teses fundamentais: a) os seres humanos encontram-se às voltas com o principado de tempos em tempos; b) a *virtù* para Maquiavel é a capacidade de adequação à fortuna por um lado, mas corresponde também à capacidade de previsão e planejamento, de modo que o homem de *virtù* também pode forjar sua fortuna; c) o príncipe novo encontra-se inicialmente prisioneiro da fortuna, personificada no *ethos* de seus súditos.

Entre uma tese e outra, tocaremos questões que se encontram conectadas em maior ou menor profundidade com nossas três teses centrais. Por exemplo, quanto à recorrência do principado, abordamos a *Anacyoclosis*, mencionando (ainda que brevemente) a maneira como o tema é abordado na Antiguidade e em Maquiavel. Ou ainda, ao abordar o problema dos legisladores conforme aparece no texto do secretário florentino, direcionamos a investigação para as análises do papel do legislador historicamente situado.

Seguindo esse procedimento, acreditamos não nos desviar de nosso problema central, que é demonstrar como o príncipe novo, tal como entendido por Maquiavel, é tomado sempre historicamente, nunca *ex nihilo*. Portanto, uma vez que se encontra sempre de frente à história, o príncipe novo fornece um “modelo” rico de análise para compreender até que ponto aquilo que o antecede também o limita. Assim, o problema do príncipe novo é o problema da *virtù*, pois ele encontra-se às voltas com a fortuna de forma tão explícita que o conhecimento sobre a possibilidade e as maneiras de “subjugar” a deusa romana são urgentes!

Nossa primeira tese assume que a transição de regimes políticos é um momento delicado para a vida humana. Quando a corrupção atinge o ordenamento jurídico vigente, as pessoas ficam à mercê do poder político e daqueles que o exercem. Desde a Antiguidade, repúblicas se tornam principados e principados se tornam repúblicas. Tiranos ascendem e caem, homens e mulheres transformam sua época e são por ela transformados. Procuramos demonstrar de que maneira essa temática aparece na obra de Maquiavel e como ele a entende. Nesse sentido, no primeiro capítulo, o movimento de nossa argumentação segue do pano de fundo europeu até as transformações sofridas pela cidade de Florença. Esse movimento se torna mais evidente, contudo, no terceiro capítulo, onde discutimos o principado civil e o problema da corrupção em Maquiavel.

Quanto à nossa segunda tese, podemos dizer que ela percorre todo nosso trabalho. Isso porque, se procuramos explicá-la no final do capítulo 1 em termos gerais, os capítulos 2 e 3 consistem em uma tentativa de corroborar e exemplificar aquilo que defendemos anteriormente.

Por fim, nossa terceira tese parte do princípio de que a fortuna, como obstáculo aos desígnios do príncipe novo, personifica-se *principalmente* no *ethos* do corpo político. Nesse sentido, os desafios do príncipe novo, encontram-se primordialmente nas qualidades da matéria a que ele deseja dar forma. Em outras palavras, quando se torna príncipe, torna-se príncipe de súditos que detêm uma história, uma cultura, um *costume*. Por essa razão, se quiser manter seu domínio, o príncipe precisa compreender os limites que a matéria impõe e precisa saber dissimular, jogar com a imagem e acionar, conforme a

necessidade, a raposa ou o leão. Ela figura sobretudo no primeiro capítulo, quando abordamos a “verdade efetiva”, no capítulo 2, quando organizamos as categorias de príncipes novos e finalmente no capítulo 3, quando analisamos o principado civil.

Quanto ao nosso recorte, gostaríamos de frisar duas coisas. A primeira é que nossa investigação centra atenção ao problema da manutenção do principado e não da conquista. Afinal, como desejamos fazer uma análise da *virtù* do príncipe novo, o problema reside nas dificuldades que este tem para preservar-se dos assaltos da fortuna *após* a conquista do poder. Naturalmente, como discutimos nos capítulos 2 e 3, a maneira como se torna príncipe influencia muito nos desafios para manter-se príncipe. Contudo, sem perder isso de vista, queremos investigar o que pode ser feito *a partir* do momento em que o príncipe *já é* príncipe.

A segunda observação importante é que nosso trabalho não trata necessariamente de uma análise de *O Príncipe*, mas do príncipe novo. Recorremos ao texto de 1513 como fio condutor da análise, seguindo inclusive praticamente a mesma ordem das tipologias analisadas por Maquiavel. Porém, não tocamos em todos os elementos que aparecem no texto, pois, não é nosso objetivo exaurir sua complexidade. Assim, a questão militar e eclesiástica não figura em nossa análise diretamente, pois acreditamos que este recorte abriria novas portas que descaracterizariam nosso trabalho.

Sendo assim, convido o leitor para iniciar nossa jornada à procura da *virtù*.

CAPÍTULO 1

À PROCURA DA VIRTÙ: MAQUIAVEL E SEU TEMPO

INTRODUÇÃO:

Falar sobre um autor implica necessariamente falar sobre sua época. Imerso num dado lugar e tempo, ele acolhe ou rejeita certas ideias e noções, dando-lhes significados novos ou polindo antigos entendimentos. Lançadas sobre o papel, tais ideias e concepções perpetuam-se ou se perdem de acordo com o êxito em abrir novas trilhas no pensamento, identificando problemas e soluções no mundo. Aqueles que propõem boas respostas para as questões de sua época, passam à posteridade como importantes pensadores e se tornam esteio para novas reflexões. É o caso de Maquiavel.

O filósofo florentino singrou o mar conturbado do Renascimento, onde conflitos políticos e ideias se batiam e entrelaçavam como poucas vezes pudemos observar na história ocidental. Nesse ambiente, se quisermos compreender com maior clareza o filósofo Maquiavel, precisamos estabelecer algumas referências históricas e conceituais que se colocam no seu horizonte de pensamento. Isso se deve ao fato de que sua obra está intrinsecamente ligada ao seu tempo. A base de sua reflexão são os estratagemas, as *vendettas*, os crimes e as glórias que a história política permite vislumbrar.

Não haveria, portanto, em nossa opinião, outra maneira de começar nossa investigação, que não fosse esculpindo o contexto político e intelectual de Maquiavel. Dessa maneira, ao final deste capítulo desejamos alcançar dois objetivos: a) organizar um quadro histórico e conceitual dos principais elementos que compõem o Renascimento Italiano, passando em revista os contextos político e intelectual; b) demonstrar como Maquiavel serve-se das ideias à mesa produzindo inovações consistentes para o pensamento político ocidental.

No que diz respeito ao primeiro ponto, nosso roteiro perpassa as disputas políticas no continente europeu do século XIV ao século XVI, concedendo especial atenção aos fatos políticos florentinos, às ideias que alimentam, e que possivelmente nascem de tais conflitos, e sobretudo o ideário humanista acerca da *virtù* do governante.

Quanto ao segundo ponto, enfatizamos a ruptura maquiaveliana em relação ao método de análise – a verdade efetiva – e na dinâmica entre *virtù* e fortuna. Queremos demonstrar que o secretário florentino defende que a *virtù* deve, na maioria das vezes suplantar a fortuna desde que o ator político saiba conformar-se às exigências do tempo e dirigir-se impetuosamente contra ela a fim de “domá-la”.

Os principais autores de que nos serviremos nessa investigação inicial são Ames, Baron, Bignotto e Skinner. Todos possuem obras de fôlego que ajudam a contextualizar os eventos históricos e o pensamento de Maquiavel. Cabe ressaltar que na parte final do presente capítulo lançamos as bases para o capítulo seguinte, pois, de posse do conhecimento alcançado nas páginas seguintes, adentraremos a obra de Maquiavel para demonstrar em seu interior os pontos chave de sua reflexão sobre o príncipe novo e a *virtù*.

O CONTEXTO POLÍTICO

A EMERGÊNCIA DE NOVAS SENHORIAS NA ITÁLIA

Desde que Burckhardt escreveu *A Cultura do Renascimento na Itália* (BURCKHARDT, 2009; I), firmou-se um entendimento de que a modernidade gestou-se em um tempo e lugar definidos: o Renascimento Italiano. As raízes desse processo podem ser encontradas na Baixa Idade Média, período no qual a hegemonia política da Sacro Império Romano-Germânico e da Igreja estavam em declínio, levando a uma série de mudanças políticas e sociais.

A Baixa Idade Média constitui-se como um período de intensificação da atividade comercial e surgimento dos burgos, o que levou, por sua vez, ao desenvolvimento das cidades, que passaram a ocupar o centro da vida política. Isso contribuiu com a queda do sistema feudal e tal processo desencadeia-se durante séculos, sendo seu produto o rearranjo na cultura e na política no final do século XIV e início do século XV.

Em que pese tudo isso, desde o século XII, o Norte da Itália já observava novas formas de organização política alternativas à monarquia hereditária, formas essas que demandavam, por exemplo, eleições de cônsules, sendo a

cidade de Pisa pioneira neste processo, inaugurando uma nova forma política em 1085 (SKINNER, 1996; p.25). De acordo com Skinner, as cidades italianas queriam afirmar sua independência frente ao Sacro Império Romano Germânico, e têm, em um primeiro momento, Milão como referência e posteriormente, a cidade de Florença. Esse processo de disputa política leva à formulação ideológica do direito das cidades italianas de preservarem sua liberdade, liberdade entendida como autonomia frente ao império e manutenção de sua forma republicana. (SKINNER, 1996; 1).

Entretanto, não apenas o Sacro Império asfixiava as repúblicas italianas. O papado constantemente as acoitava com a justificativa de que o papa era a cabeça da comunidade cristã, sendo conseqüentemente, responsável também pela gerência dos assuntos terrenos (SKINNER, 1996; p.37). Assim, espremidas pelo Império e pela Igreja, as primeiras experiências republicanas terminam por converter-se em Senhorias no final do século XIII, alinhando-se a um ou a outro¹. Fato é que a maioria das cidades italianas passou neste período de república comunal a principado (SKINNER, 1996; p. 45-9). Essa transformação política que concentrou poderes nas mãos de um *Signori* atinge importantes cidades como Milão e Florença. A primeira deixa a forma republicana no final do século XIII. Quanto a Florença, seu processo é mais lento e conturbado, como veremos a seguir.

MAGISTRATURAS FLORENTINAS

Para melhor contextualizar o processo político vivido por Florença, pensamos ser adequado oferecer um breve relato sobre a organização política da cidade durante o século XV, período no qual as instituições republicanas começam a ser mais obviamente manipuladas. Cabe notar que durante esse período os principais acontecimentos políticos transcorrem pelo uso ou pela crítica do sistema político da cidade. Sendo assim, acompanharemos de perto Larrivalle (1998) para traçar brevemente um esboço das instituições republicanas da cidade no século XV. Como já dissemos, é fundamental, em nosso entendimento, compreender a “estrutura” sobre a qual se dava luta política.

¹ Mais à diante voltaremos a essa divisão entre guelfos e gibelinos.

Essa “estrutura”, como veremos logo adiante foi habilmente instrumentalizada pelos Médici, o que permitiu que se perpetuassem no poder por várias décadas.

Ao longo do século XV, Florença possui três órgãos principais do poder executivo, conhecidos como *i tre maggiori uffici*. O primeiro deles é a **Senhoria** – magistratura suprema composta de nove priores: dois representantes das quatro divisões/distritos da cidade e um Gonfaloneiro de Justiça que era fornecida por cada um dos distritos em alternância. O Gonfaloneiro de Justiça preside o conselho e é o chefe supremo das milícias, tendo mandato de dois meses.

O segundo é o **Colégio dos Dezesseis Gonfaloneiros di Compagnia**, que reunia os líderes das dezesseis companhias armadas da cidade – quatro por distrito. O Colégio dos Dezesseis é a milícia cidadina e possuía mandato de quatro meses. O terceiro e último grande órgão executivo é o **Colégio dos doze anciões**, formado por três representantes de cada distrito com três meses de mandato.

As decisões da Senhoria só poderiam ser acatadas se aprovadas por dois terços ou mais e estima-se que havia uma rotatividade de pelo menos cento e cinquenta pessoas por ano na máquina administrativa da cidade.

Outros conselhos que funcionavam durante o século XV em Florença eram, por exemplo, os **Sei di mercanzia** – tribunal encarregado de resolver questões referentes ao comércio, **Ufficiali di monte** – responsável por fiscalizar as finanças, **Podestà** – funcionário público encarregado de ministrar a justiça, **Capitano del popolo** – espécie de “tribuno da plebe”, responsável por defender os interesses do povo contra os abusos das famílias poderosas.

O poder legislativo em tempos ordinários, isto é, em períodos de normalidade interna e externa, era composto por duas assembleias: **Conselho do Povo** e **Conselho da Comuna** e em ambas os projetos deveriam ser aprovados por mais de dois terços.

As assembleias extraordinárias eram duas: **Pratiche** – assembleia consultiva convocada pela Senhoria com o objetivo de auxiliá-la na tomada de certas

decisões e **Balías** – comissão reduzida que, em períodos de guerra ou de graves crises políticas, era investida de poderes ditatoriais. Voltaremos às **Balías** mais adiante, a fim de demonstrar como esse recurso foi bastante explorado para fazer valer interesses particulares e perseguição de desafetos políticos dos Médici.

FLORENÇA: DA ASCENSÃO DOS MÉDICIS À QUEDA DE SAVONAROLA

Dizer que Florença escapou à emergência das senhorias é uma meia verdade. Apesar de formalmente ser uma república com magistraturas relativamente abertas e “*checks and balances*”, conforme procuramos demonstrar acima, na prática, o poder político oscilou de uma facção a outra até a ascensão dos Médici. Utilizando-se dos meios legais, a partir de 1434, a icônica família instalou-se no centro do poder político em Florença e passou, então, a dar as cartas.

Parece-nos importante explorar um pouco mais este fenômeno. Não apenas porque *O Príncipe* foi dedicado a um membro desta casa, mas também, e principalmente, porque, se desejamos emoldurar o tempo e lugar de Maquiavel, é fundamental compreender o jogo político de sua cercania. E, para tanto, acreditamos necessário fazer uma breve digressão, uma apresentação de elementos gerais da história de Florença a fim de elencar as razões para a ascensão da casa dos Médici.

De acordo com Maquiavel, a cidade tem origem como colônia romana e seu nome viria de “Florino”, que teria sido um de seus chefes, ou de “*Fluenzia*”, por estar próxima ao rio Arno (*HISTÓRIA DE FLORENÇA*, p. 78-9). Como colônia, Florença dividiu seu destino com seus fundadores: das invasões bárbaras até morte de Frederico II, a cidade viu-se ocupada em obedecer. Nas palavras de Maquiavel, “Foram tempos em que os florentinos não puderam crescer nem fazer coisa alguma digna de memória, em razão do poderio daqueles cujo império obedeciam” (*HISTÓRIA DE FLORENÇA*, p. 79).

Como já dissemos, durante esse período as cidades italianas queriam afirmar sua independência frente ao Sacro Império Romano Germânico. Porém, como a Igreja também demandava poder, instaurou-se uma refrega entre os

partidários desta (guelfos) e do imperador (gibelinos)². Esta disputa cindiu profundamente a península italiana, deixando-a marcada pela vendeta e pela disputa entre facções (SKINNER, 1996, 1). A bem da verdade, as facções não deixaram de existir nem mesmo quando aqueles poderes universalistas encontravam-se enfraquecidos. Apenas assumiram novas roupagens. Como nos lembra Maquiavel: *em Florença, primeiro os nobres se dividiram entre si, e depois houve a divisão entre nobres e povo, e, por último, entre povo e plebe* (HISTÓRIA DE FLORENÇA, p. 8).

De qualquer forma, pode-se detectar nesta dinâmica a tendência a contração de poderes. A refrega mais importante durante o século XV se deu entre a casa dos Albizzi e os Médici. Após um período de longas conjurações e disputas abertas pelo poder iniciado em 1393, os Albizzi impuseram a Cosme um exílio em 1433. No ano seguinte, chamado pela nova Senhoria, desfavorável aos Albizzi, Cosme então, sabendo das particularidades do corpo político de Florença, que possuía vários *locus* de poder prefere, ao invés de “assaltar” o comando político explicitamente, exercer o controle das instituições por meio da formalidade republicana. Assim, com a ascensão dos Médici tinha início um período de aprofundamento da centralização política e de dissolução da república oligárquica até então existente com vistas à futura criação de um principado.

De fato, como afirmam Ansell e Padgett, até Cosme de Médici ascender e firmar a família no vértice do poder, aproximadamente dois séculos de instabilidade haviam se passado (PADGETT & ANSELL, 1993). Muito possivelmente, frise-se, foi o modo de gestão instituído por Cosme que possibilitou o domínio dessa família por tanto tempo.

Cosme era um homem de fortes vínculos com a burguesia e a nobreza europeia e, segundo consta procurava manter-se nos bastidores da política³. O poder da família era mantido por meio de uma complexa rede de relações de

² Os termos “guelfos” e “gibelinos” remontam à uma contenda iniciada com a morte do imperador Henrique V que não possuía herdeiros. Certos estados, capitaneados pela Igreja Romana, tomaram partido da casa de Welf, enquanto outros se aliaram aos Hohenstaufen. Os primeiros ficaram conhecidos como Guelfos e os segundos como Gibelinos.

³ “Despite almost complete domination of the state, Cosimo never assumed lasting public office. And he hardly ever gave a public speech.” (PADGETT & ANSELL, 1993).

parentesco (estabelecidas por meio de casamentos), econômicas (relações comerciais, empresariais, bancárias com cidadãos privados e bancárias com estados), políticas (por meio de patronato) e amizade (PADGETT & ANSELL, 1993, p. 1265-6).

Além desta complexa rede, os Médici serviram-se de certas fragilidades das instituições florentinas. Como Larrivaille demonstra, o povo encontrava-se distanciado da vida política pelos próprios mecanismos institucionais (LARRIVAILLE, 1988). O sistema político de Florença era, aparentemente, zeloso e relativamente aberto, mas ocultava uma série de mecanismos que isolavam grandes contingentes da participação, bem como os adversários políticos, ainda que então pertencentes à elite política. Em resumo, parecia haver uma partição do poder *relativamente* ampla, o que poderia levar a crer que há um forte sistema de pesos e contrapesos. Porém, para se candidatar a um cargo, um cidadão deveria passar por uma qualificação e depois um sorteio, de modo que:

Essa complicada organização já permite, por si só, fazer-se uma ideia bem clara do que ocultam realmente as instituições republicanas florentinas do século XV. O rotativismo acelerado dos cargos, a não reelegibilidade imediata, o sufrágio dos eleitores, seguido de um sorteio, são diversos obstáculos que impedem a instauração de um poder pessoal. Mas, além do fato de que o eleitorado só representa uma fração restrita da população, o próprio sistema eleitoral é dos mais seletivos. Ele opera, com efeito, uma filtragem draconiana dos indivíduos chamados a ocupar cargos importantes ou, mais exatamente, uma série de filtrações sucessivas nas quais os *accoppiatori* [funcionários do Estado responsáveis por coordenar o processo] desempenham um papel preponderante, pois são eles que distribuem os nomes entre as múltiplas bolsas e é deles que depende, em larga medida, a sorte real dos candidatos qualificados, cujas chances são só iguais teoricamente. (LARRIVAILLE, 1988, p. 20)

Portanto, na prática, o povo encontrava-se alheio ao processo político, o que permitia que as grandes famílias controlassem as indicações aos cargos relevantes. Some-se a isso o recurso às *balías* e teremos um ambiente claramente senhorial.

As *balías* eram comissões eleitas em determinados períodos que conferiam poderes extraordinários a determinados cidadãos (algo como a ditadura romana) e, sem nenhuma surpresa, eram utilizadas para interesses

particulares, pois, usando este mecanismo, grupos políticos manobravam no limite institucional para alcançar seus objetivos:

Os grupos políticos hegemônicos viram nesse recurso um meio para subtrair-se dos trâmites decisórios de origem comunal, os quais exigiam a consulta aos diversos conselhos então existentes. Valendo-se das circunstâncias excepcionais que motivavam a sua criação, esses grupos delas se utilizavam para introduzir reformas nos ordenamentos citadinos, reformas estas que, de outra maneira, não aconteceriam facilmente (PANCERA, 2010; p. 45).

Além de reformas institucionais, as *balías* também serviam para alijar diretamente adversários políticos: seja por condenações à morte ou por exílio (PANCERA, 2010, p.46). Evidentemente este recurso sempre se travestia de acusação de conspiração ou traição à república, sendo de grande utilidade para as facções no interior da cidade. Como observa Pancera, as *balías* cada vez mais recorrentes em Florença a partir da ascensão dos Médici, evidenciavam a derrocada do “sistema republicano medieval”, baseado nos governos de corporações (PANCERA, 2010, p.51-2).

Em meio a essas transformações, os Médici procuraram modificar paulatina, porém, abertamente, a estrutura política a fim de assegurar formalmente um lugar para si nas ordenações da cidade:

(...) tinham em vista a efetivação de um projeto de reforma que pretendia criar, na estrutura político-institucional da cidade, um lugar para eles próprios e para o conjunto de seus aliados, que conformava o regimento e lhes dava sustentação. Isto era muito mais do que apenas uma convergência da capacidade decisória para as suas mãos. Tratava-se de fato de um verdadeiro projeto de criação de um principado em Florença, pois o espaço por eles pretendido situava-se no vértice da estrutura político-institucional de Florença, de modo que a sua linhagem familiar estivesse à frente do governo (PANCERA, 2010, p. 52)

Ocorre que, ainda que os Médici detivessem *expertise* no jogo político operando uma transição “suave” para o principado, sua base de sustentação dependia ainda de arranjos não institucionais o que acabou por produzir sua ruína após várias décadas.

Cosme, exerce o poder nos bastidores, de 1434 até sua morte em 1469. Seu neto, Lourenço (conhecido por “Magnífico”), assume o lugar do avô e segue comandando a família e a cidade até 1492, quando vem a falecer, sem concluir

as reformas de teor principesco almeçadas. Em seu lugar, assume seu irmão, Piero de Médici. Considerado inábil e pusilânime, perde o apoio popular devido a um “mau negócio” feito com o rei da França e é expulso da cidade em 1494.

O poder político então passa brevemente para o frei dominicano, Savonarola, que introduz em Florença reformas a fim de “devolver” sua forma republicana. Sua maior inovação foi a criação do Conselho Maior, ainda em 1494, e sua principal função era aprovar cidadãos para altas magistraturas. Todavia, Savonarola não consegue se equilibrar no poder, devido a conflitos com as grandes famílias e o alto escalão da Igreja e é condenado à morte em 1498. Maquiavel analisa a sua trajetória e mais adiante, nos debruçaremos sobre sua história com mais detalhes. Por ora, vale notar que Savonarola pode ser considerado um breve respiro republicano em sua época, como o faz notar Skinner (SKINNER, 1996, p. 166-8). Seja como for, este interregno republicano se estende até 1512.

A SEGUNDA CHANCELARIA E A RESTAURAÇÃO DOS MÉDICI

O Conselho Maior, instituído por Savonarola, viu-se, cerca de quatro anos após sua criação, responsável por aprovar Maquiavel para o cargo da II Chancelaria de Florença, magistratura menor que auxiliava a tomada de decisões diplomáticas e concernentes à guerra. O período à frente da Chancelaria constitui grande aprendizado para Maquiavel, sendo que vários exemplos arrolados posteriormente em *O Príncipe* foram vividos por ele.

Em 1502, como emissário de Florença, Maquiavel encontra-se com César Bórgia em “missão de reconhecimento”, com o objetivo de perscrutar as intenções do jovem e ascendente conquistador. Vários encontros se deram entre os dois entre 1502 e 1503 e, como espirituosamente observa Viroli:

O acaso se divertia em colocar frente a frente um príncipe, mestre na arte da simulação e habilíssimo tanto no uso das armas quanto no das palavras, e um observador de assuntos políticos que, melhor do que ninguém, sabia ver através das máscaras, recolher a verdade das coisa por meio de um movimento mínimo da face ou de uma frase dita ao acaso (VIROLI, 2002, p. 79)

Tais vivências lapidaram, sem sombra de dúvida o já arguto olhar do secretário e ofereceram o material necessário para suas grandes obras posteriores. Maquiavel só deixaria o ofício republicano com o fim do regime, perpetrado pela invasão espanhola que reconduziu os Médici ao poder.

Preso, torturado e empobrecido, retira-se para uma pequena propriedade em San Casciano, província de Florença. Lá, como sabemos, ele escreve *O Príncipe*, e dedica a Lourenço II de Médici, filho do exilado Piero de Médici.

Com a restauração, Lourenço II, assume o poder na cidade e aplica o método de seu avô: mantém a aparência republicana e consolida o poder por meio de alianças com as famílias importantes. Em 1515, Lourenço faz-se nomear capitão-geral da República, demonstrando claramente que deseja consolidar-se como príncipe. Contudo, com sua morte em 1519, o cardeal Giulio de Médici, futuro Papa Clemente, vê-se obrigado a lidar com a ausência de herdeiros mediceus para Florença e convida Maquiavel, em 1521, para escrever uma constituição para Florença⁴.

Em 1527, por ocasião do Saque de Roma, o papa perde poder e uma nova república é instaurada em Florença. É também em 1527 que morre Maquiavel, sob a república recém instituída. Esta, porém, cairia alguns anos depois, em 1532 e salvo pelo interregno republicano de 1527 a 1530, os Médici se mantiveram no poder por muitas décadas, elegendo papas e conquistando territórios e cargos políticos, transformando finalmente Florença em uma Senhoria.

Certamente o sangue e o suor dispendidos nas batalhas políticas destacam os Médici durante o Renascimento. Porém, também pela sua atuação como mecenas de literatos e artistas dos mais variados matizes assinalam à posteridade o poder e relevância de tal família. Julgue-se moralmente como se desejar. O certo é que, se quisermos compreender o tempo de Maquiavel,

⁴ O documento escrito por Maquiavel, conhecido como “*Discurso sobre as formas de governo de Florença*” aborda a necessidade de ordenar sem meios termos uma república ou principado para a cidade, a fim de fazer cessar os tumultos e instabilidades que tanto atribularam a cidade.

precisamos ter em mente, que este se entrelaça ao destino dos Médici. Para o bem ou para o mal, a política na península italiana volta e meia passava por esta casa.

Sem sombra de dúvida, há muitos “buracos” em nossa narrativa. As disputas entre as grandes famílias, os conflitos entre guelfos e gibelinos, os grandes discursos e as grandes batalhas em território europeu e italiano poderiam ser, como de fato o são, tema de diversos livros. Vale reafirmar que o primeiro movimento argumentativo que fazemos na presente dissertação tem como objetivo trazer o foco para o ambiente político de Florença, desbastando as grossas camadas que a envolvem no agitado período dos séculos XV e XVI.

Nosso segundo movimento argumentativo, visa elucidar e comentar o ideário humanista, destacando os elementos que ajudam a visualizar sua compreensão da relação entre *virtù* e fortuna, sobretudo no ambiente político da época. Não deve causar estranheza, portanto, que alguns fatos políticos emerjam durante a exposição, afinal, ideias e acontecimentos movem-se uns aos outros.

O CONTEXTO INTELECTUAL

Uma vez esboçados alguns dos principais eventos do período, nossos esforços se voltarão, agora, para delimitar algumas das ideias que então circulavam a fim de reunir elementos para análise subsequente. Retomando os referenciais do *humanismo* e do *humanismo cívico*, desejamos recolher certas noções por eles formuladas para melhor situar nosso problema. Isso implicará em mostrar como eles mobilizaram a tradição do *espelho dos príncipes* para enfrentar o processo de “recuo” republicano que se deu na segunda metade do século XV. A razão disso é que nos dois próximos capítulos desta dissertação nossa atenção estará voltada para a questão da *virtù* conforme aparece em *O Príncipe*, de Maquiavel, obra que, do ponto de vista formal, se alinha a essa tradição.

O HUMANISMO

Em linhas gerais, o Renascimento foi um período no qual a autoridade eclesiástica e sua hegemonia cultural começaram a sofrer questionamentos sistemáticos, como bem nos mostra Kristeller (KRISTELLER, 1995, p. 12). Assim, uma definição possível para o Renascimento obtém-se pensando-o como um momento em que os clássicos da Antiguidade greco-romana ganham mais e mais leitores e se firmam como substrato de uma mudança de mentalidade. Dessa maneira, após o apogeu do cristianismo, observamos um movimento de contestação sem precedentes no Ocidente.

Se os autores clássicos são a matéria, a força motriz dessa mudança é uma classe de estudiosos conhecidos como humanistas. Durante o Renascimento, o termo “humanista” designava o professor de retórica. Este ensino, porém, visava a formação de profissionais, como advogados e notários. Aos poucos, porém, os autores clássicos que apenas serviam de modelos retóricos a serem imitados passaram a ser estudados por si mesmos. Firmou-se, então, a importância do *studia humanitatis*, um programa educacional e cultural renascentista que incluía gramática, retórica, poesia e filosofia moral, voltado para a formação de um “novo homem” (KRISTELLER, 1995, p. 16-7; SKINNER, 1998, p. 58-9). Os clássicos ganharam, assim, primeiro plano e passaram a fornecer, além de fórmulas, um novo conjunto de valores, mais apropriado para a condição de liberdade que viviam as cidades italianas.

No rol dos estudiosos que se situam na vanguarda do movimento humanista, temos Petrarca, poeta nascido em Arezzo, que contribuiu enormemente para o fortalecimento de certas teses e para o surgimento de um “caldo de cultura” propício para a irrupção de críticas ferrenhas ao *ethos* medieval. Sua esfera de influência abrange desde a valorização do estilo clássico, até a revisão de autores e práticas políticas da Antiguidade, forjando, assim, um ambiente onde as “novas” ideias poderiam florescer. Dentre as principais contribuições do poeta, encontram-se a valorização da *vita activa* em oposição à vida contemplativa medieval (ADVERSE, 2013, p. 59-61), seu elogio à Roma Antiga e seus cidadãos mais proeminentes, sobretudo Cícero e Cipião, e seu panegírico aos sábios romanos (SKINNER, 1996, p. 108).

Ao conferir aos autores clássicos um novo estatuto, Petrarca abre uma janela por onde a cultura clássica pôde inundar o pensamento medieval de um frescor que propicia a base para o amanhecer de um *ethos* cívico. Sobretudo com o resgate de Cícero, Petrarca põe em primeiro plano um autor que será mais tarde revisitado pelos humanistas e admirado não apenas por seus tratados morais, mas também e principalmente, por suas obras de cunho político, bem como por sua biografia.

À medida que ganhavam adeptos, os humanistas galgavam degraus nas estruturas políticas da época. Coluccio Salutati, o primeiro humanista a se tornar chanceler de Florença, gozou de imenso prestígio e respeitabilidade, como atesta Eugenio Garin:

(...) Coluccio Salutati conservou o seu cargo por mais de trinta anos, até sua morte; e todos os testemunhos concordam quanto á respeitabilidade de que havia gozado em todos os governos, inclusive nos momentos mais graves dos Ciompi (revolta dos Ciompi). A palavra do chanceler descia solenemente da sua tribuna, como se fosse a de um oráculo (GARIN, 1996, p. 23).

Salutati estudou *Ars Dictamnis* (retórica) em Bolonha e, antes de ser chanceler em Florença, foi também em Luca e Todi (SKINNER, 1996, p. 94), sendo que depois dele, tornou-se quase obrigatório ser douto em humanidades para ascender politicamente na república de Florença (GARIN, 1996, I).

A partir do século XV, portanto, os humanistas se tornam protagonistas da vida política de Florença. Essa guinada em sua postura, onde o paradigma do estudioso isolado em reflexão (POCOCK, 1975, III), dá lugar à ideia de que o pensador deve se engajar na vida pública, constitui o Humanismo Cívico, movimento interno ao Humanismo que defendia e participava da vida republicana.

O HUMANISMO CÍVICO

Para tratarmos do humanismo cívico, temos antes que apontar para uma diferença metodológica entre dois importantes intérpretes do movimento. De um lado, está Skinner, do qual nos ocuparemos mais adiante e, de outro, Hans Baron, que forja uma interpretação que ficou conhecida como tese da ruptura,

segundo a qual o “boom” das ideias republicanas se deve em grande medida à guerra entre Florença e Milão, no começo do século XV. Este conflito, associado por Hans Baron ao surgimento do Humanismo Cívico, teve grande influência na história de Florença e no fortalecimento de uma elite intelectual, da qual Maquiavel fez parte.

Seguindo Baron, procuraremos resumir as causas e os desdobramentos deste conflito, mencionando brevemente a maneira como este autor relaciona o conflito à emergência do Humanismo Cívico.

As cinco potências da península italiana possuíam um tênue equilíbrio: três principados – os estados papais, e os reinos de Nápoles e Sicília, e duas repúblicas – Veneza e Florença. Como dissemos, no período em questão, surgiam novas senhorias e ao Norte de Florença, Milão observava atenta o jogo político, a fim de anexar territórios. Sendo pioneira em organizar uma região inteira sob seu domínio e com “vocação” expansionista⁵, e ainda por cima partidária Gibelina, a nova potência encontrava-se em situação favorável para empreender uma expansão ao Sul da península. Florença, que era uma cidade guelfa, por motivos diversos⁶, manteve-se neutra durante a expansão milanesa da segunda metade do Trecento.

Finalmente, em 1390, as tensões entre Florença e Giangaleazzo Visconti, o Senhor de Milão, se tornam insustentáveis e a guerra toma o lugar da diplomacia. A guerra que terminaria em 1402 com a morte de Visconti não adentrou a cidade à beira do Arno e, diante disso, pode-se perguntar como os florentinos resistiram por tanto tempo às investidas de Milão.

Baron argumenta que o elemento mais importante para a resistência da república florentina foi a capacidade que os Humanistas cívicos tiveram de

⁵ Conforme o argumento, Milão consolidou seu poder ao Norte e, uma vez estável, voltou-se para o Sul, a fim de ampliar suas fronteiras: “After territorial integration on a broader basis had been achieved in some parts of northern Italy, tyranny had not stopped on its road of expansion. It had called forth an ever more intense struggle for survival among the aggrandized states, and once the supremacy of one of the remaining despots – eventually the Milanese lord of Lombardy – had been established, there was no limit to the further expansion of his state until the natural boundaries of northern Italy were reached. After concentration of power in his hands had become vast enough, the tide would roll on to the south, to the papal provinces of Romagna-Emilia and Umbria, or to Tuscany” BARON, 1966 p. 15.

⁶ Como mostra Baron, havia uma divisão interna em Florença: parte da elite via vantagens em se associar à Igreja enquanto, a parcela mais popular não se mostrava muito favorável aos Guelfos de modo que não havendo consenso, a neutralidade parecia ser uma posição natural. BARON, 1966, p. 19.

mobilizar ideologicamente uma coesão interna tão forte que logrou intimidar Visconti. De acordo com ele, o Humanismo Cívico desabrocha gloriosamente como uma resposta à ameaça milanesa. Diante do risco do domínio estrangeiro os humanistas florentinos, que já constituíam uma classe importante, se dedicaram mais e mais à defesa da república como a expressão política da liberdade.

Quando Bolonha, em 1402, a última aliada de Florença, cai, estranhamente Milão não avança sobre Florença. Para Baron isso ocorre devido ao *modus operandi* de Visconti, que preferia enfraquecer o adversário por meio de propaganda e agitadores internos até que voluntariamente o inimigo capitulasse⁷. A propaganda milanesa era feita por humanistas como Antonio Loschi, Francesco di Vanozzo e Saviozzo da Siena, por exemplo. Porém, em Florença, a maioria dos humanistas se posicionava contra as intenções de Giangaleazzo louvando a liberdade republicana da cidade enfaticamente.

Dessa maneira, pode-se considerar que a “reserva moral” produzida pelos humanistas florentinos foi determinante na sobrevivência da cidade: “Qualquer que seja nossa abordagem da conduta Florentina em 1402, chegaremos à conclusão de que, durante o momento de crise, forças morais e ideológicas atuaram para conduzir os florentinos a um curso totalmente diferente do resto da Itália” (BARON, 1966, p. 44)⁸.

Foi a necessidade de construir um discurso para resistir à tática de guerra do principado do Norte que leva, de acordo com Baron, a cidade de Florença a emergir em 1402 como o *locus* de “fundação” do Humanismo Cívico, ou seja, um movimento cultural que retoma dos clássicos não apenas o amor pelas

⁷ "We have no documents that give the causes of Giangaleazzo's hesitation, but the reasons suggest themselves readily to anyone who weigh all the factors of the situation. In Giangaleazzo's long political career, there had been few cases in which great cities had been attacked and taken by outright force. His method, of which he was a past master, had always been to throw over his victim a net woven of superior might and poignant propaganda, and then to wait until the certainty of doom, causing treachery and defection in the adversary's ranks, made minds and fortifications yield voluntarily to the new lord." BARON, 1966, 39.

⁸ "From whatever side we approach Florentine conduct in 1402 we are thus led to the conclusion that, in the hour of crisis, moral and ideological forces were at work to help the Florentines to pursue a course different from that of the rest of Italy"

letras, mas também e principalmente uma fervorosa exaltação da pátria e da *vita activa*.

Assim, de acordo com Baron, podemos rastrear um evento determinante que marca uma inflexão no Humanismo. A batalha pela liberdade frente à Milão mobiliza energias e discursos que renovam a face do Humanismo em Florença e forja novos valores e elementos de uma reflexão política pujante.

No entanto, a interpretação de Baron encontra uma antítese com Quentin Skinner. Pensamos ser importante, dedicar alguns parágrafos para mostrar a contraposição de Skinner, não apenas pela qualidade de suas ponderações, mas também, porque elas nos permitem compor com mais abrangência o quadro de ideias do período.

Skinner compreende o Humanismo Cívico sob um viés de continuidade. Sua obra *As fundações do pensamento político moderno* constitui uma análise rica em detalhes sobre a Baixa Idade Média e as origens dos valores republicanos no Renascimento.

Para ele, como dito anteriormente, as ideias republicanas começam a circular muito anteriormente ao século XV. Isso, como se pode notar, pode ser tomado como uma espécie de ruptura tal qual a que Baron tenta localizar. Entretanto, Skinner afirma também, e principalmente, que é o estudo das disciplinas escolásticas que deve ser considerado como a causa do desenvolvimento de uma teoria republicana entre os Humanistas (SKINNER, 1996, p. 49).

De acordo com sua perspectiva, as universidades medievais que preparavam o corpo burocrático que servia nas cortes, detinham uma disciplina muito especial, a *Ars Dictamis*, que era o estudo da produção literária de cartas e documentos oficiais. Por ser um meio de comunicação e persuasão crucial à época, a formação desse corpo burocrático recorria necessariamente ao estudo da retórica que, tinha em Cícero um exemplo a ser seguido (ADVERSE, 2009, p. 124-9). Assim, como destaca Skinner:

Numerosos estudantes que tinham começado a aprender a *Ars Dictamis* como nada mais que uma parte de sua formação mais ampla para a carreira de advogado, começaram a se sentir mais e mais interessados nos poetas, oradores e historiadores clássicos que lhes eram propostos como modelo de bom estilo retórico. Ou seja, passaram a tratar esses escritores não apenas como mestres em alguns artifícios estilísticos, mas como figuras literárias sérias, dignas

de serem estudadas e imitadas por si mesmas (SKINNER, 1996, p. 58-9)

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que as disputas políticas entre Império e Igreja assediavam as cidades estado italianas, o estudo da retórica voltando às raízes do pensamento filosófico da antiguidade, propiciava a formulação das armas que iriam desferir um contra-ataque em favor da liberdade republicana mais tarde.

Mas, na realidade, o centro da questão para Skinner é que o que acontece em Florença no início de 1400 não constitui uma grande novidade na Itália. Essa tese é defendida por duas vias essencialmente: primeiramente, por conta de autores que já no *Trecento* argumentavam muito convictamente em favor da república, e em segundo lugar, por conta da grande influência de Petrarca em reviver os ideais republicanos.

A primeira observação se sustenta principalmente na obra de Marsílio de Pádua “O Defensor da Paz”, de 1324. Nesse trabalho, Marsílio critica abertamente Tomás de Aquino na sua predileção pelo governo monárquico e lidera uma viragem na opinião corrente até então. Para ele, “o apogeu de Roma se deu no período republicano, e não mais no imperial” (SKINNER, 1996, p. 75). Marsílio também foi, de acordo com Skinner, um precursor da revitalização de Cícero e Catão como homens de ação política, o que pode ser entendido como um elemento basilar da ideia de *vita activa*:

Antes, esses homens tendiam a ser vistos estritamente como sábios estoicos, portanto como modelos de desapego em face do burburinho da vida política. Agora, ao contrário, são elogiados como grandes patriotas, figuras exemplares da virtude cívica, que perceberam o quanto estava ameaçada a liberdade republicana e tentaram salvá-la da tirania que avançava (SKINNER, 1996, p. 75).

Dando sequência à sua análise da obra de Marsílio, Skinner aponta que o maior interesse do filósofo italiano era dirimir as lutas entre facções que eliminavam a paz política. Seu remédio consistia basicamente em dois passos: as decisões políticas deveriam ser tomadas em assembleias e o povo deveria ser tido como o mais importante legislador (SKINNER, 1996, p. 83).

Pode-se notar, portanto, que por mais que Florença tenha passado à posteridade como o lugar de reformulação de uma teoria republicana, as raízes desse fenômeno são muito mais profundas.

A segunda observação de Skinner joga luz sobre a influência de Petrarca. O poeta nascido em 1304, teria, por conta de sua grande reputação, sido o maior responsável por avivar o Cícero estadista, que segundo ele, era “o grande gênio da Antiguidade” (SKINNER, p. 106). O elogio de Petrarca impulsiona uma procura alucinante pelas obras de Cícero. Sendo assim, Petrarca é o “rosto famoso” que conduz a reinterpretação da Roma Antiga. É ele que chama atenção para Cícero como homem de Estado, ao invés de apenas um “sábio estoico” (SKINNER, 1996, p. 106-8).

O que Skinner quer é fazer do Humanismo Cívico uma deriva do Humanismo e este, um resultado das reflexões feitas por escolásticos, muito anterior à guerra entre Florença e Milão. Resumindo a tese da ruptura nas palavras de Skinner:

Baron considera que o desenvolvimento das ideias políticas na Florença do início do *Quattrocento* constituiu, em sua essência, uma reação à 'luta pela liberdade cívica' que os florentinos foram forçados a travar, por toda a primeira metade do século XV, contra uma série de déspotas belicosos (SKINNER, 1996, p. 91).

O problema, para ele, é que podemos traçar pelo menos quatro pontos de concordância entre alguns escolásticos e os humanistas cívicos⁹– e isso denuncia que as causas do surgimento de um Humanismo Cívico não repousam nem em Florença, nem na guerra contra o duque de Milão.

Ao apresentar essas duas teses não desejamos, por mais paradoxal que pareça, nos filiar definitivamente à um dos dois entendimentos. Trazemos essas duas teses, pois, por meio delas, enriquecemos nossa narrativa ao colocar em perspectiva à geopolítica – principalmente pela análise de Baron – e o relevante papel das universidades ao explorar e fecundar textos empoeirados nas prateleiras das bibliotecas – como nos mostra Skinner.

⁹ a) o entendimento de que a forma republicana corresponde à liberdade política; b) a ideia de que é preciso aprimorar a virtude dos cidadãos para a manutenção da república; c) a concepção de que o valor de um homem se mede por sua capacidade de agir em favor da comunidade é o terceiro; d) e a ideia de que a república foi o melhor período da história romana (SKINNER, 1996, p. 100-4).

Contudo, não negamos a simpatia pela tese de Baron. Isso porque, parece-nos coerente pensar que eventos críticos produzem respostas mais consistentes, de modo que o processo político emergencial vivenciado pelas pessoas à época não deixa escapatória: forjar nossos símbolos e novos “porquês” para as formas de viver. Afinal, por mais que estivessem lá as ideias, o que parece animar o surgimento de um “movimento” que as represente é o evento crítico mencionado por Baron.

NA CORTE: OS ESPELHOS DE PRÍNCIPE

O Humanismo Cívico foi, sem sombra de dúvida, um dos grandes marcos do Renascimento. Não apenas por ter sido o esteio ideológico de embates políticos fervorosos, mas principalmente por forjar o paradigma político hegemônico das democracias ocidentais modernas (POCOCK, 1975). Mas, devemos nos lembrar que os humanistas cívicos eram parte de um grupo muito maior de pensadores. Sendo assim, não causa espanto que, durante o recrudescimento das repúblicas comunais italianas, narrado acima, muitos desses estudiosos tenham se alinhado às cortes.

Sabemos desde Burckhardt que os humanistas estavam tão próximos das cortes quanto qualquer funcionário dos *Signori* (BURCKHARDT, 2009)¹⁰ e, como a historiografia mais recente atesta, mesmo Petrarca, um grande admirador do republicano Cícero, serviu nas cortes principescas (BARON, 1966, p.5). Sabemos, portanto, que houve grande participação de humanistas no suporte aos regimes monárquicos.

Um elemento que ajuda a demonstrar o compromisso de alguns humanistas com os principados é o *Espelho de Príncipe*. O *Espelho de Príncipe* foi um gênero literário que alcançou grande relevância na vida intelectual do século XV e seu objetivo era oferecer conselhos ao soberano que, como se sabe, desde a Antiguidade já podia ser uma pessoa. Ocorre que, assim como a monarquia era um regime conhecido e estudado há séculos, também os livros de conselhos ao monarca não eram nenhuma novidade. No entanto, podemos

¹⁰"Pelo menos em parte, e ao longo de certo número de anos, a educação dos filhos dos príncipes esteve, também na maioria das demais cortes italianas, nas mãos dos humanistas, que, assim, deram um passo adiante na direção da vida cortesã." BURCKHARDT, 2009, p. 208

observar no Renascimento algumas novidades que o distinguem dos seus antecessores (GILBERT, 1939, p. 455-61).

Em oposição direta à cultura medieval, os espelhos humanistas retiram a ideia de um prêmio *pós morte* como a motivação central para a ação ética do príncipe. Ao invés disso, paz e a justiça são as metas do governante, porque fornecem fama e glória neste mundo (GILBERT, 1939).

Chama atenção o fato de que os humanistas, como era de se esperar, polemizam mais diretamente com a tradição medieval dos *Espelhos de Príncipe*. Ao contrário dos escolásticos, os humanistas colocam a recompensa neste mundo, dando vazão coerente aos seus princípios de recobrar a cultura clássica.

Além disso, outro ponto distingue essencialmente os *Espelhos de Príncipe* humanistas dos medievais: a ênfase no "catálogo de virtudes" do príncipe. Trazendo a discussão para o âmbito das virtudes, estes autores mantinham-se fiéis ao ideal de valorização do mundo clássico, servindo-se dos modelos providos por Aristóteles na *Ética a Nicômaco* e por Cícero no *Dos Deveres* (GILBERT, 1939, p. 462).

VIRTÙ E FORTUNA

Já há muito, o estudo da cultura clássica reavivara a deusa pagã Fortuna, que na Roma antiga "era responsabilizada pelos acontecimentos privados e políticos que tanto poderiam destruir os planos quanto, de modo surpreendente e inesperado, favorecer os empreendimentos" (AMES, 2002, p. 125). Para os humanistas, a fortuna correspondia a uma força de oposição aos desejos humanos, sendo, porém, passível de ser controlada por aqueles que possuísem virtude (SKINNER, 1996, p. 116).

É esta virtude¹¹ que se coloca então como elemento fundamental para o confronto com Fortuna. Como dissemos, a virtude é composta por um rol de qualidades, como um catálogo. Este catálogo era composto pelas quatro virtudes cardeais de Platão (sabedoria, coragem, temperança e senso de

¹¹ *Virtù* em italiano.

justiça) acrescidas de honestidade, magnanimidade e liberalidade (SKINNER, 1996, p. 40-1; SKINNER, 2000, p. 68). Uma vez que adquirisse as virtudes, o príncipe, supostamente, estaria apto a se defender das dificuldades impostas pela Fortuna, angariando seus favores.

Uma questão relativa à virtude que emana dos Espelhos de Príncipe: devido ao seu lugar especial, a virtude do príncipe é diferente da virtude dos "homens normais"? A resposta é negativa, pois, no interior dessas obras, a opinião predominante é a de que o príncipe deve ser o príncipe justamente porque é um homem virtuoso:

(...) De um modo geral, observamos que os escritos humanistas partem, invariavelmente, da aceitação da coincidência entre o príncipe ideal e o ser humano ideal; e por causa disso, seu conteúdo e forma são, em grande medida, predeterminados pela tradição medieval dos *espelhos de príncipe*. E mesmo esses elementos por eles acrescentados – o catálogo de virtudes mais acurado e a ênfase na personalidade do príncipe – são endossados pela autoridade literária da Antiguidade. (GILBERT, 1939, p. 464-5)¹².

Parece haver, na concepção humanista um entendimento de que agir em consonância com a virtude por eles desenhada traria uma vitória inconteste sobre a Fortuna. Quase como se esta, diante daquele que exibisse virtude, se recolhesse e acatasse seus desejos. Este ponto guarda uma intrínseca relação com a filosofia platônica, na medida em que o governante é (ou deva ser) aquele que detém a virtude, o saber. Afinal, como nos mostra Pocock, as teorias política do Renascimento visitam, naturalmente os clássicos, Platão incluído¹³ (POCOCK, 1975, I).

Platão, n'A *República*, consideraria que o rei filósofo deveria ser o "legislador constante", pois poderia aplicar as leis aos casos particulares. Em outras palavras, o poder repousa em um homem e não em um corpo de leis, sejam

¹² "(...)in general we have seen that the humanist writings invariably started by accepting the traditional identity between the ideal prince and the ideal human being; and because of this fact, their contents and form were, to a large extent, predetermined by the medieval tradition of the mirror of princes. And even those elements which they added - the more comprehensive catalogue of virtues and the stronger emphasis on the personality of the prince - were endorsed by a literary authority, that of antiquity"

¹³ Como nos mostram GARIN, GILBERT E POCOCK, as obras de Platão não encontravam-se todas disponíveis, mas suas teses eram conhecidas, devido à cultura medieval e a algumas traduções humanistas. GARIN, nos lembra das traduções de Leonardo Bruni (GARIN, I); GILBERT demonstra a proximidade entre o papel do Rei Filósofo e o príncipe no Espelho de Príncipe de Alberti (GILBERT, 1939, p. 473). Por fim, POCOCK mostra como a Idade Média lia vorazmente o autor grego, demonstrando como suas ideias eram bem conhecidas, ainda que nem todas as suas obras estivessem disponíveis (POCOCK, 1975, I).

elas oriundas do costume ou da racionalidade (POCOCK, 1975, p. 20). Note-se a relação direta entre a importância dada àquele que governa e suas qualidades morais. Para Platão, assim como para os humanistas, mais importante que a estrutura política em uma monarquia, é que o príncipe conheça e exiba a virtude. Ou, melhor dizendo, a estrutura política adequada à uma monarquia é aquela na qual o príncipe virtuoso possa agir livremente, sem empecilhos, a fim de instituir a justiça na cidade.

A RUPTURA MAQUIAVELIANA

Podemos dizer que Maquiavel estabelece uma ruptura com seus contemporâneos em pelo menos duas frentes. A primeira diz respeito à sua metodologia e a segunda diz respeito à sua compreensão da *virtù* e sua relação com a fortuna. Quanto à metodologia, acreditamos que dois elementos são fundamentais: a) a estratégia retórica b) a estratégia analítica.

O outro front no qual o secretário “combate” é fruto do primeiro: a *virtù* não deve ser compreendida como uma simples capacidade de “metamorfose”, de pura adequação à fortuna. Antes, deve ser considerada como o ímpeto do homem perante as circunstâncias, como sua capacidade criativa, capaz de forjar o futuro, sempre, naturalmente, dentro de certos limites.

Nosso primeiro passo para demarcar a ruptura maquiaveliana será tratar da metodologia retórica e analítica do secretário, para, posteriormente, demonstrar como ele compreende a relação *virtù* x fortuna. É importante esclarecer que ao abordarmos a *virtù* no primeiro capítulo de nossa dissertação, acreditamos lançar as bases para a análise do príncipe novo. Afinal, toda a exposição do secretário sobre o tema parte do pressuposto que o príncipe novo deve forjar seu lugar, de modo que, é logicamente anterior assumir que isso só acontece porque aos homens é dado a possibilidade de confrontar as circunstâncias mais adversas.

A ESTRATÉGIA RETÓRICA

De acordo com Ames, os textos de Maquiavel são marcados por uma estratégia persuasiva. Isso ocorre porque o momento político no qual viveu era demasiadamente conturbado pelas disputas políticas e pela autoridade eclesiástica. Como desejava introduzir novidades na teoria política, ele se expõe a grandes perigos.

Por esse motivo, Maquiavel obriga-se a comunicar seu pensamento usando de artifícios que o coloquem ao abrigo da repressão das autoridades estabelecidas: preocupado em descobrir os princípios novos, não pode, sem risco e a menos que queira transformar-se em mártir, atacar de frente ou abertamente o poder instituído e os defensores irrestritos da tradição. Esse limite faz com que adote uma 'via oblíqua' para comunicar seu pensamento. (AMES, 2002, p. 20)

Maquiavel, portanto, dissimula o sentido de sua exposição de duas maneiras: a) evita discorrer sobre todas as consequências lógicas de sua tese, deixando o leitor mais atento tirar as conclusões por si mesmo; b) enfrenta uma autoridade com outra autoridade, "amaciando" o tom da crítica.

Como à época a autoridade eclesiástica oferecia grande risco a qualquer um que fugisse aos seus cânones, basta lembrar de Savonarola, uma vez que Maquiavel enxergava a Igreja como um grande empecilho para a unificação e potência da Itália, ele precisava ser perspicaz para criticá-la. Assim, como argumenta Ames, nos capítulos III a VI de *O Príncipe*, Maquiavel critica indiretamente a Igreja, sem dizer que é ela o alvo de sua crítica. Por esse motivo, para entender que o secretário critica a Igreja, seria necessário conhecer o contexto e ter alguma "maldade" na leitura:

Assim, servindo-se habilmente do recurso de deixar entender, de deixar pistas para que o não dito (mas efetivamente intencionado) possa ser deduzido do dito, Maquiavel leva seu leitor a uma conclusão demasiadamente perigosa ou explosiva, para ser enunciada claramente: para que a Itália pudesse sair de sua condição atual, 'mais escrava do que os hebreus, mais serva do que os persas, mais dispersa do que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada' (Príncipe, XXVI), e se constituísse numa nação unificada e forte, seria necessário que os Estados pontifícios fossem secularizados, a nobreza feudal extinta, as liberdades destruídas e o poder papal abatido. (AMES, 2002, p. 24)

Em outras palavras, o sentido do que Maquiavel quer dizer, precisa sempre ser compreendido à luz de sua estratégia. Numa época em que a Igreja reagia com

maior violência às críticas sofridas, parece-nos prudente da parte do secretário ser cuidadoso com suas palavras. De um modo geral, portanto, sabemos que é importante ler Maquiavel com certa “maldade”. Pedimos ao leitor apenas mais alguns parágrafos para acompanhar Ames em sua exposição sobre os aspectos formais da retórica do secretário.

ASPECTOS FORMAIS DO DISCURSO MAQUIAVELIANO

Havia um costume no humanismo renascentista de encaixar cada obra em um gênero literário. Maquiavel, como homem de seu tempo, segue a tradição. Assim, *O Príncipe* é um espelho de príncipe; o *Discursos* um comentário de um autor clássico e a *História de Florença* é uma *storie vere*. *A Arte da Guerra* é um diálogo. A fim de ser lido e melhor persuadir seu interlocutor, Maquiavel mantém os cânones literários.

A estratégia é a mesma: aproxima-se de uma tese consagrada pela tradição ou em alta consideração, dando a impressão de concordar com ela. Porém, acaba extraindo dela conclusões distintas daquelas consagradas. Um exemplo pode ser encontrado no capítulo II de *O Príncipe* onde, ao analisar o principado hereditário como mais fácil de manter devido ao costume, Maquiavel subverte a ideia original de que um príncipe herdeiro é “legítimo” pela ordem divina ou natural. O que se pode notar, é que ele se vale de linguagem e temas tradicionais cujas soluções, entretanto, são novas (AMES, 2002, p. 32).

Outra estratégia consiste no raciocínio por dilemas, onde Maquiavel apresenta um dilema (uma questão) e oferece duas soluções radicalmente opostas e extremas, refutando uma delas em favor da outra. Note-se que as saídas intermediárias são desconsideradas pelo secretário florentino.

Para Ames, essa estratégia ilumina a compreensão de Maquiavel sobre a política, uma compreensão de que “somente nas decisões rápidas e seguras revela-se a *virtù* do político e que não há nada mais nocivo nas ações públicas do que as deliberações ambíguas ou as lentas e tardias”¹⁴ (AMES, 2002, p. 39).

¹⁴ Mais à diante analisamos essa compreensão, ao abordarmos a crítica de Maquiavel à Via do Meio.

A ESTRATÉGIA ANALÍTICA

Compondo o que poderíamos chamar de “metodologia” de Maquiavel, temos, ao lado da estratégia retórica, uma estratégia analítica que consiste em uma abordagem sistematizada do real. Possivelmente por ser um homem de ação, Maquiavel defende a necessidade de pensar a política a partir do concreto, a partir do que ele chama de “verdade efetiva”.

Neste tópico, desejamos explicitar que o secretário compreende a política em um nível razoavelmente “objetivo”. Em outras palavras, acreditamos poder dizer que as lições dadas por Maquiavel têm caráter prático, no sentido de que são extraídas de situações concretas que normatizam suas recomendações. Como consequência, a política é lugar onde a moralidade tradicional talvez não se aplique.

Pretendemos conectar essa aquisição teórica com uma análise da compreensão do secretário sobre *virtù* e fortuna, pois, conforme nossos objetivos previamente expostos, essa compreensão é que abre espaço para nosso estudo do príncipe novo – de suas características e de seus desafios.

A VERDADE EFETIVA

Em *O Príncipe*, Maquiavel ataca pelo menos três tradições do pensamento político ocidental. A tradição cristã, que respirava Agostinho e expirava Tomás de Aquino, e tornava os homens propensos à vida contemplativa¹⁵, o Humanismo, que via nos conflitos um problema que deveria ser extirpado da vida política¹⁶ e, por fim, a filosofia política de Platão, cujo idealismo transportado para a vida política enceta um problema para o filósofo italiano¹⁷.

¹⁵ Para uma análise aprofundada dessa crítica ver: SULLIVAN, Vickie B. Machiavelli's three Romes: religion, human liberty, and politics reformed. DeKalb, Ill.: Northern Illinois University Press, 1996.; AMES, José Luiz. Religião e política no pensamento de Maquiavel, in: *Kriterion* vol.47 no.113 Belo Horizonte June 2006.

¹⁶ Um estudo detalhado pode ser encontrado em BIGNOTTO, 1991, p. 82-90.

¹⁷ Há também, como observa Marcia Colish (1978), uma polêmica de Maquiavel com Cícero. Conforme já mencionado, Cícero representa para os humanistas um grande exemplo a ser seguido e suas teses políticas tutelam a imensa maioria dos pensadores da época. Em seu artigo, a pesquisadora demonstra os paralelos entre *O Príncipe* e o *De Officiis* a fim de demonstrar as rupturas de Maquiavel com certas ideias do filósofo romano. Chama atenção, sobretudo, que no *De Officiis* Cícero assume que certas ocasiões da vida política exigem por parte do agente político romper com a moral vigente a fim de preservar a justiça: “Justice, for Cicero, is the paramount virtue, for the duties flowing from it above all 'pertinent and hominum utilitatem'. Cicero combines the traditional Platonic and Aristotelian *sum cuique formula* with the defense of private rights drawn from Roman law. Justice prevents us from injuring others, except when we are punishing injuries, and it leads us to use common possessions for the

Nosso recorte temático não permitiria adentrar satisfatoriamente os três pilares atacados por Maquiavel. E, na realidade, para nossos propósitos, parece-nos mais adequado discorrer sobre a crítica à tradição platônica, pois, é sobre Platão e Sêneca que os humanistas erigiram o modelo do príncipe virtuoso, como dissemos acima.

No Capítulo XV de *O Príncipe*, Maquiavel afirma:

(...) sendo meu intento escrever uma coisa útil para quem a escuta, parece-me mais conveniente seguir a verdade efetiva da coisa do que a imaginação sobre ela. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade, porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver que aquele que abandona o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se (*O PRÍNCIPE*, XV)

Neste capítulo, Maquiavel discorre sobre a melhor maneira de se comportar para angariar o apoio dos súditos. No entanto, o excerto acima nos remete muito claramente ao texto de Platão, *A República*.

Como se sabe, a teoria das formas de Platão, afirma a divisão entre o mundo material e o mundo das ideias, de modo que o primeiro é, apenas uma cópia imperfeita do segundo. Dessa maneira, o filósofo deve usar seu conhecimento das formas para tornar o mundo material um lugar mais justo. Essa justiça se materializa em *A República* com o poder político sendo conferido àqueles que conhecem as formas e não se enganam com as aparências, pois detém o conhecimento da verdade.

common good and private property for private interests. In applying these principles, Cicero stresses at some length that circumstances alter cases. There are some occasions when cruelty is in order and when we are excused from the normal obligations of trust, truthfulness and good faith." (p. 87).

Para Colish, Maquiavel se aproxima de Cícero na medida em que assume em grande parte a estrutura argumentativa do *De Officiis*, afastando-se, porém, substancialmente no conteúdo. Dessa maneira, enquanto Cícero propõe que o governante deva ser liberal e afirma que o amor dos súditos provém segurança para o governante, Maquiavel defende o contrário: "His advice is sometimes diametrically opposed to Cicero's. Thus, he argues that frugality is preferable to liberality. A still more striking departure from Cicero is Machiavelli's advocacy of dissimulation. Where Cicero asserts that all efforts to fake the virtues are doomed to failure, Machiavelli insists that people often judge by appearances and results, and that the prince should therefore not hesitate to imitate those virtues which are useful but which he does not possess. It is not necessary to have all the virtues, he argues, but it is necessary to appear to have them" (p. 90-1). Frise-se a polêmica no que diz respeito à virtude do governante. Enquanto Cícero defende que ela deva ser "real", Maquiavel questiona a realidade, na medida em que ela não pode ser mensurada em si, apenas conforme nos aparece. Em suma, a virtude pode ser simulada, afinal, a única coisa passível de ser analisada é aquilo que nos é visível, é o "fenômeno".

Para Bignotto, no que diz respeito à tese política d'*A República*, o movimento argumentativo de Platão retoma um debate há muito em voga na Grécia: o debate entre os convencionalistas, aqueles que defendiam que as leis são fabricadas pelos seres humanos, o que forma justo ou injusto é o poder estabelecido - não há transcendência da justiça, ela é um produto dos seres humanos; e os essencialistas, que defendem a posição que existe um justo "transcendente" e o poder político deve espelhá-lo (BIGNOTTO, 1998, p 91).

Platão, ao lado dos essencialistas, defende a necessidade de realizar na *pólis* a ideia de justiça, ou seja, para ele, a política possui caráter primordialmente prescritivo. Dessa maneira, quando Maquiavel afirma que existe grande distância entre a maneira que se vive e a maneira que se deveria viver, ele se coloca em confronto com a tradição essencialista e dá a entender que abordará a política em sua forma concreta, verificável.

A verdade efetiva, portanto, não é nada mais do que uma maneira de examinar o fenômeno político: ao invés de propor soluções baseando-se numa concepção prévia de como o mundo deveria ser, Maquiavel entende que é preciso, antes, observar e apreender como as coisas são. Somente compreendendo as contingências e as regularidades que se apresentam no campo da política, poderíamos extrair algum tipo de conhecimento. É por esse motivo que o estudo da História ganha em sua obra um status especial. Afinal, conhecendo o passado, podemos entender as tendências do comportamento humano, podendo, assim, ter uma base razoável de previsão e controle.

A atenção concedida por Maquiavel à História provém de sua crença de que o conhecimento histórico fornece um arsenal de ideias para a compreensão e ação no mundo presente. Permite desvendar algumas regularidades no comportamento dos seres humanos e com isso obter sucesso em sua empreitada. É uma questão de racionalidade, como nos mostra Ames:

Controlar a regularidade histórica significa, para Maquiavel, conhecer e tirar proveito da exigência de êxito do agir político: quanto mais ele for orientado pelo conhecimento histórico, tanto mais racional será, isto é, tanto mais livre de engano será a realização futura. O objetivo da ação orientada pelo conhecimento histórico é, em última análise, a tentativa de reduzir a influência da fortuna no agir humano:

procedendo-se a análise dos componentes da situação será possível alcançar um conhecimento do sentido e da estrutura da ação e propor formas de ação mais seguras (AMES, 2002; p. 56)

O conhecimento da História não deve, no entanto, ser considerado como um saber total a respeito da política, ou mesmo, sobre o mundo. É certo que possamos identificar certas repetições, mas nunca devemos nos esquecer que estas não acontecem de maneira mecânica. Em outras palavras, saber que x causou y em algum momento, não exclui a possibilidade de x causar z em outras circunstâncias.

Como nos mostra Claude Lefort, há em Maquiavel uma “fenomenologia”, um saber que não é o absoluto pretensamente alcançado pela razão. Esse saber é dotado de limites daquilo que nos é legado e das lições que podemos extrair de vários contextos específicos. Devemos nos lembrar sempre que diante da finitude e precariedade da condição gnosiológica do ser humano, sempre podemos ser surpreendidos por algo. Assim, para Lefort, o conhecimento que Maquiavel extrai da História não nos permite prever com 100% de certeza os acontecimentos futuros, mas nos oferecem um rumo para a ação:

Ao afirmar a permanência do conflito, ao rejeitar a ideia de que uma forma política carrega em si a estabilidade, o pensador reconhece a permanência dos acidentes e, conseqüentemente, designa a função do Príncipe como a de um sujeito que conquista a verdade num movimento continuado de racionalização da experiência. Ao mesmo tempo se arroga o direito de conceber as relações de força em sua generalidade, ensina que estas se instituem sempre pelas operações empíricas de agentes colocados em condições contingentes. Ao mesmo tempo em que extrai de toda situação os termos de um problema e nos torna sensível a exigência de um método, mostra que os dados deste problema não deixam de mudar e que a solução jamais é fornecida antecipadamente (LEFORT, 1972, p. 41)¹⁸

Dessa maneira, em oposição ao idealismo de Platão, a obra maquiaveliana está impregnada de imanência, no sentido de que aquilo que podemos saber depende da nossa capacidade de interpretar os dados que a experiência nos informa.

¹⁸ Tradução inédita de Pancera e Adverse.

UMA OBJEÇÃO

Assumir que o método de Maquiavel consiste em extrair dos acontecimentos uma regra geral, consiste em dizer que sua abordagem metodológica é indutiva. Nessa perspectiva, poderíamos dizer que ele viveu, observou e registrou o que os “fatos” mostraram.

Não obstante, Ames lança uma *questão*: poderíamos afirmar que Maquiavel pinça exemplos para fazê-los conformes à uma regra geral previamente exposta?

Quer dizer, Maquiavel não extrai a regra, de que a força é o único instrumento capaz de impor respeito nas relações interestaduais, de conhecimentos da história ou da análise da situação presente de Florença e da Itália. Ao invés disso, notamos que estas informações são utilizadas para corroborar uma regra preexistente, com a qual ele abre o próprio discurso. (AMES, 2002, p. 45)

Nessa perspectiva a questão de Ames embaralha as coisas. Não poderíamos discordar, dessa observação, uma vez que uma olhadela n’O *Príncipe* já corrobora seu argumento. Acreditamos, porém, que as regras com as quais ele abre os capítulos são fruto de sua experiência política transmutada em recomendações após longos anos de vivência. Conseqüentemente, a disposição dos tópicos em: “regra geral – exemplo – confirmação da regra geral”; apenas reflete a estratégia argumentativa de Maquiavel previamente mencionada. Em outras palavras, a maneira como ele expõe não altera seu conteúdo. Todavia, não podemos fazer injustiça a Ames, pois, a *questão* que ele lança na obra de 2002 é mais explorada em artigo de 2015.

Acompanhando Lefort, Ames responde que o sentido da verdade efetiva não é o de uma aquisição direta dos fatos, um método que forneça empírica e objetivamente acesso ao real. O que ocorre é que os acontecimentos detêm uma dimensão fenomenológica e toda análise sempre é análise do fenômeno. A verdade efetiva corresponde, portanto, ao método que procura extrair do fenômeno político seu significado e não impor ao mesmo uma dimensão normativa.

Portanto, embora a *verità effettuale* consista em tomar as coisas tais como são (em vez de como as imaginamos ser) e em avaliar as ações por suas conseqüências (em lugar de estima-las por suas motivações), não pode ser considerada uma simples verdade dos

fatos, como se fosse a transcrição em palavras de um acontecimento empírico. Ao contrário, ela implica uma inversão da relação do homem com a verdade. (...) Esta mudança implica considerar a *verità effettuale* como verdade fenomenal: não há outra verdade senão aquela que nos aparece (...) (AMES, 2015, p. 114)

É nesse sentido que podemos entender a obra de Maquiavel como descritiva. Não descritiva no sentido de apreender o real em si, mas o fenômeno. E, como nos confirma Vatter, a verdade efetiva do secretário “liberta” a tradição política do idealismo dos antigos, na medida em que retira a pretensão de conhecer o *eidos*, pois a política não é o local da verdade objetiva, mas de pura aparência (VATTER, 2013, p. 86-8)¹⁹. Nesse sentido, continua Vatter, “no momento em que você se engaja na política, assume um personagem esvaziado de ‘essência’. Adentra-se um lugar de relações conflituosas onde seus amigos e seus inimigos se importam apenas para sua reputação” (VATTER, 2013, p.88-9)²⁰.

FAZER O MAL?

Para ajudar em nossa análise, deixamos para analisar o aspecto prescritivo da verdade efetiva por último. Uma vez que enfrentamos a questão epistemológica apontando saídas interpretativas que reposicionam Maquiavel como um inovador no debate com os idealistas, cabe agora abordar a verdade efetiva como método de ação. Aliás, vale lembrar que é apoiado nessa tese que o secretário vai construir sua “teoria da *virtù*” que será explorada logo a seguir.

Retomemos a citação do capítulo XV de *O Príncipe*:

Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram de verdade, porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver que aquele que abandona o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se; *pois um homem que queira fazer em todas as partes profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Eis porque é necessário a um príncipe, se*

¹⁹ "Machiavelli rejects 'natural law' in the above sense. All 'good' laws are born from a situation of social and political conflict which is itself not ruled by law; the state of emergency or necessity is not itself an 'exception' to the normal state of human affairs ruled by 'natural law' - it is the rule. Machiavelli believes that the struggle for the state, the struggle to impose a civil condition where individuals can and must live according to the rules of law, is not carried out through the rule of law but in its absence."

²⁰ "The minute you do that [engage in politics], you take a 'persona' or 'character' independent of essence, unencumbered by who you 'really are'. You have entered a conflictual space where your friends as much as your enemies only cares about your 'reputation'"

*quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disso segundo a necessidade (O PRÍNCIPE)*²¹

Direto ao ponto, Maquiavel escancara sua tese: o príncipe deve “aprender a não ser bom”. Ora, não sendo bom o que resta então ao governante? O mal. Logo, Maquiavel recomenda abertamente que o príncipe faça o mal.

Essa chave de leitura foi a adotada por muitos leitores do secretário. Desde Montaigne em seu célebre ensaio *Do útil e do honesto*, até Leo Strauss em *Reflexões sobre Maquiavel*²², muitos consideram indubitável que Maquiavel é, na realidade um defensor de déspotas e conselheiro do mal.

²¹ Grifo nosso.

²² Strauss é enfático em sua crítica à Maquiavel. Suas “reflexões” orientam-se pela convicção de que a obra de Maquiavel é puramente imoral: “Não hesitamos em afirmar, como afirmaram muitos antes de nós, e como à continuação tentaremos prová-lo, que o ensinamento de Maquiavel é imoral e irreligioso. Conhecemos bem as provas que os estudiosos aduzem em favor da afirmação contrária; mas questionamos a interpretação que eles dão dessas provas”. (STRAUSS, 2015, p.22). Na mesma obra, ao analisar “A intenção de *O Príncipe*”, Strauss aponta que Maquiavel produz um tratado de escopo geral sobre os principados, bem como uma obra de ocasião, ou seja, um texto com ensinamentos gerais, mas que abrange também objetivos práticos e imediatos.

No decorrer da análise, Strauss reforça constantemente a ideia de um Maquiavel puramente imoral, que justifica qualquer terror praticado pelos efeitos por ele produzidos. Para ele, Maquiavel procura obscurecer sua imoralidade escondendo-a na exceção do principado novo: “Como professor de príncipes ou de novos príncipes em geral, Maquiavel não está especialmente preocupado com os problemas particulares enfrentados pelos príncipes italianos contemporâneos. Esses problemas particulares têm interesse para ele apenas como ilustrações de problemas típicos. O propósito primário do *Príncipe* não é, assim, oferecer aconselhamento a um príncipe italiano em particular, mas apresentar uma doutrina absolutamente nova a respeito de novos príncipes absolutamente novos em Estados absolutamente novos, ou um ensinamento chocante sobre os mais chocantes fenômenos. Considerando esse fato apreendemos o sentido do último capítulo. O conselho particular ali oferecido serve ao propósito de justificar o novo ensinamento geral diante do tribunal da opinião recebida” (STRAUSS, 2015, p. 101).

Oculto na retórica que justifica a imoralidade no bem comum, restaria na obra de Maquiavel o uso indiscriminado de práticas imorais visando apenas o interesse próprio do príncipe: “O último capítulo sugere, portanto, uma interpretação tolerável do ensinamento chocante que compõe a grande parte do livro. Mas os primeiros 25 capítulos observaram um completo silêncio a respeito do bem comum. (...) Não é possível compreender a conclusão patriótica do *Príncipe* como um verniz respeitável para os planos de um príncipe italiano interessado exclusivamente na sua própria realização? Não pode haver qualquer dúvida a respeito de qual é a resposta a essa pergunta; as políticas imorais recomendadas ao longo do *Príncipe* não são justificadas no bem comum, mas exclusivamente no interesse próprio do príncipe, na sua preocupação egoísta com o seu próprio bem-estar, segurança e glória” (STRAUSS, 2015, p. 102).

Acreditamos que a crítica de Strauss é importante pois compreende uma grande tradição interpretativa da obra do secretário florentino. Preferimos, contudo, não trazê-la à tona em maior proporção devido ao fato de que, nosso objetivo na presente dissertação não consiste primordialmente em analisar a intenção maquiaveliana, mas desejamos dissecar os ensinamentos por ele propostos para elucidar *virtù* e fortuna. Cabe dizer, porém, que não concordamos com Strauss quando afirma que o bem comum surge em *O Príncipe* apenas perto do fim, como uma estratégia retórica que justifica o interesse individual em detrimento do coletivo. Se observarmos seus elogios ao Duque Valentino no proceder com Rimirro de Orco (O PRÍNCIPE, VII), veremos que na realidade, o interesse do príncipe coincide com o interesse popular, na medida em que o próprio poder do príncipe se assenta no povo. Além disso, ao

Rousseau, por outro lado, é um dos mais antigos admiradores do secretário florentino. No capítulo VI do terceiro livro do *Contrato Social*, ele tece alguns comentários muito interessantes para compreendermos a recepção das lições de Maquiavel²³. Na ocasião, Rousseau discorre sobre a dinâmica relação entre o monarca e o povo, defendendo que o governante potencialize seus laços com os populares a fim de ampliar seu próprio poder, e amedrontar os vizinhos. Reconhecendo, porém, que não é isso que em geral os reis fazem, ele comenta:

Creio que, supondo-se os súditos sempre perfeitamente submissos, o interesse do príncipe seria então que o povo se tornasse potente a fim de que essa força, sendo a sua, o tornasse temível aos vizinhos, mas como tal interesse só é secundário e subordinado, e como as duas suposições se mostram incompatíveis, *parece natural que os príncipes sempre prefiram a máxima que lhes seja mais imediatamente útil. (...) É o que Maquiavel fez ver com evidência. Fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos. O Príncipe de Maquiavel é o livro dos republicanos* (ROUSSEAU, 1978, p. 89)²⁴.

Enfático, Rousseau posiciona Maquiavel entre os grandes republicanos, interpretando-o como um escritor sagaz cuja verdadeira mensagem não fora compreendida. Em acréscimo ao comentário textual, em uma nota, Rousseau diz o seguinte sobre o secretário:

Maquiavel era um homem honesto e um bom cidadão; ligado, porém, à Casa dos Médici, foi forçado, durante a opressão de sua pátria a disfarçar seu amor à liberdade. A escolha de seu execrável herói por si só manifesta suficientemente sua intenção secreta; a oposição entre as máximas de seu livro sobre *O Príncipe* e a dos *Discursos sobre Tito Lívio* e de sua *História de Florença* demonstra ainda que esse profundo político só teve até hoje leitores superficiais ou corrompidos (ROUSSEAU, 1978, p. 89).

Duas coisas podemos constatar até aqui: a primeira é que Maquiavel nunca foi uma unanimidade. A segunda, e mais interessante, é que o secretário

analisar aquele que se faz príncipe pelo crime (O PRÍNCIPE, VIII), Maquiavel reluta em conceder a ele um *status* moral.

Poder-se-ia objetivar que tudo não passa de uma estratégia retórica, naturalmente. Porém, entendemos que há de fato, em Maquiavel um elogio da vida política e este elogio perpassa suas reflexões do início ao fim. Grande parte do que defendemos nesta nota, aliás, será à diante discutido resultando ao nosso ver em um saldo favorável ao secretário florentino.

²³ Pancera arrola exemplos de autores modernos que destoam de Strauss, a saber: Baron, Skinner e Pocock (PANCERA, 2010 p. 26-30). Nós, entretanto, como os trouxemos já para o corpo do texto, preferimos ilustrar o contraste com Rousseau, pois, desejamos demonstrar que tal polêmica existe há séculos.

²⁴ Grifo nosso.

florentino deve informar muito mais do que a literalidade de seu texto. De fato, toda nossa exposição acima sobre o a estratégia retórica nos escritos de Maquiavel ajuda a confirmar essa tese. Para nossos propósitos, porém, não cabe apenas mencionar essa “bifurcação”. Precisamos escolher um caminho, pois, toda nossa análise do príncipe novo, seu papel e sua ação, depende dessa escolha interpretativa.

CONFORME A NECESSIDADE

César Bórgia era tido como cruel; no entanto, com sua crueldade restaurou a Romanha, reunificou-a e restituiu-lhe a paz e a fé, o que, bem considerado evidenciará que ele foi muito mais piedoso do que o povo florentino, que, para escapar à fama de cruel, permitiu a destruição de Pistoia (*O PRÍNCIPE*, p. 81).

Aristóteles, n’*A Política* defende que, sendo o ser humano um *zoon politikon*, só pode realizar-se plenamente, alcançar a *Eudaimonia*, vivendo em sociedade. No entanto, a vida em sociedade não consiste em um mero agrupamento de pessoas partilhando “anarquicamente” um local e seus recursos. Para Aristóteles, a vida que pode propiciar a *eudaimonia* é aquela vivida sob um regime político, pois suas instituições são ferramentas para potencializar os meios de suficiência individual e coletiva, além de prover relações fundamentais para o indivíduo (ARISTÓTELES, 1998, V).

Trazemos Aristóteles para o debate para traçar um paralelo entre o estagirita e o florentino²⁵. Enquanto Aristóteles louva a vida sob a *politeia* em *A Política*, Maquiavel também o faz ao longo do primeiro livro dos *Discursos*.

A extensa explanação sobre a origem das cidades (*DISCURSOS*, I-1), a valorização do regime misto (*DISCURSOS*, I-2) e dos ordenadores de repúblicas ou reinos (*DISCURSOS*, I-10) demonstra a nosso ver que Maquiavel prefere a vida política à “licença”, ou seja, a condição na qual os homens não se encontram organizados em um regime político. Na realidade, se observarmos a obra de Maquiavel como um todo, veremos que sua preocupação com a conservação da república é também uma valoração das

²⁵Pocock, acreditamos, aprovaria tal aproximação: POCOCK, 1975: III e IV.

formas políticas. No capítulo dois nos debruçamos sobre a questão das formas de governo em Maquiavel. O que nos interessa marcar nessa altura é nossa posição firme e resoluta ao lado do florentino no que diz respeito às implicações da verdade efetiva.

Em outras palavras, assumimos que Maquiavel, mais do que um “homem honesto”, como afirma Rousseau, é também um filósofo arguto e corajoso, na medida em que não tem medo de dizer aquilo que seu método analítico demonstra: preservar o corpo político é preservar em última instância as melhores condições para a vida humana pois, principado ou república são preferíveis à aniquilação da *políteia*²⁶.

Sendo assim, a ação propriamente política – a ação na *pólis* - não pode obliterar sua finalidade: a manutenção do corpo que permite aos seres humanos atingirem glórias e grandeza.

Nesse sentido, o príncipe (ou qualquer agente político) deve mirar nos resultados, não porque eles justifiquem quaisquer atrocidades, mas porque o mundo concreto está repleto de exemplos de homens cheios de boas intenções que, por pusilanimidade ou ignorância produzem mais mal do que bem. Afinal, como o próprio florentino aponta: “(...) geralmente se pode dizer o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados (...) O príncipe que se apoia inteiramente em suas palavras, não estando protegido por outros preparativos, arruína-se (...) (O PRÍNCIPE, p. 82)”.

Dizer que os homens em geral são “maus” não implica dizer que Maquiavel afirma sobre a natureza humana verdades essenciais. Mas, implica dizer que os homens são de certa forma imprevisíveis e, por isso, o príncipe deve ter em conta a possibilidade de ver-se às voltas com homens que desejam prejudicá-lo.

²⁶ Ao menos no século XV, isso parece uma verdade pouco contestável. Nos tempos atuais, onde a experiência totalitária já se mostrou ao mundo e dá sinais de despertar novamente, novas reflexões e questionamentos cabem a essa posição. Entretanto, tomar as teses de Maquiavel por esse ângulo é, no mínimo anacrônico. Portanto, assumimos com tranquilidade que Maquiavel tem motivos para defender o que defende, sobretudo no contexto belicoso e de fragmentação política da Itália do Quatrocento.

Ames ao abordar esse tema, traduz de forma muito interessante as soluções traçadas por Maquiavel. Segundo ele, não existe um tópico específico para falar de natureza humana em sua obra. Logo, a questão metodológica que se faz importante é se podemos falar de uma concepção do homem em si, ou do homem político apenas. Se tomarmos os capítulos XV a XVIII de *O Príncipe* isoladamente, não restariam dúvidas: os homens são "maus".

Se isso for verdade, se os homens são maus por natureza, a maldade na política seria uma simples deriva da natureza humana. Ames, contudo, contesta essa interpretação. Para ele, há uma contradição em pensar na natureza humana como algo puramente maligno. Fossem integralmente maus, os homens não poderiam realizar um bem, como a vida política. Desse modo, o que Ames destaca no pensamento de Maquiavel é seu caráter limitado e não propenso ao mal. O ser humano é contingente, é incompleto, por isso incorre em erros e maldade:

A compreensão maquiaveliana acerca do mal pode ser captada de modo mais preciso na regra geral enunciada na abertura do capítulo III do livro I dos *Discorsi*: 'é necessário que aquele que institui uma república e ordena suas leis, pressuponha que todos os homens são maus e que estão sempre prontos para usar da maldade de sua alma assim que se lhes apresente a ocasião de fazê-lo livremente'. Note-se que a maldade dos homens é concebida não como um dado imodificável de sua natureza, e sim como uma hipótese, uma suposição, tornada necessária dada a situação na qual os homens se encontram para agir no mundo da política. Em vez de ser uma característica imutável da natureza humana, o mal é uma das possíveis consequências da situação do homem na história e, por isso, um dos meios que, na luta constante contra o poder da fortuna, é obrigado a assumir (AMES, 2002, p. 95)

Seguindo o argumento de Ames, podemos concluir que os homens não são apenas incompletos, eles são medíocres. São volúveis e capazes de coisas terríveis. Portanto, o cálculo político, precisa considerar esse potencial e cercá-lo de modo que o agente possa se proteger. Consequentemente, na ação política, deve-se considerar que os homens são imprevisíveis e, o melhor caminho é preparar-se para uma possível ação "demoníaca" de sua parte.

O HOMEM DE VIRTÙ

Acima, apresentamos a perspectiva humanista sobre *virtù* e fortuna, informando que discutiríamos sobre inovações do secretário florentino. Neste

momento, portanto, inclinamos nossa atenção para esse tema, a fim de corroborar a ideia de que Maquiavel inaugura novidades também nesse tópico.

Uma vez que analisamos a política pelo prisma da “verdade efetiva”, as teses defendidas pelos humanistas enfrentam algumas dificuldades. No que diz respeito ao príncipe de *virtù*, o que mais no interessa é confrontar a ideia do “catálogo de virtudes” como um mapa definitivo para o poder, segurança e felicidade do príncipe. Esse ponto é frontalmente atacado por Maquiavel na medida em que a *virtù*, para ele, não compreende um conjunto estável de qualidades, mas é ter a capacidade e a impetuosidade de agir conforme os tempos.

Dirigindo nossa atenção novamente para os *Discursos*, nos capítulos 8 e 9 do livro III, podemos averiguar uma defesa de Maquiavel à capacidade de se adequar aos tempos. Ambos, ao nosso ver, condensam um mesmo argumento central: o homem que não souber se adaptar à fortuna, corre risco de ser destruído por ela.

O capítulo 8, intitulado *Quem quiser transformar uma república deve considerar o sujeito dela*, discorre sobre a conquista e manutenção de uma república (situação que será analisada mais adiante por nós). Maquiavel extrai duas máximas²⁷ ao analisar o caso de Mânlio Torquato, tido como um cidadão de grande *virtù* e que, apesar disso, não conseguiu submeter Roma ao seu domínio privado. A primeira é que se deve proceder diferentemente em cidades corrompidas e em cidades livres. E a segunda é que “os homens, nos seus procedimentos e sobretudo nas grandes ações, devem considerar os tempos e a eles se adaptar” (*DISCURSOS*, III, 8, p. 349).

A primeira máxima alerta para o fato de que cidades livres detêm maior dificuldade de serem submetidas, pois o amor à liberdade grassa em todo o

²⁷ Note-se que as mesmas ideias são expressas em *O Príncipe* XXV: “Não há homem suficientemente prudente que saiba acomodar-se a isso, seja porque não consegue desviar-se daquilo para que sua natureza o inclina, seja ainda porque, tendo sempre prosperado, trilhando um certo caminho, não pode persuadir-se de que se deve afastar dele.”

corpo político. Conseqüentemente, mesmo um homem de intensa *virtù*, como Mânlio, não poderá simplesmente fazê-lo. É preciso, como adverte a segunda máxima, respeitar os limites impostos pela fortuna, compreendendo que suas ações devam ser orientadas por ela: “E, no mais das vezes, vivem infelizes aqueles que, por má escolha ou natural inclinação, não estão de acordo com os tempos, e suas ações têm mau êxito, ao contrário dos que estão de acordo com os tempos” (*DISCURSOS*, III, 8, p. 349).

No capítulo seguinte, intitulado *De como é preciso variar com os tempos quem quiser sempre ter boa fortuna*, Maquiavel faz uma nova defesa, mais enfática de sua tese: “Mas erra menos e tem a fortuna próspera, quem, como já disse, ajusta seu modo aos tempos e sempre procede conforme a força da natureza” (*DISCURSOS*, III, 9, p. 351).

O exemplo histórico que ele arrola nesse capítulo é o de Fábio Máximo que durante a Terceira Guerra Púnica, modificou radicalmente a estratégia, tergiversando do inimigo e levando Roma a uma vitória que não parecia possível.

Infelizmente, os homens têm dificuldade para ajustar-se à fortuna por dois motivos. O primeiro deve-se a certas inclinações naturais que parecem imobilizar certos homens. O segundo é o hábito que leva a crer que se atingimos sucesso até então, havemos de preservá-lo mantendo nosso modo de proceder. Maquiavel então crava: “(...) é por isso que nos homens a fortuna varia, porque variam os tempos, e ele não varia os modos” (*DISCURSOS*, III, 9, p. 353).

Possivelmente, é nesse sentido que Maquiavel afirma que o príncipe deve aprender a “não ser bom” se assim se fizer necessário. Portanto, para ele, ao invés de corresponder a um conjunto fixo e estável de qualidades, como um catálogo, a virtude do príncipe é a capacidade de compreender o que cada contexto informa e agir de acordo.

Skinner define a *virtù* em para Maquiavel como sendo: “Todo o conjunto de qualidades, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de manter seu estado e realizar grandes feitos” (SKINNER, 1996, p. 159). Não é o caso, portanto, de uma oposição às virtudes cardeais elencadas pelos humanistas da parte de Maquiavel. Mas sim um deslocamento de um corpo de qualidades estático para a maleabilidade total. Não se trata de ignorar o que é “bom”, mas de compreender que de nada adianta agir com um “roteiro pré-fixado” que não produz resultados concretos²⁸.

Sendo assim, Skinner considera que a “noção definitiva” do homem de *virtù* para Maquiavel: “ (...)podem ser resumidas dizendo-se que ele aconselha o príncipe a que trate, mais que tudo, de tornar-se homem de disposição flexível: deve ser capaz de variar conforme sua conduta do bem ao mal, e do mal ao bem, conforme lhe ditar a fortuna e as circunstâncias” (SKINNER, 1996, p. 159).

Porém, ainda que essa capacidade seja, de fato constituinte da *virtù* maquiaveliana, não se esgota aí a questão. No capítulo XXV de *O Príncipe*, nosso autor faz um importante adendo à *virtù*: a impetuosidade. Abrindo o argumento questionando qual o poder da fortuna frente às coisas humanas e que tipo de determinação e limitação encontraremos se nos debruçarmos sobre a relação entre a *virtù* e a fortuna, Maquiavel responde que a fortuna arbitra metade de nossas ações e a *virtù* a outra metade. A imagem evocada por ele é belíssima:

Comparo a fortuna a um desses rios impetuosos que, quando se iram, alagam as planícies, derrubam as árvores e as casas, arrastam terras de um lado para levar a outro: todos fogem deles, todos cedem a seu ímpeto sem poder detê-los em parte alguma. Mesmo assim, nada impede que, quando os tempos estão calmos, os homens tomem providências, construam barreiras e diques, de modo que, quando a cheia se repetir, ou os rios fluem por um canal, ou seu ímpeto não seria nem tão licencioso nem tão danoso. O mesmo acontece com a fortuna, que demonstra sua potência onde não encontra uma *virtù* ordenada, pronta para resistir-lhe, e volta seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques nem barreiras para contê-la (*O PRÍNCIPE*, p. 121-2).

²⁸ Por “resultados concretos”, leia-se manutenção do poder e do estado, prevalência sobre os inimigos e organicidade do corpo político.

A *virtù*, afinal, não é um atributo passivo, no sentido de mera resposta. A *virtù* é também capacidade de previsão e condução da fortuna. Em outra metáfora, não tão bela, o secretário afirma que a *virtù* também corresponde à impetuosidade, isto é, ao vigor e à virilidade masculina que não se entrega diante das dificuldades:

Estou convencido do seguinte: é melhor ser impetuoso do que cauteloso, porque a fortuna é mulher, e é necessário, para submetê-la, bater nela e maltratá-la. Vê-se que ela se deixa vencer mais pelos que agem assim do que pelos que agem friamente; e, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos cautelosos, mais ferozes e comandam com maior audácia (*O PRÍNCIPE*, p. 125)

‘Perdoando’ nosso autor por uma imagem que tomada literalmente causa certa repugnância, vale notar a importância da ação! A *virtù* compreende versatilidade e impetuosidade. Demanda ação preventiva por um lado (na “construção de diques) e ação impetuosa por outro (na submissão da deusa).

Em sua análise do capítulo XXV de *O Príncipe*, Vatter ajuda a sustentar nossas conclusões. Para ele, o capítulo XXV é o “mais filosófico” de toda a obra porque aborda diretamente a questão do livre arbítrio. Aqui, segundo ele, Maquiavel endereça a discussão àqueles que, como Savonarola viam na política e na vida terrena nada mais que joguetes nas mãos de Deus²⁹. Porém, aceitar que Deus ou a fortuna comandem inteiramente os assuntos humanos inviabilizaria uma ciência sobre a política. Maquiavel, consciente disso, confronta essa crença:

O foco no poder de Deus e da contingência denotam um limite para a virtude e força humana, pois, o sucesso requer o auxílio de alguma força superior. Maquiavel estava bastante consciente de que tal crença ameaçavam todo seu projeto. Se Deus comanda tudo, a autoafirmação humana, a ideia de depender apenas de seu juízo e força, é uma blasfêmia e, mais exatamente, inútil. Se a *virtù* do príncipe novo não é páreo para o poder da fortuna, por qual motivo escrever *O Príncipe*? (VATTER, 2013, p. 102)³⁰

²⁹ "Some, like Savonarola, saw in this political chaos the hand of God: a divine punishment to princes for their evil deeds. Others, among them most philosophers and humanists, began to think there was no way to counteract the power of chance (fortuna) in human affairs" (VATTER, 2013, p. 101).

³⁰ "The focus on the power of God and of chance meant an inherent limit to human virtue and strength because human success requires the external help of some superior force. Machiavelli was keenly aware that these beliefs about God and chance threatened his whole project. If God rules everything, then human self-assertion, the very idea of depending on one's wits and strength, is blasphemous and, more to the

O cristianismo teria colaborado para tornar os homens “preguiçosos”, descrentes de sua capacidade de autodeterminação, pois prega a potência e autoridade máxima de Deus sobre todas as coisas. A resposta do secretário é, de acordo com Vatter, muito próxima de Aristóteles, na medida em que ele abre espaço para a contingência no mundo e é exatamente a existência dessas contingências que torna a prudência e a liberdade possíveis. Ainda de acordo com ele, quando Maquiavel afirma que a fortuna governa metade de nossas ações, ele ecoa ideias aristotélicas (VATTER, 2013, p. 103-7)³¹.

Vatter conclui que há um imperativo de ação em Maquiavel. Afinal, não sabendo nada além do que a experiência nos oferece (não detendo um conhecimento metafísico) só podemos descobrir os limites impostos pela fortuna agindo. Dessa maneira, ele dá um *caráter positivo* para a *virtù* (VATTER, 2013, p. 111), mostrando que, afinal, é possível prever, resistir, domar a fortuna. Isso, porque, a *virtù* permite que leiamos o mundo à nossa volta, entendamos de maneira universal o comportamento das coisas e, por meio disso, possamos criar mecanismos de defesa para a impetuosidade da fortuna e até mesmo forjá-la à nossa maneira.

EM PERSPECTIVA

Ao encerrar nosso primeiro capítulo, acreditamos ser importante colocar algumas coisas em perspectiva para o leitor. Nosso primeiro movimento procurou situar Maquiavel em seu tempo, movimento que acreditamos absolutamente necessário para uma reflexão política adequada. Direccionamos o foco para a Florença do século XV, pois os fenômenos que agitam a vida e o pensamento de Maquiavel assemelham-se a um eco de grandes acontecimentos e ideias: a guerra contra Milão e o assédio constante de potências estrangeiras à liberdade florentina, o advento do *studia humanitatis*, a agitada e por vezes violenta disputa política da cidade, o domínio dos Médici,

point, entirely useless. If the *virtù* of the new prince is no match for the power of Fortuna, what is the point of writing *The Prince*?”

³¹ "For Aristotle, in fact, God does not control everything that happens: contingent things are too insignificant for Him to contemplate. Rather it is precisely the existence of contingencies that makes human prudence and freedom possible. Thus, Machiavelli's conjecture that fortuna governs 'about half' of human actions and leaves 'up to us' the government of the other half, basically echoes the Aristotelian view" (VATTER, 2013, p. 107)

e a potente retórica de Savonarola são alguns dos temas que figuram nos textos de Maquiavel. As imagens que servem ao secretário florentino têm como objetivo, ao nosso ver, mediar o debate de ideias com seus contemporâneos e influenciar os rumos da vida política na península.

Estamos conscientes que certos tópicos que compõem essa história não figuram ou são apenas tangenciados por nós. Os conflitos entre guelfos e gibelinos, os chanceleres humanistas e a ampla e conturbada geopolítica europeia poderiam somar-se à essa reflexão sob o risco de nos fazer perder o foco do problema que desejamos abordar. Por esse motivo, escolhemos destacar os elementos que nos pareceram mais importantes para alcançar nosso objetivo mais importante no primeiro capítulo: discutir *virtù* e fortuna tal qual aparecem em Maquiavel.

De posse da interpretação humanista sobre a dinâmica relação entre elas, direcionamos a atenção para a clássica ruptura maquiaveliana que propõe uma análise da política sob o prisma da verdade efetiva. Dessa maneira, procuramos demonstrar de que maneira o secretário florentino inova na análise e na solução de tópicos importantes do pensamento político.

Virtù e fortuna encontram-se sempre em correlação, quer dizer, existem em uma relação de dupla implicação, de modo que o movimento de uma interfere ou influencia, ainda que sutilmente, a outra. Devido a isso, a *virtù* não poderia ser uma ação criadora absoluta, que forja aquilo que quer à revelia da fortuna. Ao contrário, a fortuna é o ponto de partida da *virtù*, pois, quando alguém se dedica à ação política o ambiente da ação repousa escorado em determinadas bases: mentalidades, força bruta, costumes.

Por outro lado, se não é criação *ex nihilo*, a *virtù* não é também subordinação total à fortuna. O gênio humano pode distinguir uma certa previsibilidade da fortuna. Essa previsibilidade, ao contrário do que desejam os humanistas, respeita os impetuosos, os “atrevidos” e, ao que parece, os violentos.

Se estivermos corretos a respeito do sentido atribuído por Maquiavel à *virtù* e fortuna, a “imoralidade” de suas conclusões sobre a *virtù* é dissolvida pelos efeitos alcançados. Não se trata de assumir como bons atos reprováveis e violentos *em si*, mas de entender que determinados momentos exigem ação

implacável, remédios amargos. Seu ensinamento é que em momentos extraordinários, aqueles que não tem capacidade de “fazer o mal” serão dele presa e, no caso dos príncipes novos, podem deixar escapar uma oportunidade de “fazer o bem”.

O saldo final, parece-nos, é que muitos curvam-se perante a fortuna. Porém, embebido no antropocentrismo de seu tempo, Maquiavel escreve àqueles que têm ânimo e confiança de serem potenciais criadores da própria fortuna.

CAPÍTULO 2

O PRÍNCIPE NOVO EM REVISTA

INTRODUÇÃO:

Como procuramos demonstrar no capítulo 1, Maquiavel assume que a *virtù* consiste na habilidade de interpretar o contexto, adequando-se aos tempos, sem perder de vista a capacidade criativa humana. Em outras palavras, a *virtù* pode ser entendida como uma habilidade composta de capacidade adaptativa e impetuosidade. É saber dissimular e saber forçar.

Consideramos crucial esse movimento no primeiro capítulo, pois, é de posse dessa interpretação sobre a *virtù* que podemos, enfim, direcionar nossa investigação para os casos em que ela se faz necessária. Assumimos como objetivo dessa dissertação trazer à vista o problema referente ao príncipe novo. Sendo assim, no presente capítulo, tomamos duas responsabilidades.

A primeira consiste em estabelecer local do *príncipe novo* na obra *O Príncipe*, de Maquiavel, cotejando com outros textos que auxiliem nossa interpretação. Ou seja, dizer quem é e em que condições se encontra aquele que nosso autor denomina “príncipe novo”. A segunda consiste em aplicar aos casos apresentados pelo secretário florentino a interpretação de *virtù*, a fim de verificar se ela é, de fato, plausível.

Para nos ajudar na nossa empreitada, recorreremos à classificação proposta por Pocock (1975, VI), segundo o qual podemos situar o *príncipe novo* no interior da categoria mais geral dos inovadores, os mais dignos de glória³². O critério que nos permite diferenciar uns dos outros é a “quantidade” de *virtù* necessária para implementar sua obra, sendo que o príncipe novo se defronta com os maiores desafios na missão de criar e estabilizar uma forma política (POCOCK, 1975,VI).

³² Pensando na obra de Maquiavel, vale recobrar alguns de seus efusivos elogios aos inovadores: no capítulo X do livro I dos *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, por exemplo, ele afirma que “os céus não podem dar aos homens maior ocasião de glória, nem os homens podem desejar glória maior” que reordenar uma cidade corrompida; já no *Discurso Sobre as Formas de Governo de Florença*, ele comenta que “nenhum homem é tão louvado em alguma ação sua quanto aqueles que, com leis e com instituições, reformam repúblicas e reinos” (DISCURSOS, livro e capítulo, p. 76)

É justamente porque encontramos no príncipe novo o personagem que mais precisa de *virtù* que nossa análise recai sobre ele. Situando-o adequadamente no espectro dos inovadores, estaremos em condições de compreender melhor a maneira que *virtù* e fortuna se mostram de modo geral para Maquiavel. Conforme esperamos demonstrar, é devido a esse lugar singular atribuído a ele que *virtù* e fortuna emergem em um “duelo” extraordinário e é este embate que queremos trazer para o centro do palco no presente capítulo.

Além de nos oferecer um ponto de partida, o neozelandês, J.G.A. Pocock (1975), também apresenta uma análise geral da obra que pode ajudar a nos situarmos na temática que iremos trabalhar. Para ele, o grande tema de *O Príncipe* são os *principados novos*. A estrutura textual, para ele, seria a seguinte: do capítulo III ao V, Maquiavel discute o poder do príncipe novo em relação à estrutura social na qual (ou da qual) ele ascende. Os capítulos VI a IX são uma reflexão sobre os graus de dependência e confronto da *virtù* com a fortuna; em XII a XIV, ele versa sobre o poderio militar do príncipe e a maneira como isso o ajuda ou atrapalha no manejo do poder político. Os capítulos XV a XXI tratam da conduta pessoal do príncipe; em XXIV e XXV, Maquiavel demonstra o contraste entre o príncipe novo e o príncipe hereditário e o grau máximo de confronto de *virtù* e fortuna. Finalmente, no capítulo XXVI, temos a famosa exortação para libertar a Itália dos “bárbaros”.

O PRÍNCIPE NOVO E A MATÉRIA DO CORPO POLÍTICO

Analisando a obra de Maquiavel em *Machiavellian Moment* (1975, p.160-172), Pocock nos oferece uma análise detalhada dos inovadores. Segundo ele, pode-se considerar um inovador todo aquele que institui *novas ordenações* para um agrupamento social. Portanto, de acordo com Pocock, todos aqueles que criam instituições e costumes, que forjam a obediência e os valores em um corpo político são chamados de inovadores por Maquiavel. Haveria, segundo o intérprete, cinco categorias de inovadores para o secretário: a) dos conquistadores; b) dos legisladores c) do profeta; d) do criminoso; e) dos príncipes que alcançam o poder graças às disputas entre os humores da cidade.

De acordo com Pocock, o que define a categoria de um inovador é o grau de dificuldade que ele tem para concretizar seu projeto³³. As dificuldades emergem tanto na conquista quanto na conservação de um *estado*. O fundo comum de tais dificuldades provém das ordenações sob as quais vivia anteriormente. Em outras palavras, quando uma estrutura política está em vias de se renovar, suas instituições morais, políticas e religiosas, tendem a oferecer resistência a essa inovação. A depender da força de oposição, o inovador terá mais ou menos dificuldade para impor suas modificações/forma sobre a matéria. Quanto maior a dificuldade para fazer vingar o novo, mais *virtù* seria necessária ao inovador, criando, assim, uma espécie de "ranking" dos atores políticos mais hábeis. De posse dessas categorias, propomos analisá-las uma a uma elucidando a maneira que a *virtú* do príncipe se mostra, ou deve se mostrar, diante da fortuna.

A VIRTÙ CONTRA OS COSTUMES

No capítulo I de *The Machiavelian Moment*, Pocock discute a primazia do costume sobre a razão por meio de uma questão exposta por Fortescue, um advogado inexpressivo da Inglaterra do século XIV. O problema que ele aborda consiste em distinguir os costumes e estatutos da "lei natural", ou racional, isto é, aquelas máximas que seriam encontráveis pela razão humana.

Afinal, se o gênero humano goza de racionalidade, por que as leis variariam tanto de um país para outro? Seria de se esperar, ao menos, um pouco mais de similaridade. A resposta de Fortescue, analisado por Pocock, encontra-se na exposição da contingência: a racionalidade expressa-se sempre em um contexto específico, portanto, o costume acaba por se tornar o referencial e não a razão. Afinal, é um fato que, ainda que todos os homens possuam racionalidade, nem todos a exercem da mesma maneira:

³³ POCOCK, 1975; p. 172: "Each innovator is specifically located, within the class of innovators, by the degree and quality of his *virtù's* dependence or independence with respect to fortuna. The legislator and prophet constitute the extreme limiting case of minimum dependence, and the greatest precision which we can now give to the term "new prince" is to make it inclusive of all those innovators who fall short of minimum dependence

Ao lidar com as leis de nações específicas, Fortescue precisa perguntar se elas servem às características peculiares e às circunstâncias da nação cuja vida regula, e é isso que está sendo testado aqui. Naquele contexto, claro, as leis da Inglaterra podem ser “melhores” do que as de Roma ou de Veneza apenas porque elas se adequam melhor aos ingleses do que aos romanos ou venezianos (POCOCK, 1975, p. 14)³⁴.

Nesse sentido, podemos entender o costume como os atributos e padrões de comportamento e resposta que determinada comunidade se habituou a seguir, o que envolve inclusive sua expressão legal e institucional, vale dizer, suas ordenações. Isso implica que, todo ordenamento jurídico e toda instituição política é em alguma medida produzido por costumes e, por sua vez, também quando modificadas introduzem costumes no corpo político.

Voltando à Maquiavel. Se entendermos que o príncipe novo, inovador que é, conturba uma ordem política vigente, podemos entender que ele confronta os costumes pré-estabelecidos. Essa situação configura, ao nosso ver, uma situação de confronto entre a *virtù* e a fortuna. Isso porque, os costumes de um dado corpo político engendram forças de oposição ao inovador, sendo, portanto, facilmente identificáveis como pertencentes ao terreno da fortuna.

Se, portanto, o inovador precisa angariar a confiança dos súditos para fazer seu gesto criador durar, ele se confronta com opositores que lhe estão muitas vezes ocultos, pelo fato de a matéria também ser nova para ele. Em outras palavras, um corpo político é, num primeiro momento, tão misterioso para o agente que o deseja transformar, quanto este agente o é para o corpo político que o “vê” chegar. Daí decorrer uma certa *imprevisibilidade* para ação do príncipe novo.

O inovador se defronta com a fortuna, pois, com a derrubada do sistema vigente, ele ofende à ordem antiga e os seus beneficiários, abrindo uma brecha para a reação violenta e, por vezes, como dissemos, imprevisível dos mesmos, ou, até mesmo do povo, pois este pode temer a mudança da ordem à qual estava acostumado: “Inovação, a derrubada de um sistema estabelecido, abre a porta para a fortuna porque ofende alguns e perturba a todos, criando uma

³⁴ “In dealing with laws of particular nations, Fortescue must ask whether they suit the peculiar character and circumstances of the nation whose life they regulate, and that is what is being tested here. In that context, of course, the laws of England can be 'better' than those of Rome or Venice only in the sense that they suit the english better than their equivalents suit the romans or venetians”

situação na qual eles [os membros do corpo político] não tiveram tempo suficiente para acostumar-se à nova ordem.” (POCOCK, 1975, p.160)³⁵. Ao estabelecer uma nova ordenação política, o inovador tem o poder ameaçado de todos os lados, pois, não goza ainda da lealdade do povo e tem, *no mínimo*, os governantes antigos e seus aliados como inimigos.

Em oposição à condição do inovador, o mandatário antigo conta com o esquecimento do povo sobre os crimes cometidos por seus antepassados (no caso de um principado hereditário), parecendo, por esse motivo, um governante mais seguro para o povo, que está acostumado a obedecê-lo. E é porque o povo está *acostumado* a obedecer a outro que um inovador precisa ser extraordinário, precisa ter grande virtù. Do contrário, ele não se sustentará por muito tempo:

Em uma situação não estável, na qual portanto, ninguém sabe dizer o que o tempo trará, temporizar é a estratégia menos apropriada. O príncipe novo, portanto, precisa de qualidades extraordinárias e excepcionais, situando-se fora do precedente estabelecido para o *príncipe naturale* (POCOCK, 1975, p. 161)³⁶

Uma vez, portanto, que o inovador se confronta intensamente com a resistência e com o imprevisto, Maquiavel “aciona” o par conceitual *virtù* e fortuna para ajudar a compreender o fenômeno dos principados novos.

Sobre isso, gostaríamos de fazer duas observações que julgamos relevantes. Em primeiro lugar, é precisamos atentar para a forma política anterior ao encontro do inovador com a matéria. Isso é importante porque permite compreender a “tendência” do povo ao qual se pretende dar a forma: se a forma política antecedente for uma república, por exemplo, mais difícil será forjar um principado, já que o povo estava acostumado à liberdade.

Em segundo lugar, deve-se ter sempre em mente que, para Maquiavel, um príncipe novo chega ao poder por *virtù* ou por fortuna, isto é, por habilidade

³⁵ “Innovation, the overthrow of an established system, opens the door to fortune because it offends some and disturbs all, creating a situation in which they have not yet had time to grow accustomed to the new order.”

³⁶ “In a situation not pre stabilized, so that nobody knew what time might bring, temporization was the least appropriate of strategies. The new prince, therefore, required exceptional and extraordinary qualities, standing outside the norm defined by the case of the *príncipe naturale*.”

própria (que será mais ou menos exigida do contexto) ou por circunstâncias mais ou menos alheias à sua vontade e mais ou menos fora do seu âmbito de ação.

As duas observações anteriores, sinteticamente, querem dizer o seguinte: a *virtù* do inovador deve ser maior ou menor a depender da forma política anterior ao seu poder:

De duas maneiras, portanto, a natureza e as circunstâncias da inovação atuam variando o problema enfrentado pelo inovador. Quanto mais ele conseguir transferir para si a legitimidade que gozava seu antecessor, menos exposto estará ao confronto entre *virtù* e fortuna, e menos urgente se torna a necessidade de demonstrar *virtù*. Quanto mais sua inovação o tornar dependente das circunstâncias e deixar o povo fora de seu controle imediato, mais exposto estará à fortuna e mais *virtù* precisará para se emancipar (POCOCK, 1975, p. 162)³⁷

A proporção da mudança que deseja operar, conjugada às inclinações do regime anterior, nos fornece uma ideia da dimensão do confronto entre *virtù* e fortuna, no processo de forjar algo novo. Podemos dizer que essa é uma das causas que, em Maquiavel, um dos traços da *virtù*, como foi dito, corresponde à capacidade de adaptação, de leitura do contexto político. Afinal, a *virtù* toma lugar em um determinado contexto que independe (ao menos em um primeiro momento) de sua vontade. Para vencer a fortuna, é preciso observar seus “padrões”, seus condicionantes. É por isso que Pocock ressalta que para Maquiavel, haveria alguma previsibilidade na fortuna:

A insegurança da inovação política, como vimos, emana do fato de que ofende alguns e perturba a todos, ao mesmo tempo que cria algo que não lhes é familiar. Talvez a chave para as questões de *O Príncipe* é a percepção de Maquiavel que o comportamento em tais situações é em alguma medida previsível, logo estratégias para lidar com elas podem ser propostas. (POCOCK, 1975, p. 163)³⁸

³⁷ “In two ways, therefore, the nature and circumstances of the innovation operated to vary the problem which the innovator confronted. The more he could transfer to himself the habitual legitimacy enjoyed by his predecessor, the less he was exposed to the naked confrontation of *virtù* and fortuna, and the less urgent his need of *virtù* became. The more his innovation had rendered him dependent on circumstances and people outside his immediate control, the greater his exposure to fortuna and his need of *virtù* to emancipate him.”

³⁸ “The insecurity of political innovation, as we have seen, springs from the fact that it injures some and unsettles all, while creating a situation to which they have not yet had time to grow accustomed. Perhaps the key to the thought of *Il Principe* is Machiavelli's perception that behavior in such situations is partly predictable, so that strategies for acting in them may be devised”

Diante de tais questões, julgamos fundamental demarcar o seguinte: o inovador é aquele que, por diversos motivos, encontra-se em situação conflituosa com as ordenações vigentes. Essas ordenações oferecem maior ou menor dificuldade dependendo da estabilidade do costume que as mantinha funcionando. Consequentemente, as categorias de príncipes novos que apresentamos acima traduzem uma situação específica de conflito entre um homem que deseja ordenar algo novo e os costumes em um dado corpo político. Quanto mais capilarizados estão os costumes em um corpo político, mais difícil é a imposição da forma política desejada (POCOCK, 1975, p. 172)³⁹.

TORNAR-SE PRÍNCIPE PELA *VIRTÙ* OU PELA FORTUNA

Aqueles que, somente pela fortuna, de homens privados tornam-se príncipes fazem-no com pouco esforço, mas com muito esforço se mantêm. E não encontram dificuldade no caminho porque passam voando por ele: mas todas as dificuldades surgem quando chegam ao destino. Isso se verifica quando um estado é concedido a alguém por dinheiro ou por graça de quem o concede. (*O PRÍNCIPE*, VII, p. 29)

O capítulo VII d’*O Príncipe* ilumina uma questão muito cara a Maquiavel: os príncipes, todos eles, chegam ao poder por meio de sua própria *virtù* ou pela fortuna. Tornar-se príncipe pela própria *virtù* significa ter alto grau de independência de outros: sejam as armas de outros, seja a riqueza de um patrocinador ou então, e por que não, a popularidade alheia. Em outras palavras, aquele que se torna príncipe alcançou essa posição devido à sua própria habilidade política, ou devido à habilidade de um terceiro.

Essas duas possibilidades parecem cobrir todas as categorias de inovadores, abrangendo ao mesmo tempo, as cinco categorias de príncipe novo propostas por Pocock⁴⁰. Nesse pequeno tópico, desejamos frisar a seguinte questão: uma vez que estamos analisando o príncipe novo, o “tempo zero” de nossa reflexão tem início com o príncipe já “empossado”. Consequentemente, nossa análise

³⁹ “Each innovator is specifically located, within the class of innovators, by the degree and quality of his *virtù’s* dependence or independence with respect to fortuna.”

⁴⁰ a) dos conquistadores; b) dos legisladores c) do profeta; d) do criminoso; e) dos príncipes que alcançam o poder graças às disputas entre os humores da cidade.

está endereçada ao problema da manutenção do poder e portanto, quando o secretário florentino enuncia esses dois modos de chegar ao poder, ele cobre as cinco categorias de príncipe novo que iremos analisar.

Portanto, aquele que se torna príncipe pela própria *virtù* tem mais independência e maior facilidade para manter o estado. E o contrário se dá com aqueles que devem à fortuna sua posição. Parece-nos, então, que dentre os conquistadores, aqueles que chegam ao poder por meio de suas próprias armas terão maior facilidade para manter o estado. Se, por outro lado, o fizerem com armas alheias, terão maiores dificuldades.

Quanto ao legislador e ao profeta, temos a impressão de que seu caso está indeterminado. Isso porque, conforme veremos, estes personagens encontram pouca resistência de fortuna para ordenar, por isso sua tarefa é menos difícil, pois os homens encontram-se mais aptos para absorver novos costumes.

O criminoso chega ao poder por sua própria capacidade. Tem, portanto, maior facilidade para manter seu domínio. Maquiavel adverte, porém, que não se pode chamar propriamente de *virtù* o que o torna príncipe. Em que pese essa advertência de nosso autor, podemos concluir que aquele que se faz príncipe pelo crime tem maior facilidade de manter o estado, se observar as máximas propostas.

Por fim, o principado civil é outro caso de indeterminação. Como veremos, esse caso muito especial torna um cidadão privado em príncipe, em grande parte pela fortuna “encarnada” nos humores em ebulição na cidade. Porém, segundo Maquiavel é necessária uma “astúcia afortunada” dando a entender que, na realidade, esse personagem não alcança o poder puramente pela fortuna.

Todas essas observações preliminares sobre a dificuldade de manutenção do poder em cada caso, podem ser situadas dentro dos parâmetros gerais que procuramos estabelecer. Ou seja, estas breves observações feitas aqui ecoam na análise de cada príncipe em particular.

Além dessas observações, acreditamos pertinente trazer o “caso Bórgia” para este momento de nossa investigação. Isso porque ele é o caso extremo de

príncipe novo que deve seu poder à fortuna. Dentre todos os outros príncipes, César Bórgia configura um caso muito particular.

CÉSAR BÓRGIA: UM CASO EMBLEMÁTICO

Bórgia aparece no capítulo VII, de *O Príncipe*, o mesmo capítulo em que Maquiavel discorre sobre a dependência do príncipe da fortuna (apenas no que diz respeito à conquista, mas não à manutenção). Sendo alçado ao poder pela fortuna, pois os estados sustentavam-se primordialmente na autoridade papal, ele encontrava-se na condição oposta à do legislador que depende pouco ou quase nada dela no momento inicial.

O caso Bórgia parece ser um ótimo exemplo da estratégia retórica de Maquiavel. Ao longo do capítulo VII ele tece grandes elogios ao Duque de Urbino e parece creditá-lo como um homem de *virtù*:

Quem, portanto, num principado novo, julgar necessário assegurar-se contra inimigos, ganhar amigos, vencer pela força ou pela fraude, fazer-se amado e temido pelo povo, ser obedecido e reverenciado pelos soldados, eliminar aqueles que podem ou devem ofendê-lo, restaurar com novos modos as antigas ordenações [...] não pode encontrar melhor exemplo do que as ações desse duque (*O PRÍNCIPE*, VII, p. 36).

Logo na sequência, porém, nosso autor comenta que, apesar de vários acertos, Bórgia errou grosseiramente na eleição papal após a morte de seu pai consentindo que antigos inimigos ascendessem à cúria⁴¹, o que o levou à *ruína final*:

Portanto, o duque, antes de qualquer coisa, deveria ter criado um papa espanhol e, não podendo, deveria concordar com a eleição do arcebispo de Ruão, e não com a do cardeal de San Pietro in Vincoli. Engana-se quem crê que, nos grandes personagens, os benefícios novos fazem esquecer as velhas injúrias. O duque errou, portanto, nessa escolha, que foi a causa de sua ruína final (*O PRÍNCIPE*, VII, p. 37)

⁴¹ “Somente se lhe pode censurar a eleição do papa Júlio, na qual fez uma má escolha, porque, como já dito, se não podia fazer um papa a seu modo, podia impedir que outro fosse papa: jamais deveria ter consentido que ascendessem ao papado cardeais que ele próprio tivesse ofendido ou que, tornando-se papas, pudessem teme-lo.” (*O PRÍNCIPE*, VII, p. 36)

Note-se: Maquiavel se aproxima do tema, faz determinadas afirmações que dão a entender que ele realmente valoriza o Duque, mas depois, categoricamente, ele rechaça tudo que foi dito. Assemelhando-se a um dilema, o comentário final do secretário florentino dá a entender que César Bórgia não é, afinal, um homem de *virtù*. Afinal, se o fosse, teria sido capaz de conduzir os eventos na cúria a seu favor.

Lendo Maquiavel, Pocock afirma que a leitura do secretário é de que o duque fez alguns movimentos “corretos” para manter seu poder, contudo, como dependia quase que inteiramente da política feita no Vaticano, comete um grande erro nessa corte. Por esse motivo, ele não pode representar um verdadeiro exemplo de *virtù*:

É verdade que a medida de sua *virtù* consiste na excelência militar e outras técnicas para assegurar seu poder na Romagna após a morte de seu pai, contudo ele permanece totalmente dependente do papa e da política na cúria, sendo que Maquiavel não chega a defender convincentemente o contrário (POCOK, 1975, p. 174)⁴².

Lefort, por outro lado, interpreta de maneira diversa. Para ele, Bórgia constitui sim um modelo de *virtù* para Maquiavel, pois, soube subverter as dificuldades impostas pela fortuna no início de sua “carreira”, estabelecendo bases para um poder sustentável. Dessa maneira, a *virtù* de Bórgia reside na capacidade de “arrancar-se das garras da fortuna” que inicialmente o tinha “prisioneiro”⁴³.

⁴² “It is true that the measure of his *virtù* is the excellence which Machiavelli ascribes to his military and other techniques of assuring that his power in the Romagna will survive Alexander's death, but in fact it remains wholly dependent on papal and curial politics and Machiavelli was unable to assert convincingly that it does not”

⁴³“O caso de Borgia é proposto em primeiro lugar à nossa reflexão, e introduzido de tal maneira que o leitor está inicialmente inclinado a depreciá-lo. Seu destino foi forjado, parece, à semelhança daquele dos Príncipes fantoches criados outrora por Dario, os quais se revelaram incapazes de conservar o poder, uma vez que é à Fortuna de seu pai que ele deveu o sucesso e a ruína. Mas, apenas esboçada esta aproximação por uma súbita mudança de posição que lhe é familiar, Maquiavel começa a louvar o Duque e julga sua conduta exemplar. Aprendemos que para enraizar-se no seu Estado, fez tudo aquilo que se espera de um homem prudente e virtuoso. Importa não apenas saber como fez para lançar os fundamentos de sua potência futura, mas, ao considerar suas ações, não encontra melhores preceitos para serem usados por um *principe nuovo*. A breve descrição de suas ações se encerra com uma apologia sem reservas e, embora o autor considere conveniente precisar que se dirige àqueles que são levados ao poder “pela fortuna e armas de outros” (*Principe*, VII), o enunciado final dos princípios que comandaram sua política tem, com toda a evidência, um alcance universal. Assim, o leitor deve convir que se Borgia foi no início de sua carreira uma criatura da Fortuna, jamais lhe faltou a *virtù*. Melhor, se sopesarmos tudo, os apoios dos quais se beneficiou inicialmente, mais o prejudicaram do que lhe serviram; quando avaliamos os esforços que teve de fazer para se libertar das condições nas quais tinha sido colocado, seu mérito não é diminuído,

Strauss, como Lefort, entende que Bórgia consiste em um modelo que o secretário florentino oferece ao jovem Lourenço de Médici – cuja obra *O Príncipe* é dedicada. Strauss identifica entre Lourenço e Bórgia uma certa similitude, tanto na dependência da política eclesiástica, quanto no papel que ele pode exercer para a Itália (STRAUSS, 2015, p. 92-3)⁴⁴. Estando, portanto, em condições semelhantes, deveria ele agir em consonância com Bórgia, corrigindo, no entanto, seu equívoco final dando a entender que Bórgia não é, por fim, um homem de *virtù*.

Pode-se constatar pela variedade interpretativa que diante de César Bórgia, muito se pode indagar. Se Maquiavel de fato entende que o duque é um homem de grande *virtù*, porque consegue construir fundamentos de um estado a partir de um “presente da fortuna”, o saldo final não daria a entender que a fortuna é, afinal, tão maior a ponto de fazer ruir até mesmo um homem extraordinário como esse? Se mesmo um homem extraordinário como Bórgia é derrotado pela fortuna, que esperar da *virtù*?

Poderíamos entender que Maquiavel aborda o tema querendo indicar uma certa indeterminação da política, querendo dizer, justamente, que não há cálculo político perfeito e que a *virtù* não existe apenas quando prevalece sobre a fortuna. A *virtù* não transparece apenas na “vitória” contra a deusa, mas pode ser vislumbrada no curso da batalha. Parece, ao nosso ver, uma maneira interessante de compreender a questão. Assim, poderíamos dizer que Maquiavel traz Bórgia para a narrativa para demonstrar que *virtù* e fortuna

mas aumentado. Contudo, esta verdade encobre outra, pois a imagem da *virtù* a que estamos agora confrontados se revela como mais importante do que a avaliação da pessoa de Borgia. Enquanto no capítulo precedente a *virtù* se deixava conceber em brutal oposição com a Fortuna, como poder do Príncipe de depender apenas de si, descobrimos agora nela o exercício de uma capacidade que arranca o homem pouco a pouco das garras das condições presentes e lhe permite imprimir sua vontade ao curso das coisas. De uma representação a outra, a mesma intenção permanece; a *virtù* de Borgia não parece, quando consideramos sua ascensão política, de outra essência que a dos heróis da antiguidade, mas o modelo mítico proposto inicialmente é aparentemente substituído por um modelo realista.” (LEFORT, 1972, p. 371)

⁴⁴ “(...) os preceitos que Maquiavel dá a Lorenzo são extraídos não de Rômulo ou de Moisés, mas de César Bórgia. Pois, sem nada dizer sobre outras considerações, a esperança de ascensão de Lorenzo depende da relação de sua família com o atual chefe da Igreja e, portanto, do acaso, da mesma forma que a ascensão efetiva de César dependeu de sua família com o antigo chefe da Igreja, ao passo que Rômulo e Moisés ascenderam ao poder por meio da virtude e não do acaso. A imitação de César Bórgia significaria, para Lorenzo, admitir sua inferioridade em relação a ele (...)” (STRAUSS, 2015, p. 93).

encontram-se em constante tensão e que o saber político não é “exato”, mas em última instância insondável.

Diante de grandes comentadores, assumimos o lado de Pocock, porque, sua tese enquadra-se adequadamente naquilo que entendemos compor os traços estilísticos da argumentação maquiaveliana e, além disso, porque nos soa deveras problemático o equívoco final de Bórgia, no que tange a política na cúria. Vale lembrar, que o recurso à violência, que será por nós discutido ao analisarmos o Criminoso, por si só, não é o que distancia Bórgia da *virtù*, mas sua inabilidade de produzir uma forma política distinta da pura tirania.

Feitas essas observações, passaremos agora à análise das categorias de inovador na seguinte ordem: primeiro abordaremos os principados mistos e a ação daquele que chamamos de “príncipe conquistador”. Logo depois, nossa investigação recai sobre o legislador e o profeta. Na sequência, analisamos aqueles que chegam ao poder por meio da fraude e do crime, defendendo que para Maquiavel não podemos chamá-lo de homem de *virtù*. No capítulo final, fazemos a análise do principado civil, que é a situação na qual um homem ascende a príncipe devido aos conflitos internos do corpo político. Essa sequência, é a sequência da exposição de Maquiavel n’O *Príncipe*, portanto, acreditamo-la coerente para nossos objetivos.

O CONQUISTADOR

Segundo Maquiavel, os principados são hereditários ou novos. Sendo que esses últimos ou são inteiramente novos, isto é, resultam de processos inerentes ao próprio corpo político compondo um novo ordenamento jurídico – como ocorreu em Milão na ascensão de Francesco Sforza; ou então são anexados pela conquista (*O PRÍNCIPE*, I). Nosso alvo presente são os principados mistos, porém, não poderíamos deixar de mencionar, brevemente, a situação do príncipe novo em um principado hereditário. Vale frisar: o príncipe herdeiro de um principado hereditário não constitui um inovador, pois não tem necessidade ou não tem motivos para querer modificar as ordenações!

O PRINCIPADO HEREDITÁRIO

Os principados hereditários são fáceis de manter, não exigem muito do príncipe, bastando a ele uma capacidade mediana de governança⁴⁵, desde que respeite as ordenações instituídas. Isso porque, a monarquia hereditária conta com os costumes bem estabelecidos. Tanto é que, no capítulo seguinte, Maquiavel afirma que para manter um principado hereditário (quer dizer, se alguém se torna príncipe porque é herdeiro do príncipe antigo) basta não modificar muito radicalmente as ordenações antigas. Fazendo isso, um príncipe herdeiro tende a manter com grande facilidade seus domínios.

Digo, pois, que, nos estados hereditários e acostumados à linhagem de seus príncipes, há bem menos dificuldades para mantê-los do que nos novos, pois basta não preterir as ordenações de seus antepassados e, depois, saber contemporizar segundo os acontecimentos; de modo que se um príncipe é de capacidade ordinária, ele sempre se manterá em seu estado, desde que dele não seja privado por uma força excessiva e extraordinária. E, se o for, ele o reconquistará a qualquer revés do ocupante (*O PRÍNCIPE*, II, p. 7)

Aqui vemos como o costume cumpre um papel preponderante na temática do príncipe novo. Um príncipe herdeiro pode ser dito um príncipe novo na medida em que seu poder político é recente. Maquiavel aponta que, mesmo sendo recente, seu poder é relativamente protegido pelo costume, de modo que basta ser um príncipe de “capacidade ordinária” e saber contemporizar os acontecimentos. Isso, porém, não elimina o papel da fortuna. Ela ainda se faz presente como o elemento imponderável, imprevisível, representada por “uma força excessiva e extraordinária”.

Em outras palavras, o príncipe herdeiro defronta-se com a fortuna mais em seu aspecto de imprevisibilidade do que em seu aspecto de resistência do corpo político. Podem acontecer sempre situações extraordinárias, mas, em geral, o principado hereditário não carrega grandes dificuldades para o príncipe.

O PRINCIPADO MISTO

São os principados novos que vão exigir mais habilidade do ator político na conquista e manutenção. Dentre estes, estão os principados anexados,

⁴⁵ “Governança” entendida aqui como capacidade de gerir as relações necessárias para manter o poder.

chamados por Maquiavel de “principados mistos”. O principado misto exige um grau de virtù maior que o principado hereditário, logicamente, pelo fato de, ao ser criado, alterar a dinâmica política do estado conquistado. Porém, há também, nos principados mistos, um gradiente de dificuldade: aqueles estados que, antes da conquista eram monarquias hereditárias, oferecem menos resistência, portanto, menos dificuldade para o conquistador exercer domínio e modificações do que aqueles que viviam livres, isto é, aqueles que eram repúblicas, conforme veremos abaixo.

DESAFIOS NA MANUTENÇÃO DO PRINCIPADO MISTO

Por ser fruto de uma conquista⁴⁶, o principado misto introduz em uma ordem já estabelecida um forasteiro. O estado anexado só pode ser (de acordo com a categorização de Maquiavel feita no capítulo 1 de *O Príncipe*) uma república ou um principado. Cada um destes possui singularidades que oferecerão ao príncipe conquistador determinadas dificuldades.

Principados hereditários que venham a ser anexados tendem a oferecer menos dificuldades para manutenção, pois o costume de obedecer a um senhor já está engendrado nos súditos. Por essa razão, seguindo algumas recomendações “simples”, o príncipe conquistador não deve ter muitas dificuldades para a manutenção e ampliação de seu domínio. As repúblicas, por outro lado, oferecem grandes desafios, pois o povo está habituado à liberdade, vale dizer, a obedecer às leis e à participar da vida pública.

MANUTENÇÃO DO PRINCIPADO HEREDITÁRIO X MANUTENÇÃO DO PRINCIPADO MISTO

No caso dos principados hereditários, se o príncipe conquistar um território cuja língua e os costumes sejam os mesmos, o confronto com a fortuna é menos violento, pois o povo está acostumado a ser comandado por um senhor, bastando apenas ao príncipe novo eliminar a família real anterior e seus beneficiários (os lordes, barões que ajudavam a comandar) e colocar-se como

⁴⁶ Que pode ser militar, ou política.

substituto. Se, entretanto, o povo não tiver cultura e língua contígua, é preciso ir residir no lugar, pois, assim, o conquistador pode abafar a ação de possíveis “restauradores” da nobreza ou rebeliões populares:

Digo, portanto, que os estados que, depois de conquistados, são anexados a um antigo estado de quem os conquistou ou são da mesma província e língua deste, ou não o são. Se forem, será fácil mantê-los, principalmente se não estiverem habituados a viver livres. Para possuí-los com segurança, basta extinguir a linhagem do príncipe que os dominava, porque, quanto às demais coisas, mantendo-se as antigas condições e não havendo diversidade de costumes, podem os homens viver tranquilamente (...) Quem deseja manter suas conquistas [dadas estas circunstâncias] deve ter em mente duas precauções: uma é extinguir o sangue do antigo príncipe; outra é não alterar suas leis e nem seus impostos. Desse modo, em tempo muito breve elas se integrarão ao principado antigo, formando um único corpo (*O PRÍNCIPE*, III p. 10-1)

Em outras palavras, o “nível” de dificuldade para estabilizar a conquista de um principado hereditário é menor desde que língua e costumes sejam semelhantes. Em caso contrário, o conquistador deve atentar para não impor mudanças bruscas nas ordenações antigas. Isso porque, se introduzir novas ordenações abruptamente, ele despertará no corpo político oposições que não se pode mensurar.

Um caso particular, que precisa ser analisado com atenção, consiste naquele em que o príncipe antigo de um estado anexado não comandava sozinho, mas sustentava seu poder em um “conselho de nobres”. Nestas circunstâncias, o príncipe precisa de mais virtú que nos casos anteriores por três motivos. Em primeiro lugar, porque os barões não serão confiáveis - alguns podem querer tornar-se príncipes; em segundo lugar porque cada nobre goza da lealdade de seus vassallos, o que os dá poder para contestar o conquistador; e em terceiro lugar porque os nobres são muitos para serem exterminados (POCOCK, 1975, p.164).

Por esse motivo, Maquiavel afirma que os territórios em que o poder se reparte entre nobres são mais fáceis de conquistar, sendo, contudo, mais difíceis de manter. Isso porque, ao declarar guerra contra um principado onde a nobreza seja forte, o príncipe conquistador pode achar entre os nobres algum interessado em demover o príncipe atual, conspirando com ele para alçar-se ao poder.

Porém, uma vez conquistado, tal território será imensamente difícil de manter, devido à simetria de poder que se estabelecerá entre o príncipe conquistador e à nobreza nativa. Em síntese, o príncipe conquistador tende a ter pouca margem de manobra, pois deve seu poder às conspirações dos súditos do príncipe anterior, de modo que será cobrado por isso. Como afirma Maquiavel: “Não bastará extinguíres a linhagem do príncipe, porque restarão aqueles senhores que se fazem chefes das novas alterações e, não podendo contentá-los nem os eliminar, perderás o estado na primeira ocasião” (*O PRÍNCIPE*, IV p. 21)

MANUTENÇÃO DE REPÚBLICAS

Quando o estado conquistado era anteriormente uma república, a *matéria* oferece ao príncipe novo maiores dificuldades, as quais vão exigir dele virtudes mais apuradas do que as demandadas na consolidação na sujeição e um principado despótico ou monárquico.

No caso de uma república, como o povo guarda a memória da liberdade interna e externa, a cidade conquistada, para ser conservada, precisa: ou ser totalmente destruída, ou o príncipe precisa residir nela, ou gerar uma desigualdade política entre seus cidadãos. Examinemos essas alternativas.

“TERRA ARRASADA”: A CRÍTICA À VIA DO MEIO

De acordo com Pocock, Maquiavel demonstra predileção pela primeira das três “cartas” postas sobre a mesa. Isso porque, a “experiência da cidadania” prolongada por várias gerações esculpe um costume tão forte sobre os homens que seria preciso “mudar sua natureza” se quiser o príncipe conquistador assegurar seu poder (POCOCK, 1975, p. 165)⁴⁷. A questão é que, no curto espaço de tempo da conquista de uma república, mudar a natureza dos homens parece inviável. Isso, pode, naturalmente, ser feito, porém, como observa Pocock, ocorre lentamente à medida que os novos costumes vão

⁴⁷ "(...) when men are used to obeying a ruler, they do not have to alter their natures in order to obey someone else; but the experience of citizenship, especially if prolonged over several generations, sets an indelible mark upon their natures, so that they must indeed become new men if they are to learn willing obedience to a prince." (POCOCK, 1975, P. 165).

sendo forjados⁴⁸. É por isso que Maquiavel afirma que a rebelião rondará sempre uma república conquistada, a menos que o conquistador a dizime:

Quem se torna senhor de uma cidade habituada a viver livre e não a destrói pode esperar ser destruído por ela, porque ela sempre tem por refúgio, na rebelião, o nome da liberdade e suas antigas ordenações, que nem o passar do tempo, nem os benefícios jamais farão esquecer (*O PRÍNCIPE*, V, p. 24)

Num contexto de conquista como este, não se pode titubear com meios termos. Esta lição fora aprendida por Maquiavel há tempos. Ainda na época da Segunda Chancelaria, Maquiavel se depara com uma querela envolvendo as cidades do Vale do Chiana. Frequentemente, estes povos, acostumados a viver livres, se rebelavam contra o domínio de Florença, forçando constantemente a república florentina a enviar expedições militares, causando dispêndio de energia e recursos⁴⁹. No caso específico, ao terem sufocado uma rebelião, os florentinos não tinham clareza do que deveria ser feito: parte dos aretinos foi presa, outra parte libertada, de modo que sua revolta não fora punida, muito menos perdoada. Essa indefinição na maneira com que os florentinos agiram continuou a alimentar as insubordinações e, conseqüentemente, a enfraquecer os florentinos na península, pois, não sendo capaz de destruir inteiramente os aretinos, Florença expressou pusilanimidade e indicou que aqueles que se rebelassem, mesmo sendo derrotados, poderiam ter esperança de perdão, o que alimenta o fogo da revolta. Essa “postura” da cidade de Florença exemplificava para nosso autor tudo que não se deve fazer. Demonstrar ambigüidade denota fraqueza e termina por incentivar os rebeldes e transmitir pouca autoridade para aqueles dispostos a obedecer. Maquiavel se espelha, naturalmente, nos romanos.

Em *Discursos* II, 23, Maquiavel procede uma análise do modo como os romanos agiam com seus súditos. Segundo ele, o que se deve louvar em sua

⁴⁸ "Machiavelli does not seem to think this transformation can be effected; indeed, it is essential to his whole theory of fortune that men cannot change their natures, except perhaps at the infinitely slow rate indicated by the concept of custom." (POCOCK, 1975, P. 165).

⁴⁹ À época da rebelião de Arezzo, Maquiavel já trabalhava na Segunda Chancelaria e, como seu funcionário, manifestou sua opinião sobre o tema em um texto denominado *Do modo de tratar os povos rebelados do Vale do Chiana*.

atitude é que, no trato político, por assim dizer, sua postura nunca era ambígua ou de neutralidade, mas era, ao contrário, transparente e vigorosa. Os romanos eram ou benevolentes ou terríveis com seus súditos, nunca seguindo o que Maquiavel chama de “via do meio”:

(...) nas decisões de estado, eles sempre fugiram ao caminho do meio, preferindo os extremos. Porque governar nada mais é que manter os súditos de tal modo que não possam nem devam atacar-te: isso se faz buscando em tudo garantia e privando-os dos meios de prejudicar-te, ou beneficiando-os de tal modo que eles não tenham razões para desejar mudar de fortuna (*DISCURSOS*, II, 23, p. 265).

O modo como os romanos procediam com os súditos pode, e deve, conforme nossa interpretação, ser transmutado para o campo da ação política em geral. Afinal, para o secretário florentino, “governar nada mais é que manter os súditos de tal modo que não possam nem devam atacar-te” (*DISCURSOS*, II-23), quer dizer, aquele que governa precisa manter seguro seu lugar e, para isso, deve saber tomar decisões difíceis e sustentá-las. Conforme nos diz Maquiavel no mesmo capítulo: “E os romanos nunca usaram de neutralidade nas questões importantes, como eu disse. E os príncipes devem imitar tal conduta” (*DISCURSOS*, II-23).

Parece-nos, portanto, que a crítica maquiaveliana à via do meio aduz à necessidade de tomar decisões extremas. Exercer o poder é tomar decisões difíceis por natureza. Sendo assim, o príncipe que conquista uma cidade precisa ser resoluto, sustentar punição ou perdão, sem meio termo. Como, aliás, o secretário florentino diz no terceiro capítulo de *O Príncipe*: “(...) há que se observar que os homens devem ser ou adulados, ou aniquilados, porque, se é verdade que podem vingar-se das ofensas leves, das grandes não o podem; por isso, a ofensa que se fizer a um homem deverá ser tal que não se tema a vingança” (*O PRÍNCIPE*, III, p. 12).

Assim, a conquista de uma república parece exigir mais que não ser ambíguo. Considerando a tarefa de impor um novo costume à uma matéria que ama sua liberdade a ponto de morrer por ela, não nos parece que Maquiavel aprovaria que o príncipe conquistador de uma república a “premiasse” após a conquista.

Talvez, possa premiar alguns, como estratégia de dominação, mas nunca à cidade como um todo.

IN LOCO

A segunda recomendação de Maquiavel para a manutenção de uma república consiste em residir na cidade:

Porque, quando se está presente, veem-se nascer as desordens e pode-se remediá-las rapidamente, ao passo que, quando não se está, delas só se têm notícias quando já estão grandes e já não há remédio. Além disso, a província não será espoliada pelos funcionários, podendo os súditos recorrer de perto ao príncipe, tendo por isso mais razões, se quiserem ser bons, para amá-lo ou, do contrário, para temê-lo. Também os estrangeiros que pretenderem invadir aquele estado serão mais cautelosos, de modo que, ali habitando, o príncipe poderá perdê-lo com imensa dificuldade (O *PRÍNCIPE*, p. 11)

Considerando que os estados livres “guardam a memória” da liberdade por mais tempo, é necessário ao conquistador “vigiar” de perto os movimentos internos do corpo político. Se não desejar destruir a cidade, o conquistador precisa “atuar sobre a matéria” habilmente, a fim de compreender sua dinâmica interna, suas divisões e seus costumes. De posse de informações detalhadas, o príncipe pode agir imediatamente, prevenindo rebeliões que se formam entre os súditos, ou que algum funcionário prejudique sua reputação. O elemento essencial da recomendação de Maquiavel constitui, parece-nos, uma ação preventiva. Afinal, estando o príncipe *in loco*, ele pode identificar os males em seu início, o que o permite remediar a tempo os males que possam surgir.

O secretário florentino utiliza uma metáfora médica para reforçar seu argumento: assim como algumas doenças – como a tísica, por exemplo - podem ser curadas se diagnosticadas no começo, o príncipe que reside no local conquistado tem melhores condições de identificar os perigos em seu princípio. Da mesma maneira que um médico hábil identifica uma doença precocemente e evita que ela evolua, o príncipe de *virtù* reconhece as perturbações do corpo político no início impedindo que seus efeitos o prejudiquem.

INTRODUZIR A DESIGUALDADE POLÍTICA

A última recomendação de Maquiavel para manter uma república conquistada consiste na criação de uma desigualdade política.

[uma das maneiras de manter um estado acostumado a viver livre é] (...)Impondo-lhes um tributo e criando dentro deles um estado de poucos, que o conservem teu amigo. Pois sendo esse estado criado por aquele príncipe, saberá que é impossível sustentar-se sem sua amizade e sem seu poder, e tudo fará para mantê-lo. Mais facilmente se mantém uma cidade habituada a viver livre por seus próprios cidadãos do que por qualquer outro modo, se quiser preservá-la (O *PRÍNCIPE*, V, p. 23)

Criar uma elite em uma cidade anteriormente livre funciona bem, porque aqueles que se fazem senhores, o são apenas devido à nova ordem introduzida pelo conquistador e, portanto, são seus devedores. Nesse sentido, é uma boa estratégia para a manutenção das repúblicas, pois “ajusta” a matéria do corpo político à forma desejada pelo conquistador. Se recorrermos ao *Discurso sobre as formas de governo de Florença*, mencionado no capítulo 1 de nossa dissertação, achamos outro suporte para este princípio. Segundo Maquiavel, as formas políticas se ajustam à matéria da seguinte maneira: onde há desigualdade entre os homens, um principado é sempre mais fácil de manter, pois a oposição entre os grandes e o povo não será base de agitações políticas, afinal, os homens estariam já habituados a esta desigualdade. O contrário se observa em uma cidade onde há igualdade. Num contexto de igualdade, onde não se tem uma “elite”, dificilmente pode-se introduzir uma república, pois, as resistências seriam muitas, visto que os homens não teriam pré-disposição para obedecer a um monarca. Não obstante, um conquistador de *virtù* é capaz de introduzir a desigualdade necessária em uma cidade acostumada a viver livremente, para, assim, subjugar-la pela máxima “dividir para governar”.

Voltando nossa atenção agora para o capítulo 55 dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, veremos Maquiavel abordar novamente esse assunto. O capítulo em questão reflete sobre a possibilidade de ordenar uma república onde a matéria predispõe um principado. Nosso secretário responde que é possível fazê-lo, porém é difícil porque os homens que tentaram

suplantar a matéria, geralmente ordenam instituições que pouco duram. Sigamos o argumento de Maquiavel.

Como é de costume, sua exposição do problema começa abordando um exemplo histórico. Segundo Maquiavel, os cidadãos das repúblicas alemãs são um exemplo de “bondade”. O que comprova isso é o fato de que, quando há necessidade de gastar do erário os magistrados impõem um imposto a ser pago a cada um que se apresenta e deposita numa caixa o valor cobrado. Mesmo sem a fiscalização “ativa” dos coletores de impostos, o total arrecadado corresponde ao que se esperava, ou seja, entende-se que todos depositaram o valor adequado.

De acordo com Maquiavel, o principal motivo para isso é que nessa região não há o que ele chama de “gentis-homens”⁵⁰. Isso quer dizer que a igualdade entre os cidadãos favorece a vida republicana, pois enaltece o público e não o privado; sobre os gentis-homens, o secretário florentino afirma que “são perniciosos em todas as repúblicas e em todas as províncias”.

Em oposição à Alemanha, Nápoles, Roma e a Lombardia são os exemplos contemporâneos de Maquiavel onde se pode observar a concentração destes homens perniciosos. Atribuindo a eles a culpa por não haver nessas regiões república “nem nenhum tipo de vida política”, o florentino acusa-os abertamente de serem inimigos da civilidade, afirmando em seguida:

(...) quem quiser criar uma república onde houver muitos gentis-homens não poderá fazê-lo sem antes os eliminar todos, e todo aquele que quiser criar um reino ou um principado onde houver bastante igualdade só poderá fazê-lo *extraíndo dessa igualdade muitos que tenham ânimo ambicioso e inquieto, tornando-os gentis-homens de fato, não de nome, dando-lhes castelos e possessões, além de favores em bens e homens, para que, postos no meio desses homens, por meio deles mantenham seu poder, e tais homens, por meio dele, mantenham sua ambição (...)* (DISCURSOS, I, 55, p. 161).⁵¹

⁵⁰ Uma expressão requintada para “mercado”: “E, para esclarecer o que é chamado de gentil-homem, digo que gentis-homens são chamados os que vivem ocioso das rendas de suas grandes posses, sem cuidado algum com o cultivo ou com qualquer outro trabalho necessário à subsistência.” (DISCURSOS, p. 161).

⁵¹ Grifo nosso.

As passagens que selecionamos do capítulo 55, dos *Discursos*, ilustram bem, a nosso ver, a estratégia que um príncipe novo deve utilizar para assegurar seu comando de uma cidade livre recém conquistada. Frisamos: como o próprio Maquiavel afirma, introduzir na matéria a desigualdade é tarefa árdua, não impossível! Tal feito exige “um homem raro em engenho e autoridade” (*DISCURSOS*, p. 162).

O homem capaz de forjar em circunstâncias extremamente desfavoráveis, equivale ao homem de grande *virtù*, que dobra a fortuna com sua impetuosidade, com seu vigor e transforma aquilo que parecia impossível em realidade. Eis aí, a *virtù* do príncipe conquistador.

O LEGISLADOR

Seguindo a exposição de Maquiavel, no capítulo VI de *O Príncipe* encontramos a imagem daqueles que dão origem a um corpo político, dando origem a “principados inteiramente novos”. O principado inteiramente novo, é aquele que dá origem a um ordenamento que torna os homens concidadãos. Diferente dos principados anteriores, o principado inteiramente novo forja homens antes dispersos a um ordenamento político.

É importante, antes de adentrar o assunto, elucidar que existe uma distinção entre fundador e legislador. O fundador seria o personagem mítico que, em determinado momento da história das civilizações antigas inicia, geralmente por ordem divina, a vida política. Já o legislador corresponde a uma “invenção” humana que tem como objetivo solucionar querelas que ameaçam esfacelar uma ordem vigente. No capítulo em análise, Maquiavel refere-se aos fundadores para comparar sua ação aos legisladores modernos, ou aqueles que erigem principados inteiramente novos. Essa discussão será melhor detalhada logo mais.

Recorrendo às míticas figuras de Moisés, Rômulo, Ciro e Teseu, o secretário florentino reflete sobre o lugar destes homens e o embate com a fortuna. Neste capítulo, o príncipe inteiramente novo seria aquele que encontra pessoas (matéria) vivendo sem uma forma política determinada, estando, portanto, aptas a receber com relativa facilidade novas ordenações. Em outros termos,

um povo em situação de anomia, sem costumes bem delineados, predisposto a receber novos fundamentos. A figura do fundador serve a Maquiavel para traçar um paralelo com o legislador: ambos se encontram em situação semelhante, no que diz respeito ao embate com o a fortuna. Neste caso, de acordo com Pocock, o legislador comanda quase inteiramente a fortuna:

O legislador tem tamanha *virtù* que seu comando da *occasione* [fortuna] é absoluto e ele possui habilidade incondicional de ditar forma à matéria; porém ele se torna uma espécie de demiurgo, capaz de atualizar todas as potencialidades com um único gesto criativo, estando muito além do ser humano ordinário. (POCOCK, 1975, p. 170)⁵²

Note-se: o legislador não encontra grande oposição vinda da matéria, pois as ordenações inexistem ou são fracas, de modo que o costume também é fraco. Porém, isso não implica que sua *virtù* deva ser “pouca”. Na realidade, sua *virtù* também precisa ser extraordinária, afinal, fazer-se chefe de homens dispersos, dar-lhes uma pátria, por assim dizer, não é algo realmente fácil de se concretizar. Em perspectiva, porém, com outros casos de inovadores, o legislador tem mais facilidade, porque as pessoas encontram-se mais aptas a obedecer.

Estudando mais de perto o capítulo VI de *O Príncipe*, vemos Maquiavel ressaltar quatro figuras eminentes, como dissemos: Moisés, Rômulo, Ciro e Teseu. Estes, recebendo da fortuna a “ocasião”, quer dizer, a matéria apta a novas ordenações, tiveram que se confrontar minimamente com resistências dela. Porém, sua *virtù* é, ainda excepcional, pois souberam criar ordenações que se sustentaram ao longo do tempo:

(...) a natureza dos povos é variável; e, se é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los nessa persuasão. Por isso, convém estar ordenado de modo que, quando já não acreditarem, seja possível fazê-los crer à força. Moisés, Ciro, Tese e Rômulo não teriam conseguido que suas constituições fossem obedecidas por tanto tempo se estivessem desarmados (*O PRÍNCIPE*, p. 27-8)

⁵² “The legislator has such *virtù* that his command of *occasione* [fortuna] is absolute and he has unconditioned ability to dictate form to matter; but he has now become a species of demiurge, able to actualize all potentialities by a single creative command, and very much above the level of ordinary humanity”

A SOLIDÃO DO LEGISLADOR

Não nos parece impertinente agregar algumas reflexões sobre o legislador feitas por Bignotto. Espera-se que essas ideias sustentem nossa interpretação sobre a posição privilegiada do legislador em nosso autor. Afinal, deve-se reconhecer que quando o próprio Maquiavel escreve, havia já um corpo teórico de reflexões sobre o assunto. Brevemente, portanto, sigamos o professor Bignotto em seu artigo “*A Solidão do Legislador*”⁵³.

Bignotto delimita o campo de investigação: não se trata de analisar a solidão e as estratégias do ator político que precisa mediar conflitos antagônicos, quer dizer, sua análise não tem como objetivo elaborar uma “teoria da ação” de um ator político, mas sim de investigar os atos de criação de novos regimes, estabelecendo o lugar que o criador ocupa.

Sua análise parte da leitura do artigo de Nicole Louraux, “*Solo nau milieu de la lice*” onde a autora discorre sobre a atitude de Sólon que, em contexto de guerra civil entre os atenienses, se coloca sozinho no meio do campo de batalha. Este lugar, que era tradicionalmente ocupado por um representante de cada exército, ao ser ocupado por Sólon, cria uma nova tópica:

O lugar entre os dois exércitos, o *métaichmion*, era tradicionalmente ocupado por dois representantes dos lados em conflito, antes que a disputa designasse um vencedor. Ora, segundo nossa intérprete 'o paradoxo de Sólon é, que nesse meio do meio no qual se é sempre dois, ele queria se manter sozinho, se identificando talvez com esse centro problemático'. Ou seja, no contexto de sua ação, ele não procurou reproduzir um papel já integrado ao imaginário grego e cujo comportamento poderia ser reproduzido tendo em vista figuras conhecidas do passado, ou exemplos identificáveis no universo dos poemas homéricos. Ao contrário, criou para si um lugar novo e absurdo aos olhos da tradição, como sintetiza Louraux: 'Árbitro armado, hoplita solitário, lobo isonômico: tantas figuras para um só e mesmo paradoxo, o de um homem político de pé no *métaichmion* (BIGNOTTO, 1999, P. 9-10)

No contexto grego da época, de crise dos valores aristocráticos, onde a justiça era identificada com uma série de tradições orais, a reivindicação de uma lei escrita que abrisse espaço para a participação política de extratos sociais antes afastados do poder, faz surgir a figura do legislador humano. Se as leis antigas

⁵³ Bignotto, Newton. *A Solidão do Legislador*. Kriterion, Belo Horizonte, n.º 99, p.7-37, jun, 1999. Intente links en: Google. Similares en: Red SciELO.

foram dadas pelos deuses, as novas passariam a ser criadas pelo humano excepcional, amplamente respeitado.

De acordo com Bignotto, os gregos antigos entendiam a tópica da criação das cidades e das leis como resultado: a) da ação da figura mítica do fundador das cidades antigas e suas colônias; b) da ação dos legisladores que foram introduzidos como alternativa às crises advindas das transformações ocorridas no mundo grego por volta do século VII a.C.

No primeiro caso, a cidade existe como resultado de uma ação divina. Seu fundador é um herói, um deus ou um semideus. Dessa maneira, não há como rastrear historicamente sua origem, pois encontra-se no processo de afirmação da humanidade perante um mundo caótico e pré-civilizado:

É preciso observar que essa maneira de proceder - a designação de um herói fundador e a marcação de sua presença na vida da cidade através da delimitação de seu túmulo - não ocorre apenas no interior do discurso poético, ou descreve uma situação particular de um número reduzido de cidades. Como mostra Polignac, estamos na verdade na presença de uma estratégia, que foi a base dos discursos de constituição da identidade de muitas cidades gregas. O herói fundador, normalmente um personagem lendário, estabelecia a ponte entre uma fase pré-política e uma fase humana e civilizada. Sua função era a de apagar os traços de um mundo dominado por monstros e criaturas terríveis, que impediam a vida humana de progredir, para forjar um lugar no qual os homens assumiam o controle de suas ações e a responsabilidade pela manutenção de seus laços originais. O fundador mítico realizava uma unificação não só da pré-história com a história, mas também do próprio território, unindo o centro urbano com os confins rurais com seus cultos e lendas. A transferência de seu poder se dava exatamente da forma descrita por Homero: um conselho nobre, reunido em torno de seu túmulo recebia o poder por ele instituído (BIGNOTTO, 1999, p. 18)

No segundo caso, o legislador, era um homem reconhecido que era chamado para conter uma crise política que ameaçava destruir a cidade:

(...) podemos resumir o aparecimento do legislador numa cidade determinada em três etapas. Na primeira existe uma crise insolúvel dentro dos mecanismos existentes nas instituições locais, o que leva a comunidade a apelar para uma figura excepcional, supostamente capaz de trazer elementos novos para a solução do problema que arrisca destruí-la. Num segundo momento, a crise é suspensa e o legislador promulga novas leis. Finalmente a crise é resolvida e o legislador se vai deixando um código que se mostrou eficaz para evitar novas crises no futuro (BIGNOTTO, 1999, p.21)

O legislador, então, era aquele que, sendo respeitado por ambos os partidos em disputa, recebe deles a missão de mediar um conflito que pode exterminar a vida política.

As qualidades requeridas de um legislador eram: a) ser homem de virtude, formado por um sábio reconhecido; b) deveria ser um homem que havia viajado muito, tendo conhecido muitas leis e terras; c) entendia-se muitas vezes que eram homens assistidos diretamente pelos deuses, portanto, não é o caráter secular de sua existência que separa o legislador da figura mítica do fundador, mas seu papel de solucionar querelas:

Esse conjunto de características mostra bem que, se a separação entre legisladores históricos e míticos é importante para estudos históricos, ela apaga um laço de continuidade evidente entre os diversos personagens e, sobretudo, esconde o fato importante a nossos olhos de que os gregos consideravam os legisladores a partir de parâmetros que desconheciam fronteiras rígidas entre a realidade e a ficção (BIGNOTTO, 1999, p. 22)

Sendo assim, podemos servir-nos das reflexões feitas por Bignotto para tentar consolidar dois pontos cruciais de nossa análise sobre os legisladores: a) eles têm grande autoridade, são reconhecidos como homens virtuosos e até mesmo como “oráculos” dos deuses; b) personagens míticos como Moisés e Teseu (arrolados acima) podem ser considerados como legisladores, ainda que precariamente.

Quanto ao primeiro ponto, cabe ressaltar que, devido à sua grande autoridade e à situação em que são chamados, enfrentam eles, muito menos oposição aos seus desígnios que outros inovadores. Por isso mesmo, sua ação é mais livre, detém maior margem de manobra e menos oposição da fortuna.

No que diz respeito ao segundo ponto, deve-se ressaltar que, seja a figura mítica, ou o legislador histórico, existe um status de magnificência e um contexto de desagregação política que facilita a imposição de novos costumes. Seja porque abre um ciclo de vida civilizada, ou porque é visto como alguém capaz de solucionar os problemas de um corpo político, os legisladores encontram-se em relação à fortuna em uma posição privilegiada: estando os

costumes enfraquecidos, ou ainda inexistentes, sua *virtù* não se faz necessária no grau máximo para impor-se.

O PROFETA

Ainda no capítulo VI de *O Príncipe*, Maquiavel traz à tona a figura do profeta e serve-se de Savonarola para discorrer sobre o recurso à religião para impor forma à matéria, advertindo-o, contudo, que precisa de outras preparações se quiser manter o que foi constituído. A exemplo de Ciro, Teseu e Rômulo, que sustentaram o poder na religião e em “outras preparações”. Não foi o caso de Savonarola que, segundo Maquiavel soube explorar o discurso religioso sem, contudo, ser homem de *virtù*, pois negligenciou outras preparações: leia-se a força. O contrário fez Numa, segundo rei de Roma, responsável por ordenar, a religião dos romanos.

A fim de esclarecer esse assunto, nossa análise recai agora sobre o profeta, aquele que, segundo Pocock, é um inovador e pode ser, em determinadas circunstâncias (como no caso de Moisés) um príncipe novo (POCOCK, 1975, p. 170-171).

O profeta enquanto príncipe novo, aparece como um legislador ou um reformador, e o que o distingue dos outros príncipes é o recurso ao discurso religioso para ascender ao poder e produzir, posteriormente, obediência. Com isso em mente, faremos agora uma exposição sobre o profeta enquanto figura política no pensamento de Maquiavel, propondo uma interpretação sobre a importância do discurso religioso para ele. A seguir, procuraremos explicitar a crítica do secretário florentino ao frei Savonarola, “o profeta desarmado”.

Nos *Discursos*, nosso autor louva efusivamente Numa Pompílio por ter ordenado a religião dos romanos. De fato, Maquiavel assume que a religião é um dos elementos mais importantes para consolidar a autoridade:

E, de fato, nunca houve ordenador de leis extraordinárias, em povo nenhum, que não recorresse a Deus; porque de outra maneira elas não seriam aceitas: pois há muitas boas coisas que os homens prudentes conhecem, mas que não têm em si razões evidentes para poderem convencer os outros. Por isso, os homens sábios, que querem desembaraçar-se dessa dificuldade, recorrem à Deus (*DISCURSOS* – I, 11, p. 50)

O recurso à autoridade divina parece mobilizar a obediência. Podemos observar esse expediente em *O Príncipe* XVIII. Neste capítulo, Maquiavel desenvolve o argumento do homem e da besta. De acordo com ele, é preciso que o príncipe saiba usar conforme a ocasião das duas naturezas, isto é, é preciso que saiba empregar modos “animalescos” para assegurar seu comando. Os modos a que chamamos “animalescos” não são, contudo, sinônimo de pura força. A “besta” possui ainda duas facetas: o leão e a raposa.

A faceta do leão é aquela que demonstra força, vigor e, se necessário, violência para assustar os inimigos, inspirar temor. Por outro lado, a faceta da raposa designa a habilidade de dissimular, interpretar os papéis necessários para enganar os homens. A depender do contexto, o príncipe deve saber usar da raposa e do leão: “(...) porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos” (*O PRÍNCIPE*, XIV, p. 86). Alguns parágrafos adiante, Maquiavel afirma que, a qualidade mais importante que um príncipe deve aparentar possuir é a religião⁵⁴.

No entanto, o príncipe que não for capaz de recorrer ao leão quando necessário estará entregue aos lobos, sendo, assim, incapaz de preservar seu poder. Foi o que ocorreu ao Frei Savonarola, conforme veremos a seguir

O PROFETA DESARMADO

Como nos mostra Pancera, com a chegada dos Médici ao poder em Florença, em 1434, temos uma tentativa de reforma da constituição que visava alocar institucionalmente os novos comandantes. Tal tentativa não logrou êxito, mas, por habilidade política, Cosimo e Lorenzo foram capazes de sustentar o poder com relativa tranquilidade até 1492, quando Lorenzo morre e Piero assume a liderança da família. A alegada incapacidade política de Piero, fez com que o

⁵⁴ “Logo, deve um príncipe cuidar para que jamais lhe escape da boca qualquer coisa que não contenha as cinco qualidades supracitadas. Deve parecer, para os que o virem e ouvirem, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade e todo religião. Nada há de mais necessário do que parecer ter esta última qualidade.” (*O PRÍNCIPE*, p. 87)

famoso frei dominicano, Girolamo Savonarola, obtivesse a liderança política da cidade em 1494 (PANCERA, 2010, II).

Savonarola dá início a uma ampla reforma das instituições de Florença, incluindo o Conselho Maior, que tinha como função aprovar algum cidadão para os cargos de maior importância. Porém, ao tocar em estruturas há muito consolidadas, Savonarola entrou em rota de colisão com poderosos atores políticos de Florença, amealhando assim, grande oposição entre aqueles que se alocaram na estrutura de poder durante as décadas em que os Médici governaram:

Se o Grande Conselho dava ao povo a sua parte no governo, não fazia o mesmo relativamente aos grandes, ou seja, àqueles que tinham posição de destaque e desejavam estar à frente das principais magistraturas, pois os poderosos não encontravam um espaço na estrutura político-institucional que desse abrigo a suas ambições (PANCERA, 2010, p. 56)

O fim de Savonarola é conhecido e, aliás, é muito pouco provável que fosse diferente. Cercado de inimigos poderosos, acaba condenado à fogueira em maio de 1498. Savonarola, pode-se dizer, foi hábil em simular origem divina, servindo-se com grande competência da natureza da raposa. Porém, foi incapaz de servir-se da natureza do leão para consolidar seu poder. É por isso que, no capítulo VI de *O Príncipe*, Maquiavel afirma que os reformadores que não são capazes de “forçar” quando necessário estão condenados ao fracasso:

É necessário, portanto, para bem discutir esse assunto, examinar se esses inovadores agem por si mesmos ou se dependem de outros, isto é, se para realizar sua obra precisam rogar ou podem forçar. No primeiro caso, acabam sempre mal e nada conseguem, mas quando dependem apenas de si mesmos e podem forçar, é raro que corram perigo. *Eis por que todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam*. Pois, além do que já foi dito, a natureza dos povos é variável; e, se é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los nessa persuasão. *Por isso, convém estar ordenado de modo que, quando já não acreditarem, seja possível fazê-los crer à força* (*O PRÍNCIPE*, VI, p. 27-8)⁵⁵

Um interessante estudo feito por Ratton arrola o conteúdo das pregações de Savonarola e serve-nos para demonstrar como o frei dominicano usou a

⁵⁵ Grifo nosso.

religião para ascender politicamente. Em dezembro de 1494, no ápice de seu poder, Savonarola se dirige aos florentinos afirmando que a graça divina os agraciaria se a cidade se dispusesse a reformar suas instituições políticas.

O destino de Florença estava em questão nos debates de reforma institucional, e os florentinos não poderiam esquecer, segundo as palavras do monge, que a profecia da glória de Florença dependia da obediência da cidade às instruções divinas. Ao se colocar à frente do novo governo que se formava no final de dezembro de 1494 e ao advogar uma base mais larga de governo para a cidade de Florença, Savonarola apresentava-se aos florentinos como alguém inspirado pela vontade divina (RATTON, 2003, p. 33)

Savonarola, a exemplo de Numa Pompílio e de Moisés, simulou contato com Deus para criar obediência. Porém, ao contrário destes Savonarola não soube usar a espada, de modo que, quando sua imagem perde viço, nada mais poderia os resguardar no comando.

O profeta, portanto, precisa saber que, apesar da potência de seu discurso (de natureza religiosa), este sozinho não pode consolidar seu poder. Sendo assim, aquele que se coloca como arauto de Deus, deve saber servir-se da astúcia da raposa e da força do leão. Como nos mostra, Pocock, o profeta, como inovador, precisa da espada (POCOCK, 1975, p. 171). Servir-se da religião é sinal de *virtù*, porém, esquecer que ela não basta, é “pecado” grave.

O CRIMINOSO

As duas últimas categorias de príncipe novo são “especiais”. A primeira dessas categorias restantes corresponde àquele que se torna príncipe não pela fortuna, nem propriamente por sua *virtù*, mas por via criminosa⁵⁶.

No capítulo VIII de *O Príncipe* Maquiavel analisa aquele que ascende pelo crime, pela prática deliberada e irrestrita de ações moralmente questionáveis que visam um objetivo igualmente questionável. Importa, e muito, destacar este

⁵⁶ “Como ainda existem dois outros modos de passar de homem privado a príncipe, que não se podem atribuir totalmente à fortuna nem à *virtù*, parece-me que não se deve deixar de abordá-los, embora um deles possa ser discutido mais amplamente quando se tratar de repúblicas. Estes dois modos são: ascender ao principado por via criminosa e nefanda ou um cidadão privado tornar-se príncipe de sua pátria com o favor de seus concidadãos.” (*O PRÍNCIPE*, P. 39).

personagem. É ele que nos dá nova oportunidade de pensar sobre *virtù* e moralidade.

Em nosso primeiro capítulo discorremos de maneira geral sobre a *virtù* e a moral defendendo que a questão precisa ser abordada sob viés da necessidade. Em outras palavras, Maquiavel não recomenda que se lance mão de práticas violentas e fraudulentas pelo puro interesse do príncipe. Antes, o que ele defende é que diante de situações extremas remédios extremos precisam ser empregados.

O capítulo em questão apresenta dois exemplos de príncipes que devem ao crime sua posição: Agátocles Siciliano, também conhecido como o “Tirano de Siracusa” e Liverotto da Fermo. Agátocles, seguindo carreira militar, ascendeu ao posto de pretor de Siracusa de onde, pela força e brutalidade assumiu o poder na cidade. Reunindo todos os cidadãos poderosos e ricos em uma reunião, matou-os, eliminando assim quaisquer opositores a seus desígnios. O comentário de Maquiavel é revelador:

Quem considerar, portanto, suas ações e sua *virtù*, nada ou quase nada verá que se possa atribuir à fortuna; como dito acima, não foi pelos favores de alguém, mas pelos graus da milícia, que alcançara passando por mil perigos e dissabores, que ele chegou ao principado e depois manteve com tantas decisões corajosas e perigosas. *Não se pode propriamente chamar de virtù o fato de assassinar seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé [manter a palavra], piedade nem religião. Esses modos podem fazer adquirir império, mas não glória.* Mas, se considerarmos a *virtù* com que Agátocles entrou nos perigos e deles saiu e a grandeza de seu ânimo (...) não vemos por que ele deveria ser julgado inferior a qualquer excelente capitão. *Contudo, sua feroz crueldade e desumanidade e seus infinitos crimes não permitem que seja celebrado entre os homens excelentes (O PRÍNCIPE, p. 40-1)*⁵⁷

Textualmente Maquiavel aponta que, por mais que tenha sido capaz de se fazer príncipe, a maneira que o faz, não permite enquadrar Agátocles como um homem de *virtù*. Certamente um homem de ânimo extraordinário. Certamente um homem astuto. No entanto, não um homem de *virtù*. Por que ele não seria um homem de *virtù*? Seria essa afirmação outro estratagema retórico de Maquiavel?

⁵⁷ Grifo nosso.

Ao que parece, o mero alcance do poder e sua conservação, não pode habilitar um príncipe como um homem de *virtù*. Afinal, se a *virtù* consiste em saber fazer o “mal” em algumas ocasiões⁵⁸, isso não significa que toda prática criminosa seja moralmente lícita em Maquiavel.

Para nos ajudar, destaquemos o comentário do florentino sobre o fratricídio de Rômulo. No capítulo nove dos *Discursos*, Maquiavel discorre sobre os atos “extraordinários” que aquele que deseja renovar ou instituir novas leis pode incorrer. Neste capítulo ele afirma que para bem ordenar é preciso estar só:

E deve-se ter como regra geral que nunca, ou raramente, ocorre que alguma república ou reino seja, em seu princípio, bem ordenado ou reformado inteiramente com ordenações diferentes das antigas, se não é ordenado por uma só pessoa; aliás, é necessário que um homem só dite o modo, e que de sua mente dependa qualquer dessas ordenações. Por isso, um ordenador prudente, que tenha a intenção de querer favorecer não a si mesmo, mas o bem comum, não sua própria descendência, mas a pátria comum, deverá empenhar-se em exercer a autoridade sozinho; e nenhum sábio engenho repreenderá ninguém por alguma ação extraordinária que tenha cometido para ordenar um reino ou constituir uma república (*DISCURSOS*, p.41)

Gostaríamos de chamar atenção para uma questão em especial na passagem transcrita acima. Maquiavel afirma que um ordenador cuja *intenção* seja favorecer o bem comum deva ser “desculpado” pelas ações extraordinárias que venha a realizar, porém, como discutimos acima, a intenção ou motivação do outro nos é inacessível. Não é possível, portanto, julgar as ações de um príncipe conforme sua intenção, mas por seus resultados. Dessa maneira, aquele que incorre em medidas extremas e usa o poder para consolidar a vida civil, deve ser julgado por conta de seus resultados, pois é apenas isso que nos é acessível enquanto dado real.

Medidas extremas, portanto, devem ser tomadas *em vista* do bem comum, porém, na prática, não as reconheceremos enquanto ações moralmente boas a não ser que produzam os efeitos consonantes. Se o efeito favorecer o bem comum, tais ações são escusáveis, como Maquiavel observa sobre o fratricídio de Rômulo: “cumpre que, se o fato o acusa, o efeito o escuse; e quando o

⁵⁸ Capítulo 1.

efeito for bom, como o de Rômulo, sempre o escusará: porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar” (*O PRÍNCIPE*, p. 41).

Em contraste, Agátocles e Rômulo se mostram como dois homens que praticaram crimes do ponto de vista moral. No entanto, devido à distinção de seus *resultados*, um enquadra-se como homem de *virtù*, ao passo que o outro é apenas um “bom jogador”. A criação de Agátocles favoreceu a si mesmo, enquanto a criação de Rômulo é a base para a liberdade dos romanos.

O exemplo de Bórgia, que discutimos acima, parece encontrar eco nessas análises. Afinal, se, por um lado, Bórgia demonstrava grande impetuosidade e soube se desvencilhar de sua fortuna inicial, por outro, o fato de ter fracassado antes de instituir aquilo que *parecia* desejar não permite que o tenhamos entre os homens de *virtù*. Fosse concluída sua obra, o seu significado nos seria finalmente acessível e poderia ser julgado. Como, no entanto, não logrou êxito, todo o crime e dissimulação de Bórgia não oferecem mais do que um mar de suposições, a exemplo de Liverotto a quem o duque Valentino iria assassinar.

O CRIME CONTRA A FORTUNA

Diante das constatações feitas acima, surge um “nó” que precisa ser desfeito. Dissemos acima que as cinco categorias de príncipe novo se colocavam em um gradiente de confronto com a fortuna. Uma vez, porém, que Maquiavel parece reprovar aquilo que visa o interesse particular, onde estaria situado aquele que se faz príncipe por via criminosa?

Maquiavel afirma que o príncipe do capítulo VIII, que denominamos criminoso, passa de homem privado à príncipe, portanto, emerge do povo. Isso é importante mencionar, pois, aquele que se faz príncipe por via criminosa, era antes um súdito, o que o torna uma figura *sui generis*. Enquanto o legislador agrega aqueles que estavam dispersos, encontra-os inclinados a obedecer, o príncipe conquistador já era monarca. Já o profeta era também, antes de se converter em príncipe, um súdito; no entanto, sua ascensão não se dá pela violência, pela intimidação, pelo expediente da força, mas pela retórica, pela astúcia.

Sendo assim, é fato que há habilidade por parte do criminoso, suas ações têm método, têm ânimo, são flexíveis conforme as circunstâncias. O príncipe criminoso sabe se desvencilhar da fortuna, sabe “jogar o jogo”, como observa Maquiavel a respeito de Agátocles: “Quem considerar, portanto, suas ações e sua *virtù*, nada ou quase nada verá que se possa atribuir à fortuna” (*O PRÍNCIPE*, p. 40).

O criminoso subjuga a fortuna. Doma-a. Dobra as circunstâncias aos seus desígnios. E o faz tanto para alcançar quanto para manter o poder. Afinal, poderíamos perguntar como, cometendo tantas ofensas, poderia um príncipe deste quilate não suscitar perigosas oposições. Maquiavel responde a isso lembrando um conselho já dado no capítulo III de *O Príncipe* e analisado por nós: fazendo de uma só vez todas as ofensas, o príncipe criminoso lança as bases para um poder seguro.

Eis por que é preciso notar que, ao tomar um estado, o conquistador [aquele que se apodera do estado] deve examinar todas as ofensas que tem necessidade de fazer, para perpetrá-las todas de uma só vez e não ter que renová-las todos os dias. Não as repetindo, pode assegurar os homens e ganhá-los para si por meio de benefícios. Quem age de outro modo, por timidez ou mal conselho, tem sempre a necessidade de estar com a faca na mão, nunca podendo confiar em seus súditos, como tampouco podem eles confiar no príncipe devido às suas contínuas e renovadas injúrias. (*O PRÍNCIPE*, p.43)

Aquele que se converte em príncipe por via criminosa conhece o jogo, é um homem de habilidade política, um homem capaz de vencer os desafios impostos pela fortuna, tanto para alcançar o poder quanto para se manter. O que está em questão neste capítulo é que, observando os fatos, é preciso reconhecer que mesmo aqueles que são maus, no sentido de que governam para si e não para o bem comum, frequentemente alcançam o poder. É a verdade efetiva, como método que salta aos olhos neste caso. Os homens que agem visando seu interesse particular são hábeis, existem e são um risco à toda comunidade política; sabem vencer a fortuna e, em que pese não serem homens de *virtù*, pois não abundam o bem comum, constituem uma categoria de príncipe novo capaz de suplantar a fortuna ao ponto de se transformar em monarca.

TIRANO?

Parece plausível dizer que o aquele que se faz príncipe e se mantém no poder pelo crime sustenta todas as características do tirano clássico, sendo que o tirano é aquele que governa desprezando o “interesse público”, o bem comum⁵⁹. O tirano almeja o poder não porque tenha propósito elevado para a comunidade, mas porque quer satisfazer seus desejos obscuros. Por mais tentador que seja assumir imediatamente que o criminoso se trata do tirano, sugerimos cautela.

No mesmo capítulo que arrola o exemplo de Agátocles (*O PRÍNCIPE*, VIII), Maquiavel apresenta também Liverotto. Usando de método similar ao de Agátocles, para alçar-se ao poder, Liverotto procede, de maneira distinta do primeiro. Após o assassinio, Liverotto estabeleceu novas ordenações que o ajudaram a manter seu poder. Entretanto, Liverotto, tendo sido hábil em “conquistar o trono” para si, não foi capaz de assegurar o comando por muito tempo. Em uma demonstração de falta de *virtù*, Liverotto deixou-se enganar por Cesár Bórgia, perdendo assim, a vida e o poder.

O exemplo de Liverotto nos aponta uma possibilidade interpretativa a respeito do real significado do príncipe que usa de expediente criminoso. Enquanto Agátocles, após conquistar o poder, se manteve no vértice da estrutura, usando sempre da violência e do medo para assegurar-se, Liverotto, após usar de métodos moralmente questionáveis, criou instituições e, ainda que não tenha partilhado o poder, seu gesto é distinto do de Agátocles: ambos são assassinos, porém, um deles comete seus crimes e em seguida institucionaliza seu poder, enquanto o outro permanece governando na exceção.

A exemplo de Rômulo, as ações de Liverotto dão a entender que ele tentou criar novas ordenações e como não poderia deixar de ser, no processo, muitas vezes foi forçado a agir contra a moral cristã tradicional. O que nos parece é que, ao arrolar Liverotto como uma figura que não possui *virtù*, Maquiavel o faz pela inabilidade deste concluir sua obra. Afinal, se cometeu crimes, não foi capaz de produzir efeitos que os justificasse, como fizera Rômulo.

⁵⁹ Voltaremos ao tema da tirania no próximo capítulo.

Assim, a quarta categoria de príncipe novo não alcança o poder por *virtù*, pois esta termina por ser limitada à “motivação” que só pode, por sua vez, ser constatada pelos seus resultados práticos. Dessa forma, podemos dizer que nos exemplos apresentados por Maquiavel no capítulo VIII de *O Príncipe*, o que se vê é um tirano, na figura de Agátocles e um homem que não possui verdadeira *virtù*, na figura de Liverotto. O primeiro é um homem cuja motivação e feitos não satisfizeram nada além de si mesmo e o segundo, um homem que não foi capaz de produzir boas ordenações que durassem além dele.

Em outras palavras, ambos usam métodos semelhantes, mas sua intenção, discernível por seus gestos políticos difere. Agátocles, não teve *virtù*, pois não ordenou novos costumes para o corpo político, não deu nenhum ordenamento jurídico que pudesse pôr os homens em uma vida civil, porém, obteve e manteve o poder. O segundo, Liverotto, não teve *virtù*, porque, ainda que quisesse, não foi capaz de criar instituições que pudessem resistir à sua morte. Dois exemplos próximos no método, mas distintos em seu resultado. A violência que ambos se valem, parece ser, ao final, um mero detalhe.

EM PERSPECTIVA

O que todos eles têm em comum parece-nos ser o fato de que sua ascensão deriva de uma aplicação positiva da *virtù*. Com exceção de César Bórgia, que assinalamos em lugar especial, os novos príncipes analisados neste capítulo assentam em seu lugar graças à capacidade de produzir no contexto político uma acomodação ao seu poder.

Como enunciamos, nossa análise concentra-se na manutenção do poder, uma vez que pensamos no príncipe novo como ator que já é detentor do poder. No entanto, na medida em que as dificuldades para a manutenção deste poder repousam no *costume* inerente ao corpo político, alguns príncipes novos, no curso de sua ascensão lançam bases para a consolidação do poder.

Na realidade, o príncipe de *virtù* já antevê quando se lança à ação os desafios que se farão presentes no percurso e “constrói” diques e prepara os fundamentos de seu poder.

É assim que age o príncipe conquistador, que reconhecendo a matéria da cidade desejada, dispõe suas forças para destruí-la ou modificá-la. Ou então, o legislador que produz uma ordem política e prepara fundamentos que a façam durar. Por sua vez, o profeta galga o poder pela mística religiosa e deve, ao contrário de Savonarola, ser capaz de mobilizar o “leão” quando necessário.

O criminoso, por sua vez, não carece de habilidade e reconhece os expedientes necessários para alçar-se ao poder. No percurso, ele é hábil em usar o leão e a raposa e, se suas ações são esvaziadas de conteúdo moral, isso não o elimina da vida política concreta. Em suma, o criminoso faz-se príncipe por meio de uma “*virtù* imoral”, diríamos, uma habilidade que produz efeitos para seu interesse particular, não podendo, portanto, ser reconhecida como verdadeira *virtù*. Contudo, porque existe ele merece um lugar na análise de Maquiavel e o juízo do secretário florentino parece concordar que sua habilidade suplanta a fortuna na maioria dos casos.

Passaremos agora ao capítulo final. Nele, analisaremos exclusivamente o principado civil, fruto dos humores da cidade. Essa escolha se deve ao fato de que Maquiavel parece tratá-lo com certa distinção devido à “forte historicidade” nele presente. À procura da *virtù*, trazemos ao centro o “Príncipe Civil”.

CAPÍTULO 3

O PRINCIPADO CIVIL

INTRODUÇÃO

Deixamos para o capítulo final a análise do principado civil. O principado civil dá nome à situação na qual um homem privado ascende a príncipe, não por atos puramente intencionais e não devido à fortuna, mas como resultado de “conturbações” nas relações sociais e políticas de uma república.

Denominamos este personagem como “Príncipe Civil”, pois, como esperamos demonstrar, sua ascensão depende de circunstâncias que, num primeiro momento, independem de sua vontade. Essas circunstâncias guardam relação com a dinâmica social inerente à cidade. Por esse motivo, trazemos à tona novos elementos do pensamento de Maquiavel, como a ideia da fundação contínua, a teoria dos humores e a dependência do príncipe do povo.

O principado civil é o caso em que uma república se “deteriora” em um principado. Ou é um caso no qual o príncipe novo era antes um cidadão republicano e graças ao “movimento” promovido pelos humores no interior de uma república sua existência se torna possível.

Por esse motivo, acreditamos ser crucial discorrer acerca da interpretação maquiaveliana sobre as formas de governo e sua circularidade, trazendo para o centro da questão, o problema da corrupção das formas políticas. Ora, se assumimos que o personagem que iremos analisar deva vir de uma república, é preciso mencionar a maneira como Maquiavel compreende a transição de república a principado.

CORRUPÇÃO E HISTÓRIA

Para atingir o que propomos, o retorno ao pensamento grego é importante, pois, como foi já exposto acima, o Renascimento é um período de grande intimidade com esses autores. É bem verdade que os romanos têm também grande preponderância, sobretudo Cícero, mas as questões fundamentais por eles discutidas estão fundamentadas em pilares gregos. Portanto,

adentraremos a obra de Maquiavel para discorrer sobre seu diálogo com os antigos no que concerne ao tema da corrupção.

No primeiro capítulo do livro III dos *Discursos*, Maquiavel é categórico: “A grande verdade é que todas as coisas do mundo têm seu tempo de vida”. Todas as coisas estão sujeitas à “morte”, transformação. Por sua vez, no capítulo dois do livro I da mesma obra, nosso autor traz à cena a teoria da *Anacyclosis*, em franco diálogo com Políbio (BIGNOTTO, 1991, 174-82) para afirmar, como fizera Aristóteles, a superioridade da república, pelo fato de esta forma política proporcionar longevidade e grandeza ao regime⁶⁰, diferente das formas puras.

Ora, as afirmações acima são claras o suficiente para não deixar dúvidas de que o florentino não vê uma fórmula política absoluta capaz de parar o curso da Natureza. O que poderíamos fazer seria erigir formas políticas mais ou menos resistentes às revoluções inerentes a todo corpo político. Mas, se é assim, qual seria a contribuição maquiaveliana para esta matéria, uma vez que, pelo menos três pensadores antes dele já haviam constatado isso?

Como nos chama atenção Bignotto (BIGNOTTO, 1991, p. 174-82), Maquiavel se serve de Políbio para introduzir o problema clássico da corrupção dos corpos políticos a fim de lançar uma tese própria, conforme veremos a seguir

ANACYCLOSIS E METHABOLÈ

Buscando no filósofo grego Heráclito uma relação entre a mudança de regimes e as qualidades essenciais do cosmos, aceitaremos que o *devir* abarca tudo na natureza. Sendo assim, não poderiam estar imunes as comunidades humanas. Essa constatação nos concede um ponto de vista interessante para nossa reflexão: o lugar do filósofo propriamente dito parece ser o lugar daquele que indaga as causas do fenômeno, que investiga as raízes da mudança. Desse modo, tal qual aquele que identifica o calor como causa da ebulição da água, nossa investigação se voltará em um primeiro momento para o motor das

⁶⁰ Quanto à grandeza e glória que alcançam as repúblicas, iremos nos debruçar mais adiante.

transformações políticas, o que produz as mudanças na vida social e como e por que algumas são mais estáveis que outras.

A primeira reflexão filosófica que discorre sobre o processo de mutação das formas políticas pode ser encontrada no livro VIII de *A República*. Nesse contexto, Platão anota que as cinco formas de governo existentes⁶¹ resultam do caráter da matéria, isto é, dos cidadãos que vivem sob determinada ordenação política.

A forma de governo decorre da matéria, no sentido de que o governo expressa o tipo de cidadão presente majoritariamente em um dado corpo político. É por isso que ao analisar o processo de transformação de uma oligarquia em uma democracia, por exemplo, o filósofo grego conclui que a segunda resulta das contradições que a primeira carrega consigo. Afinal, a oligarquia – o governo dos ricos – promove uma grande insatisfação popular, pois os oligarcas necessariamente exploram o povo a fim de manter seus privilégios. As várias formas políticas, seguiriam, para Platão, uma certa lógica, de modo que um observador atento seria capaz de prever a forma política futura.

Para o filósofo grego, o ciclo transcorre em linhas gerais da seguinte maneira: a aristocracia degenera quando deixa de observar as normas de reprodução, misturando as raças e promovendo a desarmonia, o resultado é a guerra civil. Instaura-se uma timocracia. A timocracia tem na honra e na ambição sua mola mestra, motivo pelo qual os mais valentes governam. Dessa desmedida busca por honra e riquezas, surge a oligarquia, o domínio dos ricos. A oligarquia supervaloriza as riquezas e promove extrema exploração dos pobres o que leva à uma superexploração: surge a democracia, como resultado de grande insatisfação popular.

A democracia iguala os ignorantes aos sábios, por isso, a multidão ignorante é facilmente seduzida por demagogos. O homem democrático vive oscilando conforme o vento, não tendo como guia nada além do prazer imediato, aproximando-se perigosamente das bestas. A tirania, por fim, é a forma

⁶¹ Mais adiante, Platão admite que possa haver seis formas de governo, sendo a sexta forma, a monarquia. No entanto, para o filósofo grego, não há diferença substancial entre uma e outra, já que a justiça se realiza com um governante ou um conselho, desde que este ou estes guiem-se pela razão.

degenerada da democracia. Resultado da ação de um oportunista, a tirania enceta o pior tipo de homem, aquele mais distante da razão, pois não controla seus desejos, sendo prisioneiro deles. O tirano, após algum tempo não consegue mais se sustentar, pois a população, cansada dos desvarios do governante se volta novamente para os melhores cidadãos a fim de que eles os salvem.

Como observa Bobbio (BOBBIO, 1980, II), Platão só considera a existência de formas degeneradas no mundo sensível (histórico). Assim, sua reflexão sobre as formas de governo resguarda coerentemente sua metafísica, procedendo uma análise do mundo concreto em comparação com o mundo inteligível.

Diante disso resta perguntar: poderíamos por meio de algum arranjo humano vencer esse ciclo? Poderíamos encontrar uma forma de estabilizar essas transformações naquela considerada a melhor forma política? Não. Abarcada pela metafísica, o saber e a prática política, não podem realizar-se plenamente pela própria natureza do mundo no qual existem. O que podemos é reconhecer que, como tudo na natureza, as associações humanas movem-se constantemente de um lado a outro e que esse movimento só alcança a perfeição fora do mundo sensível. O ápice neste, encontra-se na sofocracia ou aristocracia.

No livro III de *A Política*, Aristóteles corrobora a observação de seu mestre no que tange às transformações dos corpos políticos. Com a forma política não poderia ser diferente, pois se dá no mundo sublunar, degenera sempre. No entanto, haveria um ponto ótimo no qual o objetivo da vida política se materializaria: a república.

"Politéia" é o termo utilizado por Aristóteles para se referir à vida em sociedade mediada por uma constituição⁶², ou seja, aquela na qual o governo respeita certos limites visando o bem comum e não o benefício privado. As diversas constituições, ou formas de governo, também resultariam da matéria do corpo político: da composição de pobres e ricos em cada cidade.

⁶² "Constituição é a estrutura que dá ordem à cidade, determinando o funcionamento de todos os cargos públicos e sobretudo da autoridade soberana" (1278b)

Parece, e esta é a opinião de muitos, que várias dessas faculdades são compatíveis e é possível, por exemplo, ser ao mesmo tempo soldado e lavrador ou artesão, e a mesma pessoa pode igualmente ser conselheiro do Estado, senador e juiz. Não faltam pessoas que presumem tanto de si mesmas que acreditam ser capazes de várias magistraturas. Mas é impossível que as mesmas pessoas sejam pobres e ricos. Os pobres e os ricos parecem, portanto, formar a principal divisão das classes do Estado. Aliás, como de ordinário uns contam um número bem pequeno e outros um número bem maior, é claro que são partes contrárias entre si. Assim, é pela preponderância de cada um deles que distinguimos os regimes entre democracia e oligarquia (ARISTÓTELES, 1998, p. 123).

Considerando que, em geral, os pobres tendem a ser sempre a maioria e os ricos a minoria, onde aqueles se afirmam na ação política, estes são obliterados do governo, dando vazão à uma forma política deletéria, a democracia. Onde se observa o contrário, tem-se a oligarquia. As duas formas políticas têm como premissa a satisfação do interesse privado, de modo que, quando os pobres detêm o poder político, os ricos se organizam em posição para tomar o poder para si. Por sua vez, quando, os ricos se acomodam no governo para realizar seus interesses, os pobres, por serem em maior número eventualmente se rebelam e se estabelecem no comando da cidade. Essa constante oscilação entra em contraste com a noção aristotélica de justiça, na qual a mediania é o critério. Sendo assim, o ponto ótimo da organização política para o Estagirita é a *politéia mixis*, o governo misto, a república.

A república propiciaria por meio de sua constituição certo equilíbrio entre pobres e ricos nas magistraturas do Estado, o que, por sua vez contribuiria para o crescimento dos “homens intermediários”⁶³, uma “classe média” que refreasse os interesses exacerbados das duas classes. A república seria, portanto, o governo que melhor expressaria a justiça no mundo sublunar, dado que tudo aquilo que reside na natureza está sujeito ao movimento.

Ainda que valorativa, a análise aristotélica não procura, como Platão, um constructo mental do que seria a justiça na pólis, mas, antes, identifica no mundo mesmo as constituições que mais se aproximam da excelência. Portanto, se para Platão, na *República*, a justiça na cidade não é verificável

⁶³ Lembremos que, para Aristóteles, em toda cidade há homens muito ricos, muito pobres e intermediários (ARISTÓTELES, 1998, III, 9); [1295b].

historicamente, para o Estagirita, a justiça encontra-se na *politeia mixis*. Em outras palavras, a análise aristotélica toma do mundo as suas características e escalona o melhor e o pior, enquanto a perspectiva platônica projeta no mundo um ideal metafísico, irrealizável e irreconhecível.

Em que pesem as divergências metafísicas, Platão e seu discípulo entendem que o mundo em que vivemos movimenta-se constantemente. Sendo assim, não haveria possibilidade de prevalecer sobre a Natureza quanto à sua característica mais orgânica: a transformação. Podemos produzir formas políticas que perdurem por mais ou menos tempo, mas nunca derrotar o caráter inexorável do mundo.

Séculos depois o historiador grego Políbio, retoma o assunto. Em uma elaboração nada original, Políbio considera que existe uma tendência congênita a todas as formas de governo de degenerar (POLÍBIO, 1985, VI). Essa concepção passou à posteridade como a Teoria da *Anacyclosis* e corrobora a visão de mundo cíclica predominante na Antiguidade Clássica.

O retorno aos gregos nos permite demonstrar como o gênio humano se debruça há séculos sobre um fato: as formas políticas se modificam ao longo do tempo. Regimes mudam, mandatários também. Se quisermos, chamamos de “revoluções” a estas mudanças, porém a nomenclatura não altera a natureza das coisas: os corpos políticos e aqueles que os comandam variam.

NECESSÁRIA OCORRÊNCIA DO PRINCIPADO?

No curso desse processo, podemos dizer que todo corpo político nasce sob a forma de principado? Tomemos o capítulo um do primeiro livro dos *Discursos* a fim de refletir melhor sobre a matéria.

De acordo com a análise de Maquiavel, um corpo político tem início quando um forasteiro encontra um povo disperso, ou então os próprios nativos “movidos por si mesmos ou por alguém dentre eles com mais autoridade, se reúnem para morar juntos” (*DISCURSOS*, I, 1). Como exemplo, ele cita Atenas, que foi ordenada por Teseu e Veneza, que ordenou a si mesma, sem a necessidade de um príncipe:

A primeira [Atenas], sob a autoridade de Teseu, foi edificada por razões semelhantes pelos habitantes dispersos; no caso da outra [Veneza], os muitos povos que se reuniram em certas ilhotas situadas na ponta do mar Adriático (...) começaram – sem que nenhum príncipe em particular os ordenasse – a viver sob as leis que lhes pareciam mais aptas a mantê-las. (*DISCURSOS*, I- 1, p. 8).

Até aqui, pode parecer pelas palavras de Maquiavel que toda cidade precisa de alguém que a edifique no sentido de alguém que lance as bases para o regime se sustentar. Porém, seguindo o argumento do florentino, nos parece possível concluir que esse início, sob a autoridade de um, não implica necessariamente em um principado. Pode ser que, a exemplo de Esparta, esse fundador partilhe o poder, criando um regime misto (*DISCURSOS* I-2, p. 17).

Mansfield e Barros apontam em outra direção. Para eles, todo corpo político tem início com um principado. Mansfield sustenta que é sempre o “encontro” de alguém (estrangeiro ou nativo) com um lugar (território conquistado, colônia ou a terra natal) que dá origem à uma comunidade (MANSFIELD, 1995, p. 67-8). Para ele, Maquiavel usa “edificador” ao invés de “fundador” no primeiro capítulo dos *Discursos*, porque neste capítulo ele não concede importância para a forma do regime que se instalará posteriormente. No entanto, a necessidade de se colocar sozinho para ordenar um regime, faz com que, ao menos em princípio, toda cidade seja um principado, por um motivo muito especial já mencionado acima: tudo que é novo confronta-se com o antigo e, para estabilizar-se, precisa destruir com sucesso as bases do poder prévio, os costumes instaurados:

Todo homem uma vez foi um novo homem, e todos aqueles que alcançaram o poder o fizeram ocupando o lugar de alguém que antes detinha o poder. Eles podem ter alcançado seu lugar derrubando outro homem, ou o lugar estava vago devido a desastres naturais ou por obra dos céus. Todo ato de construção, pressupõe um ato de destruição: agir [politicamente] é renovar aquilo que é antigo. (MANSFIELD, 1995, p. 75)⁶⁴

⁶⁴ “Every man was once a new man, and all who have made their way to power have done so by virtue of the displacement of other men who once held the power. They may have made their way by pushing others aside, or their way may have been cleared by natural disaster or divine visitation. Every act of construction presupposes an act of destruction: to act anew is to renovate the old (D III, 22)”

Somente, então, em um principado pode-se instaurar novas leis, porque é o príncipe novo quem destrói as bases antigas do poder político, abrindo espaço para ordenamentos distintos, incluindo um ordenamento mais democrático.

Posição semelhante adota Vinicius de Barros (BARROS, 2010). Para ele, o principado é uma espécie de “ditadura de transição”, onde, os valores antigos que levaram determinado corpo político a se degradar, precisam receber, como uma espécie de remédio, um regime régio. Para sustentar sua posição, Barros lembra do capítulo trinta e quatro do livro I dos *Discursos*. Neste capítulo Maquiavel defende que em situações extraordinárias, onde uma república encontra-se em flagrante corrupção, a ditadura utilizada pelos romanos é um expediente valoroso para salvar a liberdade republicana.

Lembremos que em Roma a ditadura era um mecanismo previsto por lei, portanto, aquele que recebia autoridade régia, a recebia com a missão de promover certas modificações visando preservar a liberdade, não a arruinar. Vejamos o comentário de Maquiavel a respeito da ditadura em Roma:

É, de fato, dentre as outras ordenações romanas, essa é uma que merece ser considerada e enumerada entre as que ensejaram grandeza de tão grande império; pois, sem semelhante ordenação, dificilmente as cidades se sairão bem dos acontecimentos extraordinários. Porque as ordenações republicanas costumeiras têm movimento lento (visto que nenhum conselho e nenhum magistrado pode fazer nada por si mesmo, que precisam um do outro em muitas coisas, e o concerto de suas vontades demanda tempo), e seus remédios são perigosíssimos quando precisam remediar coisas que não esperam (*DISCURSOS*, I-34, p. 107)

Sendo, portanto, um expediente legal, a ditadura oferece a um corpo político possibilidade de se renovar sem muito trauma. Quando, no entanto, uma república que se encontra corrompida não têm a ditadura como possibilidade jurídica, qualquer um que quiser refundar uma república precisará violar a lei: “Porque, quando tal modo falta numa república, é inevitável que respeitando as ordenações, ela se arruíne, ou, para não se arruinar, as viole” (*DISCURSOS*, I-34, p. 108).

De acordo com Barros, este capítulo nos ensina que Maquiavel reconhece que, não havendo possibilidade, uma república precisa valer-se de modos extraordinários para preservar-se. A interpretação de Barros é que o principado

pode ser entendido também como uma saída para as repúblicas que não possuem uma alternativa jurídica prevista para os momentos de crise.

Para ele, haveria três casos em que Maquiavel aposta no poder régio para salvar a república em crise: a fundação, a reforma ou refundação e a ditadura nos moldes romanos. Quando uma república não tem prevista a ditadura, a saída é transgredir as leis para preservar a liberdade.

Assim, para Barros, *O Príncipe* seria um manual direcionado ao reformador e, este reformador tem como missão salvar a liberdade, ou implementá-la. Lembrando-nos do capítulo nove do livro I dos *Discursos* (que discutimos acima), essa perspectiva ganha alguma força. No fundo, o príncipe para o qual Maquiavel escreve na obra de 1513 é o príncipe que ordenará uma Itália forte, unida, que possa sobreviver às investidas tão ameaçadoras das outras potências europeias:

Maquiavel é um republicano e patriota que admira a ideia de um Estado livre, porém – a fim de alcançá-lo – constrói em *O Príncipe* a figura de um ditador de transição – do príncipe novo – capaz de unificar sua pátria, dotá-la de leis justas e preparar o porvir republicano; essa figura ditatorial é inspirada na instituição romana que era acionada a fim de, subtraindo direitos e liberdades, manter a paz e assegurar a salvação pública (BARROS, 2010, p. 119).

Passando em revista essas teses, desejamos, apenas, apontar para uma certa inexorabilidade do principado. Apoiado na experiência, na história, o saber que Maquiavel procura estabelecer em *O Príncipe* funda-se na aceitação de que os principados são um fenômeno recorrente na política. Conseqüentemente, a dissolução de uma república e a ascensão de um príncipe novo são coisas que se deve esperar com alguma frequência. Todavia, esse efeito pode ser mitigado, como veremos a seguir.

A FUNDAÇÃO CONTÍNUA

Ao olhar para os corpos políticos, Maquiavel não diverge de seus antecessores no que diz respeito à sua degeneração. As transformações são inexoráveis, as formas políticas se corrompem e naturalmente morrem. Porém, o secretário florentino reforça que as mudanças podem ser adiadas ou até mesmo

remediadas pelo homem. Assim como é fato que todo homem morre, mas a medicina e outros cuidados podem prologar sua vida, as formas políticas podem ser manejadas pela ação humana para mitigar o fluxo natural dessa corrupção.

Os capítulos nove e dezoito do livro I dos *Discursos*, e o primeiro capítulo do livro III apresentam o “remédio” de Maquiavel para prolongar a vida de um corpo político. Esse medicamento é duplo: em primeiro lugar, cabe ordenar um corpo político como república, como regime misto. Em segundo lugar, deve-se levar em conta a importância de “voltar ao princípio”, ou, reformar um corpo político.

Os capítulos acima mencionados possuem certa unidade, pois remetem à necessidade de que aquele que ordena um corpo político tenha uma autoridade extraordinária. Nossa proposta neste tópico é estudar cada um destes capítulos procurando sistematizar algumas reflexões do florentino.

O capítulo nove lança a tese, que se repetirá no capítulo dezoito, da necessidade de um ordenador colocar-se em lugar de autoridade suprema. Afinal, não se pode esperar que um homem realize algo nobre como fundar um Estado sem oposição. Dessa maneira, se houver desejo de criar um novo corpo político, é necessário colocar-se em lugar de autoridade. No entanto, fazer durar sua criação necessita partilhar a responsabilidade pela manutenção dela. Em outras palavras, aquele que quiser inaugurar uma associação política precisa de autoridade excepcional, pois, do contrário, sofrerá com as intensas oposições daqueles que não são capazes de compreender seu gesto ou daqueles que pretendem frustrar sua criação. No entanto, é preciso compreender que sua obra depende, para durar no tempo, da cooperação dos cidadãos, pois, como observa Maquiavel:

(...)ainda que um só seja capaz de ordenar, a coisa ordenada não durará muito se repousar sobre os ombros de um só, mas apenas quando for entregue aos cuidados de muitos, e a muitos couber mantê-la. Porque, assim como muitos não são capazes de ordenar uma coisa, por não conhecerem o bem que há nela, devido às diferentes opiniões que têm entre si, uma vez que o saibam, não se conformam em abandoná-lo (...) (*DISCURSOS* I, 9, p. 42)

Para insuflar a cooperação, é preciso criar mecanismos que fortalecerão o senso de comunidade e o costume: religião, leis e educação que incutam os valores necessários à manutenção do Estado.

Para ilustrar seu argumento, Maquiavel rememora os reis espartanos Ágides e Cleômenes, contrastando seu comportamento. Ágides quis reformar as instituições, mas foi morto por não saber se colocar sozinho, isto é, destruir seus inimigos. Cleômenes, sucessor de Ágides, agiu diferente: matou os Éforos e outros opositores, no entanto, logo depois, foi destruído pelos macedônios. Evidencia-se que a fundação não está dada a um homem somente por sua *virtù*, sua capacidade extraordinária de domar a fortuna.

[Cleômenes] percebeu que não podia fazer esse bem a sua pátria se não se tornasse única autoridade e parecendo-lhe, devido à ambição dos homens, que não podia fazer o bem a muitos contra a vontade de poucos, apanhada a ocasião conveniente, mandou matar todos os Éforos e quem quer que pudesse opor-se a ele; depois, reinstaurou as leis de Licurgo. Deliberação esta capaz de ressuscitar Esparta e dar a Cleômenes a reputação que tivera Licurgo, não fossem o poderio dos macedônios e a fraqueza das outras repúblicas gregas. Porque, tendo sido, depois de tal ordenação, assaltado pelos macedônios, aos quais era militarmente inferior, e não tendo a quem recorrer, foi derrotado; e assim, aquele desígnio, conquanto justo e louvável, não foi cumprido (*DISCURSOS I*, 9, p.43)

Após refletir sobre a religião como elemento catalisador da unidade e obediência de uma cidade, Maquiavel volta no capítulo dezessete a pensar sobre a corrupção da cidade. Como resultado necessário da ordem natural das coisas, todo corpo político entra em declínio. Isso acontece porque a cooperação dos cidadãos diminui, levando todo o sistema a colapsar. A saída, então, é restituir essa cooperação pelo mesmo expediente usado pelo fundador: um homem precisa colocar-se só para reordenar o corpo político.

O capítulo dezoito, então, retoma a lição exposta no capítulo nove:

De tudo o que dissemos acima provém a dificuldade, ou a impossibilidade, de nas cidades corrompidas manter ou criar uma república. Mas, em se precisando criar ou manter uma, seria necessário, antes, reduzi-la ao estado régio do que ao estado popular; para que os homens insolentes que não pudessem ser corrigidos pelas leis fossem de algum modo freados por uma autoridade quase régia (*DISCURSOS I-10*, p. 46)

A autoridade régia que Maquiavel aqui propõe nada mais é que a posição na qual não se deve justificativas a nada nem a ninguém, pois, os homens já teriam se tornado tão corrompidos que não haveria no corpo político suporte coletivo para modificar o proceder maléfico generalizado⁶⁵.

Finalmente, no capítulo um do livro III, nosso autor conclui o tema da fundação contínua, reafirmando que as repúblicas que são capazes de se reordenar muitas vezes são mais longínquas e felizes, pois utilizam do medicamento adequado para resistir melhor ao tempo: “Portanto, são mais bem ordenadas e tem vida mais longa aquelas [repúblicas] que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação” (*DISCURSOS III-1*, p. 305).

Dois são os meios pelos quais se dá a fundação contínua, pela virtù de um homem ou pela virtù de suas ordenações. O “acontecimento independente” de que fala Maquiavel deve, conforme nos parece, ser entendido justamente como o homem extraordinário que irrompe do corpo político visando corrigir os desvios do tempo. Mas também por meio de suas ordenações, pode um corpo político resistir à corrupção. Essas ordenações são, no caso dos romanos, os tribunos da plebe e os censores, que, vigiando constantemente, fizeram com que aquela república durasse mais que qualquer outra vista até então. Sendo assim, atesta ele:

Conclui-se, portanto, que não há coisa mais necessária à vida comum, seja em seitas, reinos ou repúblicas, do que devolver-lhe a reputação que tinha no início, bem como cuidar que a tal efeito se chegue por meio de boas ordenações ou bons homens, e não por alguma força extrínseca (*DISCURSOS III-1*, p. 310).

Conclui-se, portanto, que nosso autor ausculta o tema da corrupção dos corpos políticos sob novo ponto de vista na medida em que compreende sua necessária degradação, sem, no entanto, desconsiderar que se pode prolongar uma forma política no tempo, desde que sejam utilizados os meios adequados:

⁶⁵ Como observa Maquiavel no mesmo capítulo: “(...) as leis e as ordenações criadas numa república nascente, quando os homens ainda eram bons, mais tarde deixam de convir, quando eles se tornam malvados.”

boas ordenações capazes de “lembrar” constantemente os homens da virtù original, ou um homem extraordinário que saiba se colocar sozinho para reordenar o Estado.

Nessa perspectiva, o principado civil, parece surgir como um efeito da corrupção inerente à vida política de modo que o príncipe que ascende nesse processo parece ter para Maquiavel um papel de refundar a república perdida. Naturalmente, isso não é necessariamente o que se observa. Príncipes que chegam ao poder graças à corrupção republicana podem se alinhar a facções para sustentar seu poder ou podem fiar-se no povo. Como esperamos demonstrar no tópico seguinte, essas escolhas estão condicionadas pelo *ethos* da cidade e pela maneira que ele chega ao poder.

O PRÍNCIPE CIVIL

Após essa pequena digressão, chegamos finalmente à última categoria de príncipe novo mencionada em *O Príncipe*. Aquele que se faz príncipe “pelo favor de seus concidadãos”. Essa categoria é primeiramente mencionada no capítulo VII, e compõe, junto com o criminoso um tópico específico entre os príncipes novos, daqueles que chegam ao poder não inteiramente por sua *virtù*, nem por fortuna.

No capítulo IX, o secretário florentino discorre sobre este tipo de príncipe novo:

Quando um cidadão privado se torna príncipe de sua pátria não por atos criminosos nem outras violências intoleráveis, mas pelo favor de seus concidadãos – o que se pode chamar de principado civil e, para alcançá-lo, não é necessário ter propriamente *virtù* nem propriamente fortuna, mas antes uma astúcia afortunada -, digo que se ascende a esse principado pelo favor do povo ou pelo favor dos grandes (*O PRÍNCIPE*, IX, p. 45)

Três coisas merecem destaque neste trecho da obra. A primeira é o termo “principado civil”. Assim como havia discutido principados mistos e principados hereditários, Maquiavel, agora analisa como uma república “produz” um novo príncipe.

A segunda é o termo “astúcia afortunada” utilizado para descrever o perfil do príncipe civil. Ora, se não é nem inteiramente por sua *virtù* nem por sua fortuna,

como este personagem se faz príncipe? A resposta está no terceiro elemento que gostaríamos de destacar: a teoria dos humores.

TEORIA DOS HUMORES

A teoria dos humores é um ponto fulcral da obra de Maquiavel. Seus pressupostos e desdobramentos acarretam uma gama ampla e complexa de questões e, por esse motivo, optamos por discorrer sobre esse tema de maneira espiral. Assim, as laudas a seguir, serão expostas de forma que nosso argumento volta e meia retornará a um ponto anteriormente mencionado. Dito isso, analisaremos a seguir: a) teoria dos humores; b) a *virtù* do príncipe civil.

Aquele que se torna príncipe por seus concidadãos é, no fundo, visto como uma saída extrema para os conflitos insolúveis que grassam no interior do corpo político. No cerne do processo que o faz príncipe, reside o conflito primordial entre povo e grandes, descrito por Maquiavel no capítulo IX d'*O Príncipe*:

Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos, que nascem da seguinte razão: o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites opostos, nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença (*O PRÍNCIPE*, p. 45)

Duas “classes” distintas residem no interior de todo corpo político, aqueles que desejam dominar, que almejam o poder para oprimir, ou seja, para obter vantagens sobre os outros; e aqueles que não desejam ser oprimidos. Como consequência desse conflito congênito, uma das formas políticas se manifesta: principado, república ou licença.

O que determina, portanto, se um corpo político transmuta de principado para república ou vice-versa é a maneira como a comunidade que o compõe “arbitra” seus conflitos. Há aí duas possibilidades: pode-se recorrer às leis, ao ordenamento jurídico, para solucionar os impasses entre o povo e os grandes, ou quando as leis não bastam, o que se tem é uma luta aberta de facções.

Busquemos nos *Discursos* algumas reflexões complementares. No capítulo quatro do livro I, o secretário florentino reflete sobre a grandeza de Roma e parece deslocar grande parte desta para a maneira como os romanos lidavam com as disputas internas.

Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles (...) (*DISCURSOS* I-4, p. 21-2)

Comparando as duas citações acima, veremos que a tese exposta n' *O Príncipe* de que, dos dois "apetites" surge licença, principado ou liberdade é aprofundada -ou complementada- nos *Discursos*: o conflito existe e, a depender da maneira que ele se desenvolve no seio do corpo político, teremos como seu resultado final um principado, uma república livre e poderosa como Roma, ou um estado de anomia e desordem.

Roma soube transformar suas contendas em leis que beneficiaram o bem comum e, é por isso que nos *Discursos*, Maquiavel credita a glória de Roma às suas ordenações, e suas ordenações à maneira como lidava com seus conflitos:

(...) digo que toda cidade deve ter os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição, sobretudo as cidades que queiram valer-se do povo nas coisas importantes; a cidade de Roma, por exemplo, tinha este modo: quando o povo queria obter uma lei (...) ou se negava a arrolar seu nome para ir à guerra, de tal modo que, para aplacá-lo, era preciso satisfazê-lo em alguma coisa (*DISCURSOS*, I-4, p. 22-3)

As repúblicas que "organizam" seus conflitos internos como Roma, tornam-se aptas a grandes conquistas, pois estabelece a cooperação entre suas partes e não seu autoextermínio. O povo liga-se aos grandes e estes ligam-se ao povo em um compromisso mútuo firmado para o bem maior da comunidade.

Quando, porém, a corrupção inerente a todo sistema político desgasta as relações a ponto de não mais gerar cooperação, mas uma luta de facções, onde cada uma deseja para si todo o poder político, o resultado é um

principado. Seguindo o texto de Maquiavel n' *O Príncipe*, parece-nos que o principado resulta de um cálculo feito pelos grandes ou pelo povo visando a autopreservação e a realização de seus interesses. Quando os “apetites” tornam-se “destemperados”, os grandes ou o povo extrapolam os limites institucionais que os restringiam gerando, na outra parte, um receio de ser excluído ou reduzido do tecido social e conseqüentemente uma ação.

O principado provém do povo ou dos grandes conforme a ocasião tenha uma ou outra dessas partes. Pois, quando os grandes percebem que não podem resistir ao povo, começam a conferir reputação a um deles e o fazem príncipe para poder, sob sua sombra, desafogar o seu apetite. Também o povo, quando percebe que não pode resistir aos grandes, confere reputação a alguém e o faz príncipe, para ser defendido por sua autoridade (*O PRÍNCIPE*, p. 45)

É fundamental notar que, no caso de uma república onde as leis não são mais capazes de “desafogar” os conflitos entre os dois humores, o principado é um desdobramento natural. E é aqui que entra o personagem analisado no presente tópico. O príncipe civil é elevado ao poder com uma expectativa sobre ele. Essa expectativa diz respeito ao interesse daqueles que o levaram ao poder. Em outras palavras, quem se torna príncipe devido aos conflitos entre os humores tem que representar, ao menos em princípio e aparência os interesses de quem o fez príncipe.

O PRÍNCIPE: PRISIONEIRO DA IMAGEM

“Astúcia afortunada”. O termo já destacado por nós algumas laudas acima merece um pouco mais de atenção. Enquanto a luta política se acirra no interior do corpo político e a república dá sinais de esfacelamento, partidários dos grandes e do povo antecipam o resultado: o jogo do poder terá “soma zero”. Os conflitos são irreconciliáveis, o que uma parte deseja não pode ser concedido pela outra. A república se desfará. Os jogadores atentam para o tabuleiro. A quem podem recorrer?

O candidato a príncipe precisa ser alguém que assume o compromisso de satisfazer a parte que o apoia. Precisa também possuir as qualidades e conexões que o tornem “apto ao cargo”.

Tal situação, no entanto, é muito mais do que uma simples “análise de currículos”. Um cidadão privado pode, se souber manipular sua própria imagem e se souber se posicionar no jogo político, atrair para si o apoio do povo ou dos grandes, tornando-se um “candidato” a príncipe.

A questão da imagem é muito presente na obra de Maquiavel, como já dissemos. No que tange a retórica em sua escrita e no que diz respeito ao domínio da natureza histriônica dos jogos políticos⁶⁶, é notório que a produção da imagem seja um dos elementos fundamentais do poder político. Acrescente-se: ao príncipe ou ao candidato a príncipe, cabe tanto produzir uma imagem, mas também conformar-se à uma imagem, a uma expectativa a ele endereçada.

O capítulo XVIII d’*O Príncipe* já foi evocado para demonstrar a posição de Maquiavel quanto ao uso da religião pelo príncipe. Neste momento, voltaremos ao capítulo no intuito de desvelar um aspecto mais geral da manipulação da imagem. Para Maquiavel, o príncipe deve saber dissimular, deve saber usar a natureza da raposa para forjar uma aparência de credulidade que o permita manejar o poder com menores inconvenientes. Saber “atuar” é fundamental, pois “os homens são tão simples e obedecem tanto às necessidades presentes que o enganador sempre encontrará quem se deixe enganar” (*O PRÍNCIPE*, XVIII, p. 86).

Dominar a própria imagem por meio da dissimulação não deve ser entendido, ao nosso ver, como um expediente imoral. Na realidade, o que Maquiavel parece demonstrar um pouco mais adiante é que em todos os gestos humanos, a política incluída, só podem ser avaliados em termos de fenômeno: “Os homens, universalmente, julgam as coisas mais com os olhos do que com as mãos, porque todos podem ver, mas poucos podem sentir. Todos veem aquilo que parece, mas poucos sentem o que és (...)” (*O PRÍNCIPE*, XVIII, p. 87).

O que Maquiavel desvela não é nada novo, nem restrito à política. Afinal, a única coisa que dispomos para julgar as coisas são as coisas *tal qual nos*

⁶⁶ Pensemos nas recomendações sobre o uso da religião, da besta e do homem e outros exemplos já arrolados nos capítulos anteriores.

aparecem. Assim, o príncipe ou candidato a príncipe precisa atentar para seus gestos, compreendendo sempre que, de acordo com o contexto, cabe ajustar sua aparência para atrair os favores do povo ou dos grandes, conforme lhe convenha⁶⁷.

Parece-nos que Bignotto pode nos ajudar a sustentar essa interpretação. De acordo com ele, o príncipe precisa enraizar seu lugar na dimensão simbólica do poder, sob o risco de perder o mesmo. Isso porque a essência do gesto do príncipe é sempre inacessível aos súditos, e, da mesma maneira que os súditos podem se enganar quanto ao príncipe, este também pode se equivocar quanto aos movimentos do corpo político e de seus adversários sob pena de perder seu poder.

Nesse sentido, a capacidade de compreender os signos de que se valem os homens auxilia o príncipe ou o candidato a príncipe em jogar com eles, a fim de se posicionar como alternativa viável para a solução do conflito entre os humores.

O príncipe é prisioneiro do jogo de produção das imagens, ele mesmo só é príncipe porque os outros o representam como tal. Nesse jogo, pode apenas evitar que suas palavras ou gestos pareçam estar em contradição com a escala de valores tradicionais, que normalmente serve de guia para os julgamentos dos homens. Mas essa escala, sendo ela própria fruto da interação da tradição ética com o presente, não pode ser inteiramente conhecida por ninguém. Ao príncipe resta, então, proteger-se da imagem ruim e esperar que sua imagem esteja de acordo com a que os homens fazem do bom príncipe (BIGNOTTO, 1991, p. 140)

Dessa maneira, a “astúcia afortunada” parece assumir contornos de sabedoria prudencial, pois não se pode, afinal, desvelar o real em si. Cabe ao príncipe apreender a realidade à sua volta, assumir aquilo que está de acordo com a “escala de valores” (BIGNOTTO, 1991, p. 139) vigente e simular para atrair para si as bases mais seguras para estabelecer seu poder. Parece-nos, aliás, que nisso consiste a *virtù* em acordo com aquilo que discutimos acima: saber ler os tempos, ajustar-se a eles e produzir com isso as ordenações possíveis.

⁶⁷ Note-se que já discorremos de um modo geral a respeito da moralidade e da dimensão fenomenológica da política em Maquiavel. Se trazemos à tona esses tópicos novamente, é com o intuito de aplicá-los ao caso particular que estamos analisando.

No entanto, não nos parece suficiente, nem acurado apontar que o príncipe apenas se conforma àquilo que lhe é fornecido. De fato, a análise de Bignotto não se restringe a isso, como na sequência podemos ver:

O que lhe interessa [a Maquiavel] é mostrar que, para pensarmos a ação política é preciso não creditar à fortuna mais do que ela pode efetivamente fazer. Se reconhecermos que a ação humana é criadora de nossas realidades, é preciso seguir até o fim dessa determinação e chegar à conclusão de que todo o problema reside na “*virtù*”, e não na “fortuna”, que aparece no curso de nossos atos apenas como uma força de oposição, como um obstáculo a ser transposto (BIGNOTTO, 1991, p. 147)

Virtù e fortuna voltam à cena em grande estilo: a primeira como a capacidade não apenas de moldar-se aos fenômenos e às percepções do vulgo, mas também, e principalmente, como capacidade de produzir os desdobramentos desejados pelo ator político. E a segunda como horizonte de possibilidades para a primeira. As duas, conforme já foi dito, em intrínseca relação.

Assim, é verdade que a “astúcia afortunada”, que caracteriza o príncipe civil, depende tanto da fortuna, no sentido de que é necessário haver um processo de acirramento entre os humores que crie possibilidade de uma ruptura institucional, quanto da *virtù* no sentido de saber se posicionar em meio ao conflito e agir posteriormente para assegurar seu poder.

BASE DE SUSTENTAÇÃO

Todo esse percurso nos foi necessário para demonstrar a “origem” do poder do príncipe civil. Em que pese nossa proposta, enunciada na introdução, fosse analisar a *virtù* quando “o príncipe já é príncipe”, nesse caso específico, não pudemos nos furtar de discorrer sobre o que antecede seu poder. Afinal, se saltássemos para o momento régio, perderíamos uma oportunidade rara de discutir tópicos caríssimos ao pensamento de Maquiavel. Agora, nosso foco se dirige para as relações do príncipe civil já no poder.

Afirmando, portanto, que chega ao poder com o apoio de um dos dois humores, Maquiavel se debruça sobre os desdobramentos do principado desta natureza. Para ele, o cerne da questão reside no processo posterior à ascensão do príncipe. Isso porque, a depender de quem o apoia, o príncipe

terá maior ou menor liberdade para governar. Em outras palavras, ser o “príncipe dos grandes” enceta muito mais riscos do que ser o “príncipe do povo”.

Quem chega ao principado com a ajuda dos grandes mantém-se com mais dificuldade do que o que se torna príncipe com a ajuda do povo, porque o primeiro se vê cercado de muitos que parecem ser seus iguais, não podendo, por isso, comandá-los nem manejá-los a seu modo. Mas quem chega ao principado com o favor popular encontra-se sozinho e não tem em torno de si ninguém, ou quase ninguém, que não esteja pronto a obedecer-lhe. Além disso, não se pode satisfazer honestamente aos grandes sem injúrias aos outros, mas ao povo sim, porque seus fins são mais honestos que os dos grandes, visto que estes querem oprimir, enquanto aqueles querem não ser oprimidos (*O PRÍNCIPE*, IX, p. 46).

Devido ao seu humor, os grandes não se contentam em “empossar” um príncipe e deixá-lo governar. Como é de seu feitio buscar sempre mais poder, os grandes, quando tornam alguém príncipe, entendem que este é um “funcionário” que deve a eles seu lugar. Rodeado de homens sedentos por poder, o príncipe encontra-se em um ponto de tensão muito grande, pois, precisa satisfazer numerosos interesses de homens que possuem recursos e artimanhas capazes de lhe atingir, mortalmente inclusive.

O contrário deve ser esperado por aquele que se torna príncipe com o apoio do povo. Sendo este humor, muito mais “honesto”, é mais confiável, pois espera que o príncipe não o oprima, e não exige, em geral, muito mais que isso. É por isso que Maquiavel afirma que aquele que chega ao poder pelo povo “não tem em torno de si ninguém, ou quase ninguém”, ou seja, o povo, devido à sua “honestidade” não se imiscui tão vorazmente quanto os grandes nas ações do príncipe.

Contra-pondo as duas bases de sustentação para o principado civil, Maquiavel afirma que o mais seguro para todo príncipe novo é sempre ganhar o favor do povo. Ora, ainda que seu lugar se deva aos grandes, o príncipe de *virtù* compreende que muito dificilmente poderá sustentar-se de forma duradoura e eficiente rodeado por aqueles. Assim, o secretário de Florença recomenda a todo príncipe civil que, independentemente de sua base de sustentação inicial, procure fiar-se no povo, pois:

O pior que um príncipe pode esperar de um povo inimigo é ser abandonado por ele; mas dos grandes, quando inimigos, deve temer não só ser abandonado, como também que o ataquem, porque, tendo estes mais visão e astúcia, adiantam-se sempre a tempo de se salvar e procuram aproximar-se daquele que esperam que vença. Ademais, o príncipe tem sempre necessidade de viver com o mesmo povo, mas lhe é perfeitamente possível prescindir dos mesmos grandes, pois pode a cada dia fazê-los e desfazê-los, dar-lhes e tirar-lhes a reputação a seu bel-prazer (*O PRÍNCIPE*, IX, p. 46)

Uma vez que ligar-se aos grandes é sempre muito arriscado, deve o príncipe sempre procurar o favor do povo. No meio tempo, devendo um príncipe seu lugar aos grandes, este deve saber servir-se de seu poder para elevar, se necessário, novos atores que lhe sejam úteis e fiéis⁶⁸.

Os grandes, então, devem ser considerados principalmente de dois modos: aqueles que se ligam à fortuna do príncipe ou não, quer dizer, aqueles que devem seu poder ao príncipe ou não. Aqueles que se ligam à fortuna do príncipe e não forem rapaces devem ser tratados com zelo e honrarias. Por outro lado, aqueles que não se ligam à fortuna do príncipe devem ser considerados de dois modos: se forem pusilânimes, deve o príncipe servir-se deles, principalmente se forem bons conselheiros, afinal, por seu ânimo, durante a adversidade, em nada poderão prejudicá-lo. Quando, porém, os grandes que rodeiam o príncipe demonstram-se ambiciosos e calculistas, deve o príncipe temê-los e considerá-los como seus inimigos declarados, porque ao menor sinal de fraqueza, estarão prontos para arruiná-lo (*O PRÍNCIPE*, IX, p. 46-7).

De todas essas considerações, uma é certa e deve ser perseguida como meta obsessivamente: o príncipe precisa fiar-se no povo, precisa conquistar sua confiança, angariar seu apoio. Para tanto, considerando a qualidade moral deste, é preciso que o príncipe se coloque como seu protetor, ainda que tenha sido levado ao poder pelos grandes, pois “como os homens se ligam mais a seu benfeitor se recebem o bem quando esperam o mal, o povo se torna mais rapidamente benevolente com o príncipe do que se este tivesse sido conduzido ao principado graças ao seu favor.” (*O PRÍNCIPE*, IX, p. 47).

⁶⁸ Estratégia que, aliás, já havia anunciado Maquiavel no caso dos principados mistos.

Maquiavel não analisa pormenorizadamente o que se deve fazer para angariar o apoio popular, pois, segundo ele, diversas variáveis se apresentam conforme o contexto. Parece-nos plausível pensar na questão que discutimos logo acima, a respeito da habilidade de manipular a própria imagem, como sendo uma resposta satisfatória para esse problema. Afinal, a “escala de valores” que permeia cada sociedade é o que ditará a imagem a ser produzida pelo príncipe para aproximar-se do povo. Dessa forma, os elementos que compõem a cultura de determinado povo devem ser considerados caso a caso. O que resta como regra geral é que o príncipe precisa “acenar” para o povo em consonância com aquilo que lhe pareça desejável, ganhando, assim, o seu apreço.

O apreço popular não deve, contudo, ser pensado como uma panaceia a que o príncipe possa recorrer em tempos de perigo. Isso quer dizer que, o príncipe deve angariar o apoio do povo como um suporte simbólico que ajude a afastar seus inimigos, mas não deve esperar⁶⁹ que este se mobilize para salvá-lo quando estiver em perigo:

(...) não me venham com aquele batido provérbio “quem se apoia no povo, apoia-se no lodo”, porque isso só é verdade quando um cidadão privado se apoia no povo e espera que este o salve quando for atacado por seus inimigos ou pelos magistrados. Nesse caso, são frequentes os enganamentos, como os Gracos em Roma e os de *messer* Giorgio Scali em Florença. Se se tratar, porém, de um príncipe que se apoie no povo, que possa comandar e seja um homem de coragem, que não se deixe abater na adversidade nem negligencie outras preparações, que com seu ânimo e suas ordenações dê ânimo ao povo, ele jamais se encontrará enganado pelo povo e verá que lançou bons fundamentos (*O PRÍNCIPE*, XI, p. 48).

Diante dessa ponderação de Maquiavel, duas observações nos parecem pertinentes. Em primeiro lugar, a luta política para nosso autor parece assumir duas frentes: uma travada em âmbito simbólico, que visa conter os movimentos da turba, da maioria; e outra travada contra os grandes que desejam a todo instante o poder do príncipe. Estes últimos na figura dos magistrados, residem em *locus* específicos, gozando de poder e respeitabilidade, disputando constantemente com o príncipe a autoridade sobre o povo.

⁶⁹ A questão não é que Maquiavel não entenda que o povo jamais se mobilizaria em favor do príncipe, mas que não deve o príncipe contar com isso para assegurar seu poder. É preciso sempre criar outros meios.

A segunda observação que nos parece importante é que o príncipe precisa lançar “bons fundamentos”, quer dizer, precisa criar uma relação de dependência do povo para consigo. Em outras palavras, o príncipe não pode governar esperando que o povo o defenda dos grandes, mas precisa, no entanto, precaver-se dos ataques do povo. Para isso, ele precisa, como já foi dito, demonstrar-se benfeitor do povo.

Dessa maneira, o príncipe corre perigo quando assume o poder de um corpo político acostumado às leis e pretende-se fazer chefe absoluto. Isso se deve ao fato de que, nessas circunstâncias, o poder encontra-se diluído por meio dos magistrados. Estes, caso decidam atacar o príncipe, contam com alguma parcela de leniência do corpo político, justamente pelo costume do povo em respeitar tal autoridade.

Além disso, os homens agem de maneiras distintas em tempos de adversidade. Quando reina a paz e a autoridade do príncipe, “todos correm a seu encontro, todos prometem e cada um quer morrer por ele, enquanto a morte está distante” (*O PRÍNCIPE*, IX, p. 49), porém, quando surgem as dificuldades, encontra o príncipe poucos homens dispostos a servir-lhe com a vida.

Costumam esses principados [principado civil] correr perigo quando saltam da ordenação civil para a absoluta. Como esses príncipes governam por si próprios ou por intermédio de magistrados, neste último caso, seu estado é mais precário e perigoso, porque em tudo dependem da vontade dos cidadãos que foram nomeados magistrados. Estes, sobretudo em tempos adversos, podem facilmente arrebatá-lo o estado, quer abandonando-o, quer enfrentando-o. *O príncipe não terá tempo de recobrar a autoridade absoluta em meio ao perigo, porque os cidadãos e súditos, acostumados a receber comandos dos magistrados, não atacarão os seus nessa emergência. Por isso, um príncipe sábio deve pensar num modo pelo qual seus cidadãos, sempre e em toda qualidade de tempo, precisem do estado e dele; assim, eles sempre lhe serão fiéis* (*O PRÍNCIPE*, IX, p. 48)⁷⁰.

O HUMOR DO POVO

A teoria dos humores é crucial para a análise maquiaveliana n’*O Príncipe*, pois constitui a assunção de que a política é um lugar de conflito, de disputa.

⁷⁰ Grifo nosso.

Compreender isso implica, por um lado, aceitar a fragilidade das formas políticas, e conseqüentemente certa dependência do homem perante a fortuna. E, por outro lado, saber que há uma tensão constante em todo corpo político permite posicionar-se em consonância com os tempos forjando novas possibilidades, o que configura a *virtù*.

Cabe fazer, contudo, um parêntesis: sendo os grandes caracterizados por seu desejo de oprimir, o povo seria, então, sempre uma potência negativa? Isto é, seria possível pensar em uma manifestação do humor do povo em que este não apenas reagisse aos abusos dos grandes, mas assumisse seu comportamento, chegando a oprimi-los?

Julgamos estas perguntas de grande relevância para nosso estudo, uma vez que compreender os movimentos do corpo político é, ao nosso ver, um pré-requisito para a “astúcia afortunada”, característica tão marcante do príncipe civil. A fim de dirimir tais inquietações, começemos pelos *Discursos* e algumas reflexões que podemos encontrar nesse texto.

Após discorrer sobre a teoria dos humores no capítulo quatro do livro I, no capítulo seguinte, Maquiavel lança a questão: “Onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter?”

No capítulo V dos *Discursos*, nosso autor discorre sobre as instituições republicanas e quais seriam aquelas que melhor perpetuariam a liberdade, ou seja, a própria república⁷¹. No decorrer de tal reflexão, ele assume que, como há dois humores em todo corpo político (seja república ou principado) é possível ordenar uma república onde a autoridade repouse em um destes humores⁷². Comparando Esparta e Roma, Maquiavel detalha um pouco mais as qualidades primordiais dos dois humores:

Portanto, é necessário examinar qual dessas repúblicas fez melhor escolha. E, se remontássemos às razões, haveria argumentos de ambas as partes; mas, se examinássemos os resultados ficaríamos

⁷¹ “Todos os que com prudência constituíram repúblicas, entre as coisas mais necessárias que ordenaram esteve a constituição de uma guarda da liberdade: e, dependendo do modo como este seja instituída, dura mais ou menos tempo aquela vida livre.”

⁷² Entenda-se a autoridade como a quantidade e qualidade das magistraturas que ordenam a vida política.

do lado dos nobres, visto que a liberdade de Esparta e de Veneza [que é o exemplo contemporâneo de Maquiavel] teve vida mais longa que a de Roma. E, indo às razões, direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e dos plebeus, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes *somente*⁷³ o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes (...) (*DISCURSOS*, I, 5, p. 24)

Ao analisar o paradigma romano, Maquiavel denota uma restrição ao humor do povo: enquanto os grandes desejam abertamente dominar, o povo deseja *somente* não ser dominado. Note-se: o humor do povo, num primeiro momento parece ser compreendido como tendo certa passividade. O humor do povo aparenta ser reativo, existe enquanto oposição à venenosa ganância dos grandes.

Após analisar o caso romano, o secretário florentino se debruça sobre o caso lacedemônio, onde a autoridade reside nos grandes:

Por outro lado, quem defende a ordenação espartana e veneziana diz que quem põe a guarda nas mãos de poderosos realiza duas boas ações: uma é satisfazer mais à ambição deles, que, tendo mais participação na república com tal bastão em mãos, têm mais motivo para contentamento; outra é que negam certo tipo de autoridade aos ânimos inquietos da plebe, razão de infinitas dissensões e tumultos numa república, capazes de causar alguma reação desesperada à nobreza, o que, com o tempo, produzirá maus efeitos (*DISCURSOS*, I-5, p. 24-5).

Aqui vemos Maquiavel reforçar sua tese de que os grandes detêm grandes ambições e desejam avidamente o poder. Porém, o que é mais marcante em nossa opinião é que o secretário florentino “semeia” uma tese de grande relevância: a plebe (representando o humor do povo) seria responsável por criar uma conturbação política devido a seus “ânimos inquietos”. O humor do povo, então, ganha contornos de ação espontânea e não de reatividade. Pode ser verdade que os grandes tenham uma tendência maior a oprimir. No

⁷³ Grifo nosso.

entanto, o povo, não é alheio ao desejo de dominar, de querer desmesuradamente algo para si, como Maquiavel faz notar no final do capítulo:

(...). E também há muitos cujo comportamento incorreto e ambicioso acende no peito de quem nada possui o desejo de possuir, seja para vingar-se dos que possuem, espoliando-os, seja para poderem entrar na posse das riquezas e das honrarias que percebem estar sendo mal-empregadas pelos outros (*DISCURSOS*, I-5, p. 26)

O povo, tanto quanto os grandes, ao final pode ser indutor de opressões. Seja por vingança, seja pelo desejo desmesurado de possuir riqueza. Essa é a tese, aliás do capítulo IX de *O Príncipe*, conforme discutimos acima.

Se avançarmos por um momento ao capítulo trinta e sete do livro I dos *Discursos* podemos observar um exemplo que demonstra como o desejo do povo pode tornar-se deletério à república.

As leis agrárias limitavam a posse de terra e partilhava as novas terras conquistadas apenas entre a plebe, fechando quase que definitivamente aos nobres a possibilidade de novos ganhos econômicos. Dessa forma, temos um exemplo no qual o desejo de oprimir não vem dos grandes, mas do povo.

As leis agrárias, de acordo com Maquiavel, teriam sido o indutor do declínio da república romana, pois, sua proposição gerou tanto ódio entre a plebe e o senado que as instituições não mais puderam servir de amparo para o transcurso “civilizado” da querela: “Assim, visto que os magistrados públicos não podiam remediar a situação, e como nenhuma das facções depositasse esperanças neles, recorreu-se aos remédios privados, e cada uma das partes tratou de constituir um cabeça que a defendesse” (*DISCURSOS*, I-37, p. 115).

A “cabeça” escolhida pela plebe, no caso específico foi em um primeiro momento Mário, posteriormente Júlio César, enquanto a nobreza voltou-se para Sila e posteriormente Pompeu. O desfecho é conhecido, mas o que chama atenção é o fato de que Maquiavel, mesmo creditando ao humor do povo o pontapé inicial da dissolução da república romana, ainda sustenta que o povo é o “melhor guardião” da república, pois, não fosse por ele, a servidão

teria chegado muito antes a Roma⁷⁴. Dessa maneira, podemos notar que os dois humores são passíveis de se tornarem opressivos e, portanto, o humor do povo não pode ser encarado como uma simples força de oposição à ganância dos grandes.

Para Maquiavel, o desejo é a mola propulsora dos conflitos que animaram o povo para o conflito. Na realidade, nosso autor parece conceder ao desejo de riqueza uma certa universalidade. Para ele é comum dos homens desejar tudo, e sem ter condições efetivas de realizar todos os seus desejos, surge uma insatisfação constante, de onde nasce sempre um desejo maior. Essa característica abrange ao gênero humano, logo, toca os grandes e o povo.

Maquiavel prefere o povo como guardião, isto é, prefere que as magistraturas concedam ao escrutínio da maioria a autoridade política, porque as cidades em que “os povos são príncipes” alcançam coisas excepcionais em pouco tempo, expandindo-se em poderio muito além do que qualquer principado⁷⁵.

Se para o secretário florentino, o humor do povo pode ser responsável tanto pela guarda da liberdade quanto por sua ruína, é preciso assumir que, ao participar das instituições, o humor do povo anima a vida política, podendo ser por nós compreendido como manifestação da vida ativa.

É preciso atentar, portanto, que para Maquiavel o humor do povo não é meramente negativo, mas, sendo o guardião preferencial da república, o povo tem interesse na vida política, e esse interesse é forte e tem o como objetivo preservar a liberdade⁷⁶!

⁷⁴“(…) porque é tão grande a ambição dos grandes que, se não sofrer oposição por várias vias e de vários modos numa cidade, logo a levará à ruína. De modo que, embora o conflito da lei agrária tenha demorado trezentos anos para acarretar a servidão de Roma, isso teria ocorrido muito mais cedo, caso a plebe, seja com essa lei, seja com outros desejos seus, não tivesse refreado a ambição dos nobres” (*DISCURSOS I-37*, p. 116).

⁷⁵“(…) vê-se que as cidades onde os povos são príncipes em curtíssimo tempo fazem conquistas excepcionais, tornando-se muito maiores que as outras que sempre foram governadas por um só príncipe (...) e isso só pode ser explicado por serem melhores os governos dos povos que os dos príncipes” (*DISCURSOS I-58*, p. 171).

⁷⁶ ADVERSE, H. 2007.

CONCLUSÃO

À procura da *virtù* embrenhamo-nos por caminhos já há muito conhecidos pelos estudiosos de Maquiavel. É certo que, devido ao escopo de nossa investigação, não podemos analisar todas as questões pertinentes e todos os desdobramentos das obras do secretário florentino. Apesar de não podermos esgotar todas as questões referentes à *virtù* e fortuna, acreditamos ter sido capazes de lançar luz sobre esse tema tão caro à tradição do pensamento político ocidental.

A vida na *pólis* oferece às pessoas estabilidade e bem-estar muito superiores em relação à vida errante ou à ordem política licenciosa. Contudo, essa estabilidade, de tempos em tempos é perturbada. Corrompida por sua própria natureza mutável, a forma política perde sua estabilidade, demovendo os seres humanos de sua habitual tranquilidade, modificando seu cotidiano, destruindo planos e refazendo hierarquias. A fortuna é implacável.

A condição humana, no entanto, não se restringe à pura obediência aos desígnios insondáveis da natureza ou da história. Em que pese toda a violência que transforma sua vida, os seres humanos possuem uma centelha criativa que permite vislumbrar a magnífica potência criadora dos deuses. A *virtù* resiste.

Nosso interesse maior foi ressaltar a dinâmica relação entre *virtù* e fortuna no contexto do principado novo. Nosso primeiro capítulo procurou elucidar o problema filosófico concernente à trama. Se à *virtù* não restar nada além de saber “obedecer” à fortuna, não teríamos muitos motivos para nos dedicar ao assunto. Porém, a engenhosidade humana não morre com as determinações da deusa pagã.

É graças à nossa capacidade de analisar, predizer e agir que podemos construir um saber sobre a política. Esse saber, entretanto, possui limitações. Afinal, a precariedade dos seres humanos em relação ao mundo é tal que toda ação é limitada duas vezes. A primeira pelo contexto que a demanda, isto é, as próprias circunstâncias que incitam e provocam nos homens o desejo de agir.

A segunda limitação relaciona-se com os efeitos do agir. Uma vez que, em tudo que faz, o ser humano possui sempre um referencial finito de compreensão: sejam suas experiências passadas, seja suas crenças ou seus impulsos primais, estando o resultado portanto, sempre em aberto. Em outras palavras, o que fazemos, fazemos conforme uma situação nos impele, porém, sempre corremos o risco de ineficácia, por nossa posição gnosiológica.

Aplicado à política, essa imprevisibilidade de nossa ação ganha contornos de recomendações por parte de Maquiavel. Essas máximas desejam lembrar que o ser humano navega mares sempre desconhecidos: a fortuna está à espreita, sempre insondável.

Ao príncipe de *virtù*, cabe compreender os mecanismos que o impelem à ação (pressão popular, assédio dos grandes etc.) e compreender a imprevisibilidade de seu gesto político, afinal, ao agir, ele dá início a uma séria de reações por parte dos homens por ele afetados que são inacessíveis para ele.

A limitação e a imprevisibilidade da ação política justificam-se pela impossibilidade do príncipe acessar a consciência de seus súditos. Não se lhes pode conhecer as verdadeiras intenções. Apenas podemos entender a performance na arena das aparências. E, como o comprovam os volumosos casos de traições políticas e conjurações ao longo da história humana, a “correta” leitura da conjuntura política é difícil de realizar.

Compreender a *virtù* como a capacidade de se adequar à fortuna, não implica, contudo, dizer que a única ação possível seja essa. Aos homens cabe também reconhecer os meios pelos quais se pode forçar as circunstâncias, para criar algo à sua maneira.

A exemplo dos engenheiros que compreendem a dinâmica da chuva e das inundações, e criam barreiras e diques para sanar os inconvenientes das enchentes, o príncipe pode aplicar o conhecimento da história e do funcionamento dos corpos políticos para “domar a fortuna”.

A *virtù* assume assim caráter duplo: é a compreensão da fortuna e a capacidade de se posicionar em relação a ela, e é a capacidade de atuar sobre a fortuna, forjando dentro de determinados parâmetros aquilo que se deseja.

Todas as recomendações de Maquiavel partem do princípio de que se deve atentar para as imposições da fortuna (seja enquanto a composição dos humores da cidade, seja no costume dos homens que a habitam) sem deixar, entretanto, o príncipe inteiramente dependente dela. A ação do príncipe novo visa constituir novas ordenações, portanto, visa modificar a fortuna de determinado corpo político. Em outras palavras, o principado novo é o momento em que *virtù* e fortuna interagem de forma mais intensa, pois, o príncipe novo afeta uma ordem previamente estabelecida. A depender da ordem que afeta e das características do corpo político que governa, o príncipe novo enfrenta maiores ou menores desafios.

Sem desprezar os desejos do príncipe, Maquiavel oferece, observando o contexto (a fortuna), recomendações para que ele faça valer sua vontade, quer dizer, propõe um curso de ação para vencer a fortuna nas diversas maneiras que ela se personifica. Dessa forma, vemos, por exemplo, o secretário florentino dizer que ao conquistar uma república, o príncipe deve residir no local. Ou então dizer que é necessário que o príncipe pareça um homem devoto. Observando a fortuna, adequa-se o proceder, visando modificar a fortuna.

Ao longo de nossa dissertação, procuramos deixar claro que todas as recomendações de Maquiavel ao príncipe são, em certo sentido, uma “ode” à potência criadora do príncipe! Não fosse possível fazer a respeito da fortuna, não haveria, aliás, muito a se dizer sobre a ação política. Pode-se observar, desde o *modus operandi* dos Médici em Florença até os cuidados que o príncipe deve ter com os grandes no principado civil, como a *virtù* parte da fortuna. Porém, como ela não se limita à mesma.

Ao cotejar o texto de *O Príncipe* com outros textos de Maquiavel, acreditamos ter sido capazes de emoldurar o problema de modo a demonstrar a relevância do tema e a fecundidade das questões levantadas pela obra do secretário florentino.

Acreditamos também ter conseguido justificar a escolha do principado novo como o melhor momento para elucidar a relação entre *virtù* e fortuna. O momento extremo em que a ordem jurídica vigente entra em derrocada e um

novo líder irrompe no cenário político, desafia a compreensão, pois, o poder sustenta-se em grande parte no costume.

Seja um conquistador, seja um príncipe civil, ou mesmo um novo príncipe em um principado hereditário, o desafio do príncipe novo é sempre assegurar seu poder por meio do que chamamos de ações preventivas e produtivas. As ações preventivas têm como característica principal o jogo das aparências que o príncipe deve jogar com seus súditos e seus inimigos. Essas aparências variam conforme variam o costume dos súditos e a potência de seus inimigos.

Por outro lado, as ações produtivas visam operar transformações significativas no corpo político. Essas transformações visam assegurar o poder do príncipe e moldar a realidade social àquilo que ele deseja.

O mergulho em uma obra como a de Maquiavel não nos pode deixar impunes: somos confrontados com uma sobriedade e coragem singulares. Chegando ao final, portanto, não podemos deixar de dizer que à procura da *virtù* deixamos pegadas em tópicos centrais do pensamento político ocidental e, acreditamos ter conseguido desenhar um quadro razoavelmente claro de nossas intenções. De posse de algumas conclusões e, sobretudo, reflexões, encerramos o presente trabalho com a consciência de ter deixado muitas “portas fechadas”. Apesar disso, temos satisfação em concluir essa investigação, pois acreditamos que a *virtù* se mostra àqueles que a procuram. Ainda que por alguns instantes, gostamos de pensar que demos ao leitor um pequeno vislumbre do confronto entre homem e deusa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

MAQUIAVEL. *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 471 p.

_____. *Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de Governo de Florença*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 101 p.

_____. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 197 p.

_____. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 611 p.

FONTES SECUNDÁRIAS

ADVERSE, Helton M. *Maquiavel, a República e o Desejo de Liberdade*. Revista Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2) 33-52, 2007.

ADVERSE, Helton M. *Maquiavel: Política e Retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 375 p.

ADVERSE, Helton M (org). *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 316 p.

ADVERSE, Helton M. (org). *Reflexões sobre Maquiavel: 500 anos de O Príncipe*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

AMES, José Luiz. *A lógica da ação política*. Cascavel: Editora Unioeste, 2002. 273 p.

AMES, José Luiz. *Religião e política no pensamento de Maquiavel*, in: *Kriterion* vol.47 no.113 Belo Horizonte June 2006.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 321 p.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 281 p. (Os Pensadores)

BARON, Hans. *The Crisis of the early Italian Renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*. Princeton, NJ: 1966. 584 p.

BARROS, Vinícius Soares de Campos. *10 lições sobre Maquiavel*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 127 p. (Coleção 10 lições)

BIGNOTTO, Newton. *A Solidão do Legislador*. Kriterion, Belo Horizonte, n.º 99, p.7-37, jun, 1999. Intente links en: Google. Similares en: Red SciELO.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 1991. 226 p.

BIGNOTO, Newton. *O Tirano e a Cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998. 186 p.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1980. 169 p.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COLISH, Marcia. "Cicero's *De officiis* and Machiavelli's *Prince*". In: *Sixteenth Century Journal*, Vol. 9, N. 4, Central Renaissance Conference (Winter, 1978), pp. 80-93.

GILBERT, Felix (1939), "The humanist concept of the prince and *The Prince of Machiavelli*", *The Journal of Modern History*, 11(1939), pp. 449-83.

KRISTELLER, Paul. *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 1995. 151 p.

LARRIVAILLE, Paul. *A Itália no Tempo de Maquiavel*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; 277 p.

LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre*. Paris: Gallimard, 1972. 778p.

MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's virtue*. Chicago; London: Univ. of Chicago Press, 1995. 371p

PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. *Maquiavel entre repúblicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 164 p.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 464 p.

POLÍBIO. *História*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, 602p.

POCOCK, J.G.A. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 1975. 602 p.

RATTON, Bruno Fonseca. *Maquiavel, Savonarola e o mundo político florentino na virada do quatrocento para o cinquecento*. In: RIHGB. Rio de Janeiro: IHGB. Ano 164, n. 421, p. 31-37, out./dez. 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Nova Cultural, 1978. 428 p. (Os Pensadores)

SASSO, Genaro. *Machiavelli e Cesare Borgia: Storia di un giudizio*. Roma: Elenchos, 1966, 212p.

_____. *Niccolo Machiavelli*. Bologna: Il Mulino, 1980, 680p.

SKINNER, Quentin. *Machiavelli*. Oxford: Oxford University Press, 2000. 102 p.

_____. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: 1996. 724 p.

STACEY, Peter. *Roman Monarchy and the Renaissance Prince*. Cambridge University Press, 2007. 341 p.

STRAUSS, Leo. *Reflexões sobre Maquiavel*. É Realizações: São Paulo, 2015

VATTER, Miguel. *Machiavelli's The Prince*. New York; London: Bloomsbury, 2013. 160 p.

VIROLI, MAURIZIO. *O sorriso de Nicolau*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. 309 p.

SULLIVAN, Vickie B. *Machiavelli's three Romes: religion, human liberty, and politics reformed*. DeKalb, Ill.: Northern Illinois University Press, 1996.;